



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 036

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 26 DE ABRIL DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 036

34ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Requerimentos 03

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

2ª Discussão 03

1ª Discussão 03

Grande Expediente:

Audiência Pública SANEPAR

Convidados:

Sr. Pedro Henrique Xavier -

Pres. Cons. Adm. SANEPAR 04

Sr. Stênio Jacob -

Presidente SANEPAR 09

Sra. Cristiane Schwanka -

Engenheira SANEPAR..... 11

Interpeladores:

Dep. Douglas Fabrício 18

Dep. Caíto Quintana 19

Dep. Reni Pereira..... 21

Dep. Péricles de Mello..... 23

Dep. Durval Amaral..... 23

Dep. Stephanes Júnior 25

Dep. Valdir Rossoni 26

Dep. Dobrandino da Silva..... 31

Dep. Luiz Carlos Martins 32

Dep. Edson Strapasson 34

Dep. Osmar Bertoldi..... 36

Dep. Professor Luizão 38

Dep. Antonio Belinati..... 39

Dep. Tadeu Veneri 41

Dep. Jocelito Canto..... 42

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 43

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 45

Encerramento da Sessão 46

DIÁRIO Nº 036

34ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

26 DE ABRIL DE 2007

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Antonio Belinati e Jocelito Canto.

Presenças:

Às quatorze horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mamede, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Wal-dyr Pugliesi (38).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Ademmar Traiano, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Edgar Bueno, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Luiz Fernandes Litro,

Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Nereu Moura e Pedro Ivo (15).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 1011

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a prorrogação da presente Sessão Ordinária pelo período de 02 (duas) horas.

Sala das Sessões, em 26.04.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/ Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/07, de autoria do Poder Judiciário - Ofício nº 228/07 - GP, que altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras provi-

dências. PARECERES DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a AMOJI - Associação de Moradores Jardim Itaipu, com sede e foro no município de Araucária. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 151/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de utilidade pública a Associação de Moradores Jardim Itaipu I e II.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, em conformidade com a emenda substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 151/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessário a apresentação do presente substitutivo geral, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a AMOJI - Associação de Moradores Jardim Itaipu I e II, com sede no município e foro de Araucária.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 176/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que declara de utilidade pública

o Núcleo de Criadores de Ovinos da Região de Maringá - OVINOMAR, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA n° 017/07, de 27/03/07, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 176/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, declara de utilidade pública o Núcleo de Criadores de Ovinos, com sede e foro no município de Maringá.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei n° 6994/78, alterada pela Lei n° 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 209/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação de Defesa do Meio Ambiente de Reimer, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA n° 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 209/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de utilidade pública a Associação de Defesa do Meio Ambiente de Reimer, com sede e foro nesta capital.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei n° 6994/78, alterada pela Lei n° 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Grande Expediente:

Convidados

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício e outros Deputados, aprovado em 11/04/07, passamos imediatamente ao Grande Expediente, que será a Audiência Pública convocada por esta Casa, convidando o Exmo. Sr. Stênio Jacob, Diretor-Presidente da SANEPAR e o Dr. Pedro Henrique Xavier, Presidente do Conselho de Administração da empresa.

Esta Presidência comunica aos Srs. Deputados que, de acordo com os artigos 98 e 99 do Regimento Interno: *A Assembléia reunir-se-á em Audiência Pública, sob a direção do seu Presidente, toda vez que a Plenário comparecer o Secretário de Estado.*

Os convidados somente poderão ser aparteados ou interpellados sobre assunto objeto do requerimento proposto pela Casa.

Em decorrência de um acordo das lideranças, firmado com esta Presidência, nós estipulamos às Lideranças, tanto a da Situação como da Oposição, definir algumas regras para que nós pudéssemos ter o melhor andamento possível para esta Sessão.

Os convidados usarão da palavra por 1 hora e 30 minutos, não podendo ser aparteados ou interpellados. Encerrada a exposição dos convidados, poderão usar da palavra os Srs. Deputados devidamente inscritos, por 3 horas improrrogáveis, divididas em turnos de 1 hora e 30 para a Oposição e 1 hora e 30 para a Situação, devendo os Srs. Deputados usarem da palavra, alternadamente.

Após cada interpelação, os convidados darão as suas respostas. Ao final das interpelações dos Srs. Deputados, será concedido o tempo de 10 minutos para a Liderança da Oposição e 10 minutos para a Liderança do Governo, para as suas considerações finais.

Portanto, concedo neste instante a palavra ao Dr. Pedro Henrique Xavier, Presidente do Conselho da Administração da SANEPAR.

Sr. Pedro Henrique Xavier

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER

Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados integrantes desta Mesa, nobres Deputados.

Antes de mais nada, expresso a minha satisfação por ter sido honrado com este convite para comparecer a esta Casa, que dentre outras recordações me traz a lembrança de meu pai que a presidiu, há mais de 50 anos, o que torna essa honra uma responsabilidade ainda maior para todos nós que hoje continuamos o trabalho daqueles que nos antecederam, a exemplo do Deputado Alexandre Curi, a exemplo de tantos dos integrantes desta Casa de Leis.

Estarei à disposição dos senhores para as informações que puder prestar e entendo que dentro do que foi exposto cabe-me fazer uma rápida digressão sobre as razões que entendo tenham motivado a convocação para aqui comparecer.

Entendo que cabe preliminarmente explicar as alterações que o atual governo promoveu nos estatutos da SANEPAR, no primeiro semestre do ano de 2003. Essas alterações decorrentes da denúncia do acordo de acionistas que havia sido firmado com a Sociedade Dominó Holding acarretaram em junho de 2003, a realização de uma Assembléia Geral Extraordinária.

Esta Assembléia Geral Extraordinária reformou os estatutos da companhia e dentre outras providências ampliou, de maneira muito significativa, as atribuições do Conselho de Administração. A partir daí, as questões inerentes às homologações de licitações, autorizações para cumprimentos contratuais, apreciação de reequilíbrios econômicos e financeiros, aditivos contratuais, acima dos patamares fixados nesse artigo 17 dos estatutos, passaram a depender de autorização prévia do Conselho de Administração.

Para que fique bastante claro, os contratos já firmados continuavam com a sua execução normal, assim como novos contratos constantes do orçamento e plano de negócios anuais da companhia, porém, quaisquer alterações dos contratos vigentes necessitariam da autorização prévia do Conselho de Administração.

Vou fazer uma rápida cronologia dos acontecimentos que antecederam a edição do voto que proferi, no dia 12 de fevereiro de 2006, contrariamente a concessão do pedido de reajuste formulado pela empresa PAVIBRAS. Faço isso, porque a sua análise afastada dessa cronologia não permitirá, tenho certeza, a compreensão exata do que aconteceu, dos problemas enfrentados e, principalmente, que tipo de solução se poderá viabilizar, não só para que esses problemas não mais ocorram, mas também para solucionarmos esse contingenciamento que acabou ocorrendo.

A PAVIBRAS, a exemplo de outras empreiteiras, acaba se vinculando com a Companhia de Saneamento do Paraná, em decorrência do chamado Programa PARANASAN. O Presidente da companhia oportunamente explicará com mais detalhes o que significou e o que significa esse programa, o Projeto PARANASAN, uma obra literalmente bilionária, programa esse autorizado por esta mesma Casa de Leis, em 1995, e cuja implementação inicia, em 1998, e, em 2000, já com a escolha das empresas gerenciadoras e supervisoras do projeto. Era um projeto ímpar não só em termos de SANEPAR, não só apenas em termos de Paraná, em termos nacionais. Trata-se de investimento da ordem de R\$ 1 bilhão em números de hoje, e que propiciaria o saneamento e a extensão da rede de água e esgoto para toda a população paranaense e da região metropolitana de Curitiba.

Dizer isso já mostra a imensidão do projeto que, em 1995, os paranaenses nos dispusemos a enfrentar, só

que era um projeto ímpar pelo volume, pelas características da contratação, pela forma de financiamento e essas características ímpares se refletem efetivamente nos problemas a exemplo desse da PAVIBRAS que enfrentamos nos dias que correm.

Primeiro, porque o grande financiador desses recursos foi um Banco Oficial de Investimento Japonês - JBIC. Por se tratar de um financiamento dessa magnitude, com juros bastante convenientes para a companhia, exigia-se uma contrapartida expressiva por parte da Companhia de Saneamento. E essa contrapartida foi realizada pela SANEPAR através de financiamento via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, como contrapartida a emissão de debêntures pela própria SANEPAR. Por que estou dizendo isso, e me atrevo a antecipar alguma explicação que o Presidente da Companhia fará? Para entendermos a complexidade jurídica contratual financeira desse mesmo empreendimento. Através de um cronograma de obras bastante exíguo, exigências do banco japonês de desenvolvimento às exigências do BNDES, que concerne às debêntures e até mesmo a renovação da concessão de saneamento em Curitiba.

Pois bem! As obras eram gigantescas e os contratos com características jamais vistos na história da SANEPAR. Esse caso da PAVIBRAS é extremamente significativo do que estou dizendo. Um contrato de quase R\$ 70 milhões em valores de 2002. A SANEPAR não contratava obras dessa magnitude, os contratos eram sempre muito menores do que esses. E os próprios cronogramas, em volume de investimentos decorrentes disso, não tinham equivalente na história da companhia. Estamos em 2000, 2001, 2002, segundo governo do Jaime Lerner, quando começam a ser publicados os editais para licitação dos diversos lotes que compunham a primeira fase do programa PARANASAN.

Esse caso da PAVIBRAS correspondeu ao lote 8. Esse lote 8 era inerente ao litoral do estado, e as propostas foram abertas no dia 19 de fevereiro de 2002. Vence a empresa PAVIBRAS, com uma proposta de aproximadamente R\$ 69 milhões. O segundo colocado ou a segunda colocada era um consórcio. Aliás, um detalhe, a PAVIBRAS, de todas as empresas que contrataram com a SANEPAR com o chamado Projeto PARANASAN, foi a única que compareceu à licitação e venceu a licitação sozinha. Como sozinha, sem estar formalizada, vinculada a outras empresas através de um consórcio. Talvez se fosse um consórcio, as garantias que a empresa teria fossem outras, não sei. Eu não estava lá em 2002. O fato é que em 19 de fevereiro de 2002 abre-se a proposta, logra-se vencedora a PAVIBRAS. A segunda colocada tem uma proposta de quase 14 milhões maior do que a da PAVIBRAS, 83 milhões, e isso já suscita os primeiros problemas envolvendo essa contratação, a contratação do segundo e terceiro colocados com relação a exequibilidade ou falta dela da proposta dessa mesma PAVIBRAS.

O fato é que ela ganha a licitação e no dia 10 de abril de 2002 é celebrado o contrato. Sete meses, os temores daqueles que suscitavam a eventual exequibilidade da proposta, quer dizer que a proposta não poderia ser honrada pela PAVIBRAS. Esses temores parece que começam a justificar, porque a PAVIBRAS encomenda um parecer jurídico, que termina sendo apresentado, encomendado junto ao professor meu colega de Universidade Federal, professor Marsal Justen Filho. E o professor sustenta nesse parecer que a variação do dólar americano dos Estados Unidos, entre abril, R\$ 3,35 por dólar e dezembro R\$ 3,99 por dólar, implicaria na necessidade da revisão do preço contratado. Esse parecer é de novembro, 7 meses depois do contrato. Pede então um reequilíbrio contratual que é protocolado na SANEPAR pela PAVIBRAS no dia 27 de dezembro de 2002, no apagar das luzes do governo anterior. A PAVIBRAS faz esse seu pleito, apresenta o parecer do professor Marsal Justen, anexa planilha da Fundação Getúlio Vargas e pede que aos R\$ 69 milhões do seu contrato sejam acrescentados depois R\$ 19 milhões.

Essa matéria não é decidida, fica para a gestão subsequente. Em janeiro, fevereiro e março ainda se mantêm os Diretores anteriores da SANEPAR, indicados pelo Governador anterior e apenas no dia 09 de maio de 2003 é que o Conselho de Administração propõe a alteração dos estatutos à assembléia que eu já referi aos Deputados, ocorrendo em junho de 2003 e no dia 10 de junho de 2003. Essa data é interessante porque representa a primeira reunião do Conselho de Administração da SANEPAR. Esse novo Conselho é investido de poderes bem mais amplos e abrangentes do que os poderes que o Conselho anterior tinha.

E o que é trazido à pauta nessa primeira reunião do Conselho de Administração da SANEPAR? Precisamente esse pleito da PAVIBRAS.

Chama-me atenção se a proposta era de R\$ 69 milhões em fevereiro de 2002 e em dezembro se pede mais 19, antes mesmo do interregno mínimo para que pudesse existir o primeiro reajuste contratual, significa que a proposta de 69 milhões, na prática, foi para quase 90 milhões, muito superior a proposta do segundo, terceiro licitantes.

O que acontece nessa primeira reunião? Recebe-se esse pleito da PAVIBRAS, presidia o Conselho naquela ocasião como presidi até 2005 e procedia a distribuição desses processos aos diversos Conselheiros. E coube o processo da PAVIBRAS ao Conselheiro Heron Arzua.

O Conselho de Administração da SANEPAR se reúne duas vezes por mês, ordinariamente. Eventualmente dá uma terceira reunião. Logo o processo da PAVIBRAS, que tinha sido distribuído ao Conselheiro Heron Arzua no dia 10, retorna no dia 24. O Conselheiro Heron Arzua pede que a SANEPAR exija da PAVIBRAS a apresentação do seguro garantia previsto numa cláusula do contrato e estabelece um prazo até o início de julho de 2003 para que o seguro garantia seja apresentado.

No dia 8 de julho, a 3ª reunião desse Conselho renovado, eu voto pela primeira vez que será a última até 2006, voto no sentido de ser exigida da PAVIBRAS, no prazo de 15 dias, a apresentação da comprovação de que ela atendeu as exigências da seguradora, sob pena de não fazendo imediatamente, se promover a rescisão do contrato e ainda pus o meu voto, assegurados o contraditório e ampla defesa, porque isso consta da Constituição da República. O meu requerimento, do dia 8 de julho, foi aprovado por unanimidade.

Interessante que nesse mesmo 8 de julho acontece, após a reunião, a entrega de um documento que o próprio Heron Arzua disse ser inusitado, nunca tinha visto nada igual.

Neste mesmo dia, a segunda colocada da licitação do lote 8, vencida a PAVIBRAS, a Construtora CG Ltda entra com uma exceção de impedimento promovida contra mim. Neste documento, assinado dia 7 e entregue à SANEPAR no dia 8, ela diz que tomou conhecimento de que eu estou com o processo da PAVIBRAS e pede que eu seja afastado de qualquer deliberação a respeito da PAVIBRAS, na medida em que eu tinha sido advogado em tempos pretéritos da própria Construtora CG, pertencente ou cujo Diretor-Presidente é um parente meu, o empresário Alberto Maurício Xavier. Os senhores podem ter imaginado o caráter inusitado disso, como disse o Heron. Normalmente quem faz a impugnação, quem argui o impedimento, quem impugna, são terceiros mostrando parentesco e não o parente querendo que o seu contra-parente continue a trabalhar. Mas isso tem uma explicação. O meu escritório tinha advogado para a Construtora CG nos anos de 2000 a 2002 e eu denunciei esse contrato em princípios de dezembro de 2002.

Entendo que este Plenário merece uma explicação do porquê da denúncia do contrato. A denúncia, ou seja, me recusar a continuar atendendo aquela empresa se deveu a um motivo até prosaico, mas não podemos esquecer que o meu escritório é um escritório do qual eu e meus colegas tirávamos o nosso sustento, era o não pagamento de honorários por parte da empresa. O reiterado atraso do pagamento dos honorários me fez denunciar o contrato. E isso acarretou, infelizmente ou não, o rompimento das relações contratuais e pessoais entre eu e esse meu sobrinho. Cá entre nós, foi a melhor coisa que podia ter me acontecido. Por quê? Porque a partir daí eu, sistematicamente, me absteve de deliberar qualquer assunto inerente a PAVIBRAS. Porém, a PAVIBRAS, seus requerimentos, continuaram freqüentando as reuniões do Conselho em bases realmente impressionantes.

Vou ser muito rápido para não aborrecê-los nisso. Mas enfim, no dia 27 de janeiro entra em pauta esse pedido de reequilíbrio da PAVIBRAS, aquele primeiro pedido. Isso é relatado pelo Conselheiro Renato Faria, um dos Conselheiros indicados pela Dominó. Como era de praxe no Conselho e é de praxe até hoje, os Conselheiros têm ampla liberdade para examinar todos os proces-

sos e pedirem todas as informações que necessitarem. Este Conselheiro assim procedeu e pediu uma série de informações adicionais à Diretoria. Quinze dias depois, já de posse das informações que ele pediu à Diretoria, volta para o Conselho de Administração - estamos em fevereiro de 2004 - o pedido de reequilíbrio. O Conselheiro Renato Faria vota a favor do reequilíbrio, o Conselheiro Sérgio Botto de Lacerda pede vista do processo e a deliberação é adiada. Ele, o Sérgio Botto, só vai com esse processo em 23 de março, ou seja, ele ficou 1 mês e 15 dias com o processo e o analisou e votou contrariamente à concessão do pedido da PAVIBRAS.

Ante os termos do voto do Conselheiro Sérgio Botto, o Conselheiro Renato Faria reviu aquele voto que ele tinha proferido e a autorização para se conceder o reequilíbrio foi negado por unanimidade com minha abstenção, quer das deliberações, quer da votação. Apenas assisti o que ali aconteceu, essas informações, tirei do próprio site da SANEPAR que reproduz integralmente todas essas atas. Todavia, nesse mesmo dia, nessa mesma Sessão que negou o reequilíbrio, concedeu-se à PAVIBRAS o pagamento de R\$ 6 milhões e 700 mil, não a título de reequilíbrio, mas a título de pagamento de despesas indiretas. Esse pedido, relatado também pelo Conselheiro Sérgio Botto, foi aprovado por unanimidade, sem que eu tenha participado identicamente. Esse pagamento vai ocorrer apenas em maio de 2004. Mas em maio mesmo, imediatamente após ter recebido essas despesas indiretas, esses R\$ 6 milhões e 700, se alguns dos senhores quiserem os detalhes, vão notar que, na verdade, o valor creditado não foi de R\$ 6 milhões e 700, foi de R\$ 5 e 800, é porque depois o Dr. Stênio pode explicar melhor, é porque a SANEPAR retinha uma caução para cada pagamento feito à empreiteira. Mas no dia 4 de maio ela volta à carga, insiste no pedido de reequilíbrio, agora pedindo mais R\$ 15 milhões.

Esse processo é relatado pelo Conselheiro Nestor Bueno, suplente do Heron Arzua. Ele vota contra, essa denegação do pedido é unânime, não preciso nem registrar a minha abstenção, porque isso vai acontecer até o final do processo. Quatro meses depois, a PAVIBRAS volta ao Conselho, agora com recurso administrativo pedindo que seja deferido o reequilíbrio. Dessa feita, isso vai para um outro Conselheiro, Marcos Mazoni, não é deliberado. No dia 28 de setembro, o Conselho pede informações complementares. No dia 13 de outubro novamente é discutido. No dia 26 de outubro se pede esclarecimentos adicionais à Diretoria. No dia 9 de novembro outros esclarecimentos adicionais. E finalmente, depois de tantas idas e vindas, esclarecimentos, informações, no dia 23 de novembro o Conselho deliberou que esses pedidos deveriam ser negociados diretamente com a Diretoria, ou seja, que a Diretoria deveria negociar com a PAVIBRAS, entabular um acordo e depois submeter esse acordo à apreciação do Conselho de Administração.

Um mês após, a Diretoria submete ao Conselho de Administração o resultado das negociações que teve com a PAVIBRAS. Diga-se de passagem, com outras empresas também. Alguns desses pedidos foram negados, exemplo que me ocorre é da Construtora Itajui, mas o reequilíbrio pedido pela PAVIBRAS foi autorizado nos termos da negociação promovida pela Diretoria. O Conselho autorizou o pagamento de aproximadamente R\$ 25 milhões nos termos do que a Diretoria havia negociado. Registre-se a minha abstenção, mas embora tendo me abstinido de participar das negociações, insisti com os Conselheiros em que formalizássemos na Diretoria um balizamento regulamentar, um balizamento jurídico para que a Diretoria, para que eles não se afastassem nos eventuais pedidos subsequentes de reajuste. Isso acabou depois sendo conhecido na SANEPAR, parte jurídica e mesmo no Conselho e nas Diretorias a ele ligadas como o voto PHX. Mas não é esse voto da PAVIBRAS, é o voto no qual eu estabelecia em que condições deveriam ser dados reajustes e em que condições deveriam ser concedidos os reequilíbrios financeiros nos termos do que a lei preceitua. A facilidade que eu tive para formalizar esse voto é quase que uma obrigação minha, na medida em que eu leciono Direito Administrativo na Federal há 32 anos, já.

Então, se permitem, o professor tem 4 fases. Dizem que o professor jovem é sempre um professor rigorosíssimo, professor jovem não tolera burrice, é rigoroso nas notas. Os anos passam e o professor vai ficando mais camarada com os alunos, ele compreende a burrice, já não é mais tão rigoroso nas notas. Aí passa uma terceira fase em que inevitavelmente ele vai absorver essa chamada burrice. E a quarta fase, que é a nossa dos professores mais velhos, ele só transmite burrice. Espero que não estejam nesta fase, Srs. Deputados, senão estaremos em maus lençóis. Mas o fato é que em decorrência dessa minha experiência docente me senti habilitado a estabelecer esse balizamento à Diretoria, dizendo quais as hipóteses em que os reequilíbrios poderiam ser concedidos. Isso foi aprovado por deliberação unânime. E a bem da verdade, dali para frente não tivemos mais problema algum com relação a esses pedidos de reequilíbrios.

Muito bem, estamos em final de dezembro de 2004. O Conselho aprovou a negociação que a Diretoria fez e a Diretoria começa a fazer os pagamentos das prestações inerentes ao reequilíbrio da PAVIBRAS. No entanto, passados 3 meses, no dia 22 de março de 2005, o Conselheiro Sérgio Botto propõe a suspensão desses pagamentos.

O argumento que o Conselheiro se serviu para pedir a suspensão - que foi aprovada pelos demais Conselheiros, sempre registrada a minha abstenção, eu não deliberei - foi a exigência para que fossem prestadas ao Conselho as informações sobre as bases das negociações havidas. O voto diz o seguinte: "devem ficar suspensos, até que as informações sobre as bases das negociações havidas sejam prestadas. Segundo, se forem respeitados os limites do voto do Conselheiro Pedro Henrique

Xavier, e sobre a interação com o processo de concordata da PAVIBRAS.” Com isso, em 22 de março, o acordo com a PAVIBRAS resta suspenso.

No dia 26 de abril, eu saio da presidência do Conselho e sou substituído na Presidência pelo Conselheiro Sérgio Botto e na Vice-Presidência pelo Diretor-Jurídico Conselheiro Rogério de Stepham. No dia 10 de maio, o Conselheiro - isso consta da ata - toma ciência das negociações celebradas pela Diretoria, no caso da PAVIBRAS, e afirma que a Diretoria deve dar andamento aos pagamentos. É surpreendente porque o Conselheiro já havia deliberado isso, já tinha aprovado e, agora, ele toma ciência daquilo que ele próprio aprovou, mas é o que consta da ata dia 10 de maio.

Tudo resolvido? Não. Dois meses depois, a PAVIBRAS está de volta ao Conselho. Agora, ela quer mais R\$ 14 milhões, 729 mil a título de reajuste contratual, não é mais reequilíbrio.

Esse processo entra em pauta um mês depois, no dia 16 de agosto. Foi relatado pela Conselheira Josélia Brulhani. Ela vota a favor e o Conselheiro Sérgio Botto pede vistas do processo. Só voltará à deliberação um mês depois e o Conselho vai negar, por maioria, o pedido de reajuste, nos termos do voto do Conselheiro Sérgio Botto. Segundo ele, esse índice já havia sido contemplado e pago no reequilíbrio concedido no final de 2005, ou seja, naqueles 25 milhões.

Só no dia 12 de fevereiro de 2006 o tema PAVIBRAS volta ao Conselho. Doze de fevereiro de 2006 é a data daquela reunião em que eu profiro o voto que formalizarei alguns dias depois, sem que o processo estivesse em pauta. Por que a pauta? A pauta era uma forma de os Conselheiros terem ciência, em um prazo estatutário, para que os Conselheiros soubessem o que seria deliberado em cada reunião, para que se preparassem. São muitos processos. Tem reuniões em que deliberamos meia centena de processos. Então, aqueles que pareçam a cada Conselheiro como merecedores de uma atenção maior, sabendo-se da pauta, se buscarão as informações cabíveis e, ao mesmo tempo, eventualmente, irá se fazer os pedidos de diligência, que são muito frequentes nas reuniões do Conselho.

Pois bem, esse processo volta à tona no dia 12 de fevereiro, sem estar em pauta. Aí o Presidente do Conselho relata uma negociação que tinha sido entabulada diretamente entre ele, o Vice-Presidente, alguns Diretores da SANEPAR e representantes da PAVIBRAS. Nos termos dessa negociação que tinha acontecido no dia 30 de janeiro, que estabelecia que a PAVIBRAS receberia praticamente R\$10 milhões - nove, novecentos e alguma coisa - teria liberação, também, de alguns valores caucionados e que, em seguida, se faria uma auditoria para verificar se ela estava em dia, se não estava. A expressão que o Presidente se serviu foi a seguinte: “É bem provável que até se demonstre que a SANEPAR não é devedora, mas sim credora da PAVIBRAS, mas isso se verá através de uma auditoria.”

Foram colhidos os votos de todos os Conselheiros. São 9 Conselheiros, eu era o 8º Conselheiro a votar, já havia 7 votos favoráveis à negociação. Eu votei contra, precisamente por dizer que não tinha elementos que me permitissem fazer esse voto. Também me acompanhou nessa votação o Nestor Bueno.

Alguns dos senhores poderiam perguntar: por que o Conselheiro que aqui está a dispor, que em todas as outras situações se absteve de votar, por que nessa votou? Porque a minha impugnação é segundo os termos, eu poderia favorecer a PAVIBRAS e meu voto era contrário a PAVIBRAS. Não tive nenhum constrangimento em votar nesse sentido.

Enfim, senhores, efetivamente essa é uma síntese - não tão rápida como eu gostaria - das razões que me levaram a proferir aquele voto.

Talvez fosse conveniente elencar muito rapidamente o que mencionei no voto. Em nenhum momento, até aquela data, os Conselheiros que porventura votassem contrariamente a uma decisão de aprovação ou negação pela maioria, nunca eram obrigados a apresentar os seus votos por escrito.

Esta foi a primeira vez em que alguém que votava contra era obrigado a justificar o voto. E eu devo ser franco e dizer, naquela ocasião já disse: olha, essa justificativa do voto já está aprovado por 7 a 2. Essa justificativa poderá constranger os próprios Conselheiros que acabaram de votar pela aprovação.

O voto foi exigido e eu, efetivamente, o levei na reunião subsequente do Conselho, em que simplesmente elenco como principais motivos do meu voto contrário, primeiro a inclusão extrapauta, porque me chamou a atenção; segundo que pedia-se uma autorização prévia para uma negociação que já tinha sido ultimada no dia 30 de janeiro. Tanto é que depois vim a saber que até a ordem de serviço já tinha sido concedida, que o Relator que aparecia como sendo responsável pela apresentação era o Vice-Presidente, mas quem apresentou todo o relatório foi o próprio Presidente do Conselho. A própria negociação em si, em que pagávamos esses 9 milhões a título de reajuste e ainda liberávamos as cauções.

Outro ponto que saliento, se houvesse uma auditoria, ela deveria vir antes do pagamento e não depois, porque a idéia era pagar primeiro e não depois. Já que se tratava de reajuste, os contratos da PARANASAN, todos eles têm uma cláusula que diz: “só se dá reajuste quando a contratada cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos”. É até redundante, deve cumprir. Não havia a necessidade dessa aditivação, mas, o contrato aditivo. E parece que não tínhamos certeza de que esses prazos estavam sendo rigorosamente cumpridos. Enfim, com tudo isso se estaria pagando a mais do que o contrato previa.

Foram essas as razões do meu voto. O voto efetivamente teve a repercussão que imaginava. Não imaginava tanto, é bem verdade, e os outros fatos são do conhecimento dos senhores e se não forem, estarei a inteira disposição para os esclarecimentos que eu conseguir prestar.

Espero não tê-los aborrecido em demasia. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Obrigado Dr. Pedro Henrique.

Passo, portanto, a seguir, a palavra para o Presidente da SANEPAR, Dr. Stênio Jacob.

Sr. Stênio Jacob

O SR. STÊNIO JACOB

Exmo. Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus; Exmo. Sr. Deputado Alexandre Curi, 1º Secretário desta Casa; Exmo. Sr. Deputado Jocelito Canto, 2º Secretário; Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração da SANEPAR, Pedro Henrique Xavier; Sras. e Srs. Deputados.

Comparecemos hoje a esta Casa, atendendo o convite formulado pelos Srs. Deputados, para prestar esclarecimentos sobre um tema bastante comentado pela imprensa paranaense, fato que tem provocado muitas dúvidas quanto à lisura do nosso comportamento frente à Diretoria Executiva da SANEPAR.

Gostaria de ressaltar que todos os procedimentos adotados pela administração da SANEPAR estão rigorosamente de acordo com a legislação vigente ao estatuto da companhia e levando-se em conta o interesse público, com vistas a atender a população do estado, já que a garantia da água tratada e os sistemas de coleta e tratamento de esgoto são poderosos instrumentos de saúde da população e de saneamento ambiental do nosso estado.

A SANEPAR, em seus 44 anos de existência, se transformou em uma referência nacional e internacional, pela excelência de seus serviços e pela qualidade técnica de seus empregados. Tem sido, ao longo dos anos, merecedora de prêmios por sua dedicação, seja ela na área ambiental, na transparência contábil, na evolução do atendimento da população do Paraná.

O Programa PARANASAN foi concebido para atender demandas crescentes na região metropolitana de Curitiba e no litoral, decorrentes do crescimento dessas áreas, que passaram a exigir investimentos cada vez maiores para suprir as necessidades de abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto e de saneamento ambiental.

A SANEPAR adota a política de expansão de seus serviços em um horizonte de 10 anos, de forma a evitar, principalmente, o desabastecimento de água. Sem dúvida nenhuma o PARANASAN foi concebido exatamente para atender a essa necessidade.

O convite formulado pela Assembleia Legislativa foi no sentido de esclarecer aos Srs. Deputados sobre este programa, com ênfase especial sobre o contrato SANEPAR/PAVIBRAS. Para melhor detalhar esse programa, sobre o contrato PAVIBRAS e sobre o PARANASAN, peço permissão ao Sr. Presidente desta Casa, para que a

nossa engenheira Cristiane, responsável técnica da SANEPAR, pela concepção e pelo gerenciamento do programa, possa usar da palavra para dar detalhes e demonstrar o escopo do programa e seu andamento, bem como para esclarecer o contrato SANEPAR/PAVIBRAS.

O SR. DURVAL AMARAL (Democratas)

Sr. Presidente, questão de ordem?

(Assentimento)

Vou levantar questão de ordem, depois, V. Exa. dá o entendimento, porque o Deputado Romanelli está me chamando a atenção, aqui, para uma situação.

Sr. Presidente, o Regimento Interno é muito claro no seu artigo 97, inciso I, que o Secretário de Estado, a autoridade aqui convidada para vir prestar esclarecimentos diz: “Quando convocada para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.”

Ouvimos aqui o Dr. Pedro Henrique Xavier, que fez uma explanação belíssima e maravilhosa, demonstrando toda a sua capacidade de explanação. Tenho certeza que o Sr. Stênio, que conheço e reputo um técnico de primeira grandeza, tem todas as condições também para fazer os esclarecimentos necessários aos Srs. Deputados Estaduais. Acho que seria diminuir a competência e sem demérito nenhum à doutora - tenho o maior apreço e respeito pelas mulheres e sei que elas ocupam uma posição de destaque na sociedade, muitas vezes se saem melhor nos cargos que ocupam do que os homens - mas temos que respeitar a Assembleia Legislativa e os Srs. Deputados. Viemos aqui para ouvir o Dr. Stênio, com todo o respeito.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passo a responder a questão de ordem de V. Exa., Deputado Durval Amaral. Não considero em absoluto qualquer desrespeito a esta Casa e muito menos ao Regimento Interno, quero deixar bem claro. Não há nenhum tipo de convocação, há um convite. O Regimento Interno fala de convocação, estamos tratando de um convite. Tivemos a precaução de, hoje pela manhã, termos uma reunião com o Líder do Governo e o Líder da Oposição, onde nós dividiríamos o tempo em 1 hora e 30 minutos - que deverá ser descontado com essa questão de ordem - onde dividiríamos essa hora e 30 minutos em 3 partes: a palavra do Dr. Pedro Henrique, a palavra do Dr. Stênio Jacob e da sua assessora, que foi inclusive a responsável pelo programa do PARANASAN. Se o objetivo desta Casa é realmente esclarecer, não vejo nada que impeça que alguém que venha contribuir para esse esclarecimento seja ou não pessoal.

Portanto, cabe à questão de ordem de V. Exa. e eu indefiro a questão de ordem de V. Exa., autorizando a engenheira Cristiane a fazer uso da palavra.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero dizer que nós começamos mal. Desculpe, mas começamos mal!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nós começamos muito bem, Deputado Romanelli. Nós ouvimos aqui, com muito respeito, a palavra do Dr. Pedro Henrique Xavier, passando a palavra ao Dr. Stênio Jacob e agora ouviremos a Dra. Cristiane.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Só que respeitem o acordo que foi feito, Exa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

Fui o Deputado que fez esse requerimento e vou ler o requerimento aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. não precisa ler o requerimento, Deputado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Mas peço a V. Exa. que atente pelo que aprovamos nesta Casa, o que diz o requerimento. Pedi para estarem presentes aqui para falar o Dr. Pedro Henrique, que já falou, e o Dr. Stênio Jacob, porque senão depois posso também colocar o meu advogado para fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada impede que V. Exa. faça isso.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Posso colocar o meu advogado para fazer perguntas?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra a Dra. Cristiane.

O SR. STÊNIO JACOB

Sr. Presidente, gostaria de esclarecer aos Srs. Deputados...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente.

Desculpe-me Dr. Stênio!

Na verdade, Sr. Presidente, jamais quero pôr em dúvida a sua decisão, mas o acordo que firmamos foi que, em cima do requerimento feito pelo autor, Deputado Douglas, nós teríamos uma hora e meia para exposição da questão PARANASAN.

Em nenhum momento foi tratado entre nós que uma terceira pessoa, por mais ...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero colocar aqui o que firmei de compromisso, para que os Srs. Parlamentares da Oposição entendam qual o compromisso que firmamos.

É em cima do requerimento do Deputado Douglas, com a presença do Dr. Pedro Henrique e do Dr. Stênio e não temos conhecimento da terceira pessoa, por mais competente que seja e por mais respeito que tenhamos a essa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra a Dra. Cristiane.

O SR. STÊNIO JACOB

Srs. Deputados, o objetivo da presença da nossa engenheira nesta tribuna é exatamente para esclarecer detalhadamente o Programa PARANASAN e com certeza ela fará isso muito melhor do que eu. Estarei à disposição dos Srs. Deputados após a sua exposição para, na medida do possível, atender aos seus questionamentos. É só com esse objetivo, de esclarecer o melhor possível para esta Casa, para a imprensa e para todos aqueles que aqui estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra a Dra. Cristiane.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria de colocar aqui que não gostaríamos de entrar nesse questionamento, mas gostaríamos que a gerente do PARANASAN - posso até estar equivocado, porque não tenho a compreensão total de toda a situação - fizesse uma apresentação de nome, cargo, há quanto tempo está à frente da questão do PARANASAN, para que pudéssemos daí levantar uma outra questão de ordem se verificarmos aqui em nossos documentos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu quero crer, Deputado Romanelli, que a Dra. Cristiane vai usar a palavra por alguns minutos, posteriormente, V. Exas. terão, de acordo com aquilo que combinamos, uma hora e meia para inquirir tanto o Dr. Pedro Henrique, como o Dr. Stênio Jacob, e aí poderão fazer esses tipos de questionamentos. Agora, se continuarmos protelando, protelando, não vamos chegar a lugar nenhum.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, eu só gostaria, é uma prerrogativa de todos nós - o senhor é um homem legalista, mas não é só legalista, o senhor parece legalista, isso que é o mais importante - então que a Dra. Cristiane dissesse qual é o seu sobrenome.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Por 50 minutos, com a palavra a Dra. Cristiane.

De acordo com o que está escrito e acordado, esses 50 minutos serão ininterruptos, não será admitido durante esse período qualquer tipo de aparte. As perguntas ficarão para depois.

Sra. Cristiane Schwanka

A SRA. CRISTIANE SCHWANKA

Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Dr. Stênio Jacob, Diretor-Presidente da SANEPAR; Ilmo. Sr. Pedro Henrique Xavier, Presidente do Conselho de Administração da SANEPAR; Exmo. Sr. Deputado Alexandre Curi, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Jocelito Canto, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná; demais Deputados; demais Diretores da Companhia de Saneamento do Paraná aqui presentes; senhores convidados.

Aqui vos fala a engenheira Cristiane Schwanka. Eu sou engenheira da SANEPAR desde 1988, atuei no Programa Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná, chamado PARANASAN, desde o período de prévia habilitação de solicitação do financiamento perante o órgãos financiador, desde 1995, razão pela qual fui selecionada pelo Diretor-Presidente da SANEPAR para prestar os esclarecimentos relativos ao programa.

O Programa PARANASAN é um projeto de saneamento ambiental do Paraná contratado perante o banco japonês, o JBIC, sucessor do banco OSF, banco esse japonês. Um projeto estimado de US\$ 392 milhões para contemplar ações de ampliações e implantações do sistema de abastecimento de água e esgoto na região metropolitana de Curitiba e na região litorânea. Esse financiamento ainda contemplava a disposição de resíduos agrotóxicos. O PARANASAN é, portanto, senhores, um programa de governo. Esse empréstimo foi assinado pelo Governo do Estado do Paraná na data de 08 de janeiro de 1998. Para esse empréstimo estão delineados os desembolsos previstos por ano, até o ano de 2003, totalizando então, até o ano de 2003, 39 milhões, 476. Os desembolsos do fundo de empréstimo tinham uma previsão de finalização, de encerramento do financiamento até o final do ano de 2003. Aí está, por exemplo, o cronograma de amortização do financiamento do banco japonês - é importante destacar que esse é um financiamento para o Governo do Estado do Paraná, ele não é um financiamento para a SANEPAR, o tomador é o Governo do Estado do Paraná.

Entre as ações previstas a serem executadas no programa PARANASAN contemplam a construção de duas barragens - a barragem de Piraquara e a barragem do Miringuava, 7 estações de tratamento de água, 33 reservatórios, 100 quilômetros de adutora, 2200 quilômetros de rede, mais de 110 mil ligações de água, 23 estações de tratamento, 1820 quilômetros de rede coletora e 87 mil novas ligações de esgoto, beneficiando uma população de 2 milhões e 777 mil pessoas na região metropo-

litana e litoral, com abastecimento de água, e 2 milhões e 91 mil habitantes com esgotamento sanitário na região metropolitana e na região litorânea.

Esta é a envergadura do projeto PARANASAN. É o maior investimento em saneamento básico ocorrido no estado do Paraná. Importante destacar que o Governo do Estado do Paraná foi selecionado entre outros concorrentes, junto com Rio de Janeiro, Ceará, e foi beneficiado, foi selecionado por dois fatores importantíssimos: primeiro porque contempla uma colônia nipônica de grande relevância, isto foi levado em consideração pelo banco, e segundo porque as ações da SANEPAR, o desenvolvimento, a performance contábil foram de extrema segurança para a realização do acordo de empréstimo.

Para os senhores terem uma idéia da dimensão do projeto PARANASAN, em 1997 quando estávamos negociando o acordo de empréstimo, a SANEPAR tinha uma receita operacional na ordem de 483 milhões. O investimento da SANEPAR nesse mesmo ano, por conta de outros programas de financiamento em desenvolvimento, recursos do Banco Mundial, recursos do BID, totalizavam 147 milhões - o valor do acordo de empréstimo então datado de 08 de janeiro de 1998 extrapolava, Srs. Deputados, a ordem de R\$ 334 milhões era quase uma nova SANEPAR.

O financiamento, então, para os senhores terem uma idéia hoje qual o cronograma de financiamento, qual a composição do programa de financiamento - recursos então originalmente vindos do Banco JBIC, US\$ 221 milhões ou R\$ 207 milhões. A contrapartida da SANEPAR para este financiamento, R\$ 160 milhões, num total de R\$ 367 milhões. A cotação da moeda na época da negociação - e isto é importante, vou retomar este assunto lá na frente - um dólar valia 0,93 centavos de real.

Então, para relembrar, é um acordo, como bem disse o Dr. Pedro Henrique, um acordo de empréstimo extremamente vantajoso para o governo do Paraná. As taxas de financiamento, juros de 4% para a obra, basta lembrar que atuais fontes de financiamento, por exemplo a Caixa Econômica, extrapolam os 12%, sendo que obra 65% financiada pelo banco japonês, consultoria e projeto 100% financiado pelo banco japonês, sem necessidade de contrapartida - uma carência de 7 anos e uma amortização de 18 anos, 25 anos para pagamento desse acordo de empréstimo.

Esse é o cronograma de implantação do projeto. Aqui os senhores podem verificar que havia os escopos - a região metropolitana, água; região metropolitana, esgoto; região litorânea, água; região litorânea, esgoto; áreas de influência, dispositivos de agrotóxicos, eventos como desapropriação, assistência técnica, contingências físicas e econômicas e custo da administração, dizendo que em 2004 todos esses programas deveriam estar finalizados.

Importante destacar, eu iniciei falando que trabalhei no PARANASAN desde 1995, quando o banco esteve procurando o Governo do Estado do Paraná, foi

necessário definir as prioridades dos investimentos, e foi então necessário definir naquele momento perante o banco quais seriam os lotes de contratação das obras. O banco japonês, então, em acordo com o Governo do Estado do Paraná, definiram 10 pacotes de obras, sendo o primeiro, gerenciamento e projeto; e o segundo, supervisão de obras. Esses dois primeiros pacotes de financiamento são exigências do acordo de empréstimo, o banco somente concede a liberação do recurso se houver uma empresa contratada para execução de projeto e gerenciamento de obra que acompanhe todo o cronograma de desembolso para além da execução do projeto e também um outro contrato de supervisão de obras que acompanhe todo o cronograma de desembolso para além, também, da finalização das obras.

Depois estão aí colocadas: a barragem Piraquara II; a barragem Miringuava, primeira fase do abastecimento de água de Curitiba, segunda fase do abastecimento de água da região metropolitana; primeira fase do esgoto da região metropolitana; segunda fase do esgoto da região metropolitana, água e esgoto do litoral.

Importante é destacar, senhores que foi através desse projeto, do PARANASAN, que foi possível afastar todo aquele problema de racionamento de água que vivíamos na década de 90 aqui em Curitiba.

Esses quadros demonstram o escopo original do contrato de financiamento e o escopo atual de execução das obras ou de conclusão dos contratos. Aí os senhores podem verificar, por exemplo, que na região metropolitana de Curitiba já foram concluídas: uma nova estação de tratamento de água, de 4 mil e 200 litros por segundo, que é a estação de tratamento de água do Iraí. Está em execução, neste momento a estação de tratamento de água do sistema Miringuava e foram concluídas, na região litorânea, as estações de tratamento, a ETA em Guaratuba, e a ETA em Matinhos. Destaque-se a importância dos novos reservatórios de abastecimento, só com eles foi possível superar o fantasma do racionamento.

Senhores, o incremento de produção de água tratada, tanto do sistema integrado da região metropolitana como do litoral, hoje a cada segundo são 5 mil 789 litros de água que estão à disposição da população paranaense, beneficiando 2 milhões 777 mil paranaenses.

Em relação ao esgoto, esse é o cenário do contrato original do acordo de empréstimo e da situação das obras: já concluímos, na região metropolitana de Curitiba, 3 novas estações de tratamento de esgoto na região metropolitana de Curitiba. No município de Fazenda Rio Grande encontra-se em execução uma nova estação de tratamento. Na região litorânea, em execução ainda, 400 litros por segundo, as novas estações de tratamento. Vejam senhores, 49 mil ligações de esgoto em execução; 52 mil novas ligações de esgoto já concluída e 10 mil ligações de esgoto praticamente concluídas na região litorânea.

Aqui é possível visualizar que 110 mil 804 novas ligações de esgotamento sanitário foram possíveis de ser

realizadas pelo PARANASAN, beneficiando uma população direta de 576 mil habitantes.

Em termos de capacidade de tratamento de esgoto nós evoluímos, na região metropolitana de Curitiba, de 1 mil para quase 4 mil litros por segundo para capacidade de tratamento de esgoto sanitário. Isso representa uma obra de grande mitigação de impacto ambiental, mais que isso, uma obra de grande relevância de saúde pública, beneficiando mais de dois milhões de habitantes.

Aqui, para os senhores terem uma idéia, durante o desenvolvimento do acordo do empréstimo, no ano de 2001, com a retirada do escopo de embalagens de agrotóxicos, porque houve alteração legislativa que determina que os fabricantes de agrotóxicos recolham as suas embalagens, nós então na SANEPAR, o Governo do Estado do Paraná, renegociou o acordo de empréstimo, possibilitando a ampliação do escopo, tanto do sistema de abastecimento de água, como do sistema de esgoto.

Em termos de estação de tratamento de água foi possível inserir, senhores, a nova estação de tratamento de água do sistema Miringuava, que vai ter capacidade para 2 mil litros por segundo e que deverá ficar concluída ainda este ano.

Na parte da região litorânea, do escopo original, o Governo do Estado, em conjunto com a SANEPAR, decidiu repactuar as metas originais do acordo de empréstimo, de tal forma a possibilitar a construção das macroestruturas e que seja possível, em etapas posteriores, a execução de redes finas com menor nível de exigência de investimento.

Na parte do esgoto sanitário da região metropolitana de Curitiba, foi possível inserir mais estações de tratamento de esgoto, mais interceptores. Dobramos a quantidade de interceptores. Praticamente dobramos a quantidade de rede coletora e dobramos a quantidade de ligações prediais de esgoto originalmente previstas. Vejam, o benefício foi todo revertido para a população do estado do Paraná.

O valor atual do empreendimento do Projeto PARANASAN.

Se os senhores se recordam do slide que passamos há algum tempo atrás, o JBIC hoje colabora nesse financiamento, com R\$ 554 milhões.

A Caixa Econômica foi inserida para fazer frente à contrapartida da SANEPAR na ordem de R\$ 187 milhões.

O BNDES - buscamos uma emissão de debêntures para aliviar o caixa da empresa e fazer frente às contrapartidas da SANEPAR, na ordem de R\$ 259 milhões de reais. A SANEPAR está desembolsando com recursos próprios para esse projeto, R\$ 56 milhões. É R\$ 1 bilhão de investimentos no Governo do Estado.

Com relação à gerenciadora do Projeto PARANASAN.

É importante destacar que às vezes, algumas confusões são levantadas nesse aspecto. Disse aos senhores que a gerenciadora foi responsável pela elaboração dos

projetos básicos, pela elaboração dos projetos executivos e ela faz também, pertencente ao escopo de contratação, todas essas ações, dentre as quais se destacam o relacionamento com o banco financiador e a assessoria à SANEPAR, nos processos de seleção de consultoras, nos processos de licitação e na coordenação das atividades, bem como os estudos ambientais necessários.

A supervisora de obras do PARANASAN.

Os senhores se recordam, exigência do banco: ela também faz um consórcio de empresas. Nos 2 escopos há empresas japonesas acompanhando a execução regular do contrato. Além dos escopos de assessoria, prestam ainda todos os serviços técnicos de engenharia, para possibilitar a fiscalização das obras. A fiscalização das obras do Projeto PARANASAN é feita pelo consórcio da supervisora de obras.

Edital do contrato de obras da PAVIBRAS.

Os senhores percebem então, o contrato da PAVIBRAS, inserido um dos lotes de licitação com escopo definido já em 1995, com escopo definido, ratificado por ocasião da assinatura do acordo de empréstimo em 1998. Prevê o edital que o suporte legal da licitação da Lei Nacional nº 866 atendesse aos manuais do agente financiador. Prevê ainda também o edital, a visita aos locais da obra. É importante destacar que o regime de contratação das obras é um regime de preço global, não é senhores, o regime de empreitada integral, regime de preço global, menor preço.

Condições para participar da licitação:

Algumas exigências mais restritivas por parte do agente financeiro.

Exigências para apresentação de garantia de manutenção de proposta, também fixada em edital, além de previsão legal na Lei de Licitações.

A garantia de execução de contrato, também expressa em edital. Aqui no edital, pelo fato do agente financeiro mais restritivo, caberá à contratada optar por uma das modalidades de fornecimento de garantia.

Os riscos da contratada, os riscos da contratante: quais são os seguros exigidos para a manutenção durante a execução do contrato? Como deverá ser feita a apresentação do seguro? E a definição dos prazos para a execução da obra? A definição dos chamados “marcos contratuais”. Isso, como bem lembrou o Dr. Pedro Henrique, que são analisados por ocasião das prorrogações de prazo se há obediência do marco contratual, ou sua desobediência, ou ocorreu por motivos imputáveis à contratada, ou à contratante.

O próprio edital prevê expressamente a ocorrência de eventos compensáveis dado a magnitude da obra. A obra específica, do contrato do lote, do contrato da PAVIBRAS, possui mais de 4 estações de tratamento, abrangem 5 municípios, mais de 250 quilômetros de rede coletora, mais de 10 mil ligações prediais, mais de 30 elevatórias de esgoto. Logo, o banco, já conhecedor da situação, ao nos dar e exigir um modelo de edital, exigiu que constasse a previsão de ocorrência de eventos com-

pensáveis. Por exemplo, destaco, aquele quando a contratante impede o acesso da contratada ao local das obras, ou quando ordena a execução de um serviço não previsto. O mesmo edital, por exigência do agente financiador prevê expressamente no seu item 35 a ocorrência de serviços adicionais ou extracontratuais. Isso é decorrência direta da modalidade de licitação utilizada, regime de preço global, menor preço. O próprio edital prevê em seu item 36 o reajuste de preços a ocorrer por mero decurso de prazo a cada 12 meses, desde que verificada a ocorrência ou não de culpa da contratada e da contratante. A garantia de execução do contrato.

A licitação, objeto do contrato da empresa PAVIBRAS teve a sua abertura, como bem falou o Dr. Pedro Henrique, em fevereiro de 2002. O objeto da obra é esse aqui: implantar ou ampliar o sistema de esgotos sanitários nas cidades de Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná.

O preço de referência da SANEPAR, vigente, senhores - e aqui chamo a atenção à tabela de preços da SANEPAR vigente à época - é a tabela de preço de julho de 2001. O preço de referência da SANEPAR é R\$ 80.452.300,00. Esse preço foi informado previamente ao agente financeiro. Foi informado para possibilitar a aprovação, o chamado “no object” de liberação do edital, para permitir a licitação. O agente financeiro teve conhecimento do valor da obra, para verificar se os desembolsos ocorreriam conforme planejado.

Importante destacar, isso já foi aventado, que o preço da PAVIBRAS poderia ser inexecutável.

A lei de licitações é clara, os critérios são dois: o critério mais desfavorável, nós colocamos nessa transparência, é 70% do preço da administração, ou seja, a Comissão de Licitação somente poderia considerar proposta inexecutável, ofertas por preços inferiores a R\$ 56.316.610,00. Não está a critério do administrador público definir a inexecutabilidade do preço. Esse critério é objetivo, está previsto na lei.

As propostas apresentadas: a PAVIBRAS apresentou o menor preço R\$ 69.151.938,31. O Consórcio CG/Gomes/Andraus/Cosat, R\$ 83.852.709,95. O consórcio Saneando Litoral, R\$ 96.992.671,48. Stemag, uma empresa de São Paulo, R\$ 101.985.000,00. A Cesbe, uma empresa paranaense, R\$ 107.729.000,00. Queiroz Galvão/Passarelli, R\$ 119.131.064,00, e Consórcio CNO-CBPO, R\$ 129.121.000,00.

Nesses contratos, dois fatores foram impeditivos da sua execução regular, quais foram: ausência de desapropriação de áreas, de licenciamento ambiental no momento da assinatura do contrato, e aqui chamo a atenção dos senhores, o Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná é um programa de governo que visa a melhoria das condições de saneamento da população do estado do Paraná. A decisão para assinatura do contrato de obras com a PAVIBRAS, que ocorreu em abril de 2002, foi uma decisão política do governo em exercício.

Aqui trago um fato interessante para os senhores tomarem conhecimento, que retrata a realidade nacional. A SANEPAR solicitou, em maio do ano 2000 - e aqui eu reforço, a licitação ocorreu em fevereiro de 2002, portanto, com 2 anos de antecedência - os licenciamentos ambientais para o órgão ambiental estadual.

Em maio do ano 2000 foram solicitadas as licenças prévias para os municípios de Matinhos, Guaraqueçaba, Morretes e Pontal do Paraná e em junho para Guaratuba. Somente em maio de 2002 - vejam os senhores, o contrato foi assinado em abril de 2002 - somente em maio de 2002 foi emitida a licença de instalação que é a licença autorizativa para execução das obras no município de Guaratuba; somente em junho de 2002 para Morretes e Guaraqueçaba e em dezembro de 2002 o órgão ambiental emitiu licença para Matinhos e Pontal do Paraná. Todavia, em abril de 2003 o mesmo órgão ambiental cancelou a licença, a pedido do Ministério Público, por entender que a população do litoral não havia sido suficientemente esclarecida das obras. Foi necessário realizar novas audiências públicas, foi necessário reiniciar o processo de licenciamento ambiental, e somente em junho de 2003 nós tivemos a última licença ambiental liberada para permitir a execução das obras.

Senhores, até junho de 2003 - o contrato foi assinado em abril de 2002 - somente em junho de 2003, até lá apenas 54% do contrato de obras havia sido liberado para execução, por falta de licenciamento ambiental e por falta de desapropriações de áreas. Retomar a decisão de assinar esse contrato, não foi uma decisão da Diretoria exclusiva da SANEPAR, não foi do seu corpo técnico, foi uma decisão política. Esse fator - um ano depois da assinatura do contrato, somente 54% da obra estava liberado para execução - fez com que a empresa contratada apresentasse pleitos à SANEPAR com objetivo de ressarcimento de custos de indenização que foram submetidos à apreciação da Diretoria da SANEPAR, foram submetidos à apreciação do Conselho de Administração, conforme bem relatou Dr. Pedro Henrique.

O primeiro pleito da PAVIBRAS foi o ressarcimento de custos por acréscimo de despesas indiretas. O que são despesas indiretas? São aquelas relacionadas ao contrato e que não dizem respeito diretamente ao objeto da execução da obra, que é uma obra de esgotamento sanitário. Representa acréscimo de custos da administração, do aluguel do canteiro, dos serviços contábeis que a empresa tem que garantir durante toda a execução do contrato.

Qual foi a base do pedido da PAVIBRAS? Ela disse que a ausência das licenças ambientais, as desapropriações das áreas impediram a execução simultânea das obras nas 5 cidades, eliminando os ganhos de escala, impossibilitando a conclusão dentro do prazo originalmente previsto.

Qual foi o fundamento legal para o deferimento do pedido da PAVIBRAS? Está na lei. O artigo 66 da Lei de Licitação diz: *Toda vez que a administração der causa a*

impedimento normal da execução do contrato, ela tem o dever de indenizar. Da mesma forma, o artigo 37 da Constituição Federal determina que a administração pública garanta as condições iniciais da proposta. Se a empresa contratada fez uma proposta de preço que considerava a execução simultânea das obras nos 5 municípios, ela deveria ter o direito de trabalhar nos 5 municípios simultaneamente.

A PAVIBRAS apresentou esse pedido de ressarcimento de despesas indiretas em novembro de 2003. Somente foi aprovado em março de 2004, devido a análise técnica necessária. Estudo complexo solicitou R\$ 8 milhões, 498 mil e a SANEPAR atestou o seu corpo técnico, recomendou à Diretoria o pagamento de R\$ 5 milhões, 883 mil, porque a equipe técnica da SANEPAR identificou desvios no pedido da PAVIBRAS, pois ela pedia ressarcimento em áreas que já haviam sido liberadas, porque ela pedia ressarcimento igual para aquela área, por exemplo, que ela tinha licença ambiental já no início de 2002. Por isso, foi possível a redução do pleito. O segundo pleito da PAVIBRAS, já sinalizado pelo Dr. Pedro Henrique, o pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, teve como base a elevação excessiva dos preços dos insumos da obra, materiais e equipamentos, ocorridos no ano de 2002.

Aqui trago uma definição, com todo respeito ao Dr. Pedro Henrique, a definição do professor Marçal Justen Filho, que o equilíbrio econômico-financeiro do contrato significa a relação de fatos existentes entre o conjunto de encargos que o contrato tem que executar para a administração e a remuneração que a administração lhe deve. Toda vez que há um descompasso no encargo e na remuneração, eles deixam de ser uma situação de igualdade à necessidade de recompor o equilíbrio. E aqui queria chamar atenção dos senhores, que o instituto de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, instituto do direito administrativo, vale para os dois lados da relação. Em qualquer momento, quando a administração entender que os preços pactuados estão acima, ela pode revisar os seus preços também.

Aqui só para fixar que o reequilíbrio ocorre em casos em que a modificação decorre de uma variação extraordinária de preços. Não estamos falando de uma variação normal de ocorrer, mas numa variação extraordinária dos preços desvinculada da inflação, porque para repor o valor da moeda já existe um outro instituto. A atividade e execução do contrato sujeita-se a uma anômala elevação de preços. A fundamentação do pedido da PAVIBRAS. Ela apresentou um estudo desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas específico para o contrato. Não foi um estudo genérico. A Fundação Getúlio Vargas estudou os insumos necessários, os materiais necessários para a execução do contrato de obras e apresentou uma defasagem de preço, um desequilíbrio na ordem de 27%. Apresentou também um parecer do professor Marçal, conforme bem disse Dr. Paulo Henrique. Posteriormente, a SANEPAR exigiu a apresentação das notas fiscais de

aquisição de compra de materiais e equipamentos para atestar a real alta extraordinária dos preços.

Esse é o relatório da Fundação Getúlio Vargas, atesta o índice de 27,49. Essa tabela é impossível a leitura, mas ela atesta e atribui os índices de maior relevância para o contrato, por exemplo, fornecimento de tubulações, fornecimento de aço, concreto - e aqui nós destacamos a variação de preço que houve para o óleo diesel, o insumo essencial para execução da obra, para execução do contrato no período de fevereiro de 2002 a dezembro de 2002 - o óleo diesel necessário para operar as máquinas, as retroescavadeiras, os caminhões, teve uma variação de 86,5%. O PRFV que é um material plástico utilizado para as tubulações de maior diâmetro, no contrato, no período tiveram uma variação de 72%; o PAD, uma tubulação utilizada para linhas de recalque, no período, tiveram uma variação de 55,66%; os tampões de poços de visita, no período, 58,64%; formas para concretagem, no período, 50,93%; concreto, no período, 28,65%.

Relembro aos senhores que a licitação ocorreu em fevereiro de 2002; a assinatura do contrato em abril de 2002; em outubro de 2002, a PAVIBRAS apresenta uma correspondência avisando à SANEPAR, notificando à SANEPAR da ocorrência do equilíbrio. A SANEPAR, ato contínuo, avisa à empresa contratada: "comprove a ocorrência do desequilíbrio." Somente em dezembro de 2002, então com esses documentos, a PAVIBRAS dá entrada no pedido formal de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, para ter a aprovação apenas em dezembro de 2004.

Senhores, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato não é usual na administração pública. Ela é extraordinária. A ocorrência, nesse período de 2002, foi uma ocorrência anormal. O valor solicitado pela PAVIBRAS, como disse o Dr. Pedro Henrique, 27,43% representava no contrato 17 milhões. O valor aferido pela equipe técnica da SANEPAR foi na ordem de 24,67%, correspondente a um valor de R\$ 14 milhões, 843 mil.

Da mesma forma, não compete à administração não recompor a equação econômico-financeira do contrato. Os artigos 58 e 65 da lei determinam que a administração assim o faça. O artigo 37 da Constituição Federal igualmente determina que a administração assim o faça.

Outros pleitos, senhores, foram decorrentes, ainda, da delonga na prorrogação do prazo do contrato com a PAVIBRAS. Delonga essa ocasionada, como bem disse aqui no princípio, pela ausência das desapropriações necessárias, pela ausência dos licenciamentos ambientais necessários.

A PAVIBRAS requereu, também, pagamento de serviços executados e não previstos no contrato. Aqueles serviços que me referi aos senhores, os chamados eventos compensáveis e os serviços extracontratuais ou adicionais. Tratam-se, senhores, de serviços necessários ao

escopo da obra. O projeto dessa obra foi concluído no ano de 2000, a obra foi licitada no ano de 2002 e os senhores viram, em 2003, que 54% ainda não havia sido liberado.

Três anos depois da execução do contrato, novos pavimentos foram feitos nas ruas da região litorânea; novos sistemas de drenagem foram feitos; surgiram inúmeras interferências; áreas que a SANEPAR havia desapropriado foram invadidas; foi necessário fazer alterações de projetos. Esses serviços não eram previstos originalmente no contrato, foram executados pela empresa contratada e eram devido a sua remuneração. A sua remuneração foi aferida pela supervisora de obras e a sua execução está registrada nos boletins diários da obra.

Também devido à PAVIBRAS, juros e correção monetária a partir do reconhecimento da ocorrência do desequilíbrio financeiro. A SANEPAR somente aprovou a recomposição do equilíbrio em dezembro de 2004. Como a empresa havia apontado desequilíbrio a partir de outubro de 2002, ela teria, a partir de outubro de 2002, o direito ao recebimento, portanto, pelo atraso nesses 2 anos eram devidos juros e correções monetárias.

Também devido à PAVIBRAS ressarcimento de custos por acréscimo de despesas diretas, aquelas despesas que dizem respeito à execução do contrato: a prolongação do aluguel da máquina retroescavadeira; a permanência da equipe dos vateiros para fazer as vates para assentamento da tubulação, por exemplo. Aí está, senhores, o fundamento legal, as cláusulas 34 e 35 do contrato que demos ênfase, os artigos 58 e 65 da lei e o artigo 37 da Constituição Federal.

O reajuste contratual - por ter sido causa de polêmica entre os membros do Conselho, fazemos aqui a definição - também definição do professor Marçal, é dedicado exclusivamente a recuperar o valor da moeda, não é dedicado a recompor altas extraordinárias de materiais e equipamentos.

Fizemos aqui, senhores, em respeito ao princípio da transparência da administração pública, uma demonstração dos valores que foram pagos até hoje para o contrato da PAVIBRAS. O valor original do contrato, os senhores se recordam, o preço ofertado pela PAVIBRAS foi de R\$ 69 milhões. Até a rescisão contratual, a PAVIBRAS faturou do contrato original R\$ 61 milhões, 161 mil. A título de despesas indiretas, se os senhores se recordam, solicitou R\$ 8 milhões, a SANEPAR atestou R\$ 5 milhões.

Reequilíbrio até dezembro de 2004, fizemos a divisão porque o que já havia sido faturado de serviços de outubro de 2002 até dezembro de 2004, foi pago pela SANEPAR em 6 parcelas. O reequilíbrio a vencer, ou seja, do contrato devido a obras a serem executadas, em nenhum momento, portanto, Srs. Deputados, a SANEPAR antecipou o pagamento a título de recomposição de equilíbrio. Ela só é paga junto com o faturamento mensal a partir dos serviços executados, R\$ 7 milhões e 47 mil. E aqueles outros pleitos que já relatei, serviços extra-

contratuais, eventos compensáveis, juros e atualizações monetárias, acréscimos de despesas diretas, R\$ 10 milhões. O reajuste contratual previsto no contrato operado simplesmente pelo decurso de prazo de 12 meses, desde que inexistindo culpa exclusiva da contratada, R\$ 13 milhões, 720 mil, que a PAVIBRAS recebeu a título de reajuste contratual, cláusula prevista em contrato.

Então, senhores, até março de 2007, data da rescisão contratual, a SANEPAR pagou à PAVIBRAS R\$ 113 milhões. E aqui chamo a atenção dos senhores que o preço original da proposta da PAVIBRAS tinha uma referência orçamentária de fevereiro de 2002. Já decorreram 5 anos, 5 índices de reajustes foram pagos e incidiram nesse contrato.

A atualização daquele preço de referência de 80 milhões da SANEPAR, que apresentei no início, hoje representa 133 milhões. O que foi pago até este momento à PAVIBRAS é inferior ao valor de referência da SANEPAR atualizado.

Quais foram as razões do acordo da SANEPAR, da Diretoria da SANEPAR, ratificado pelo Conselho de Administração da SANEPAR? Com autorização prévia também. A empresa PAVIBRAS comunicou a SANEPAR em outubro de 2002 que o contrato estava desequilibrado. Em dezembro apresentou as comprovações e apenas em dezembro de 2004, dois anos após é que a SANEPAR deferiu o pedido de equilíbrio econômico-financeiro.

Em dezembro de 2003, a PAVIBRAS ajuizou, no fórum de sua comarca, uma ação de concordata preventiva e lá naquela ação informou ao Juiz que ela estava indo à ruína porque a administração não respondia aos seus pedidos que lhe eram devidos, que lhe eram direitos. O despacho judicial, ao conceder a concordata preventiva, imputa à SANEPAR a culpa pela possível ruína da empresa em razão da demora no deferimento do pedido.

Aqui em Curitiba, na Vara da Fazenda, a PAVIBRAS adjudicou também no ano de 2003 a obrigação de fazer, exigindo da SANEPAR, judicialmente, a recomposição de equilíbrio. Nessa obrigação de fazer, ela conseguiu uma liminar da Justiça para suspender a execução do contrato. Essa liminar foi derrubada pela SANEPAR, com apoio no fundamento do relevante interesse público e foi concedida pelo Juiz. Na época, em dezembro de 2004, a obra já estava com 58% do avanço físico evoluído, com a concessão da recomposição do equilíbrio. Em apenas 6 meses a obra passou para 88% do avanço físico evoluído, significando que as dificuldades da execução do contrato eram devidas ao desequilíbrio contratual. A SANEPAR pesou muito o interesse público da continuidade da obra, ainda assim, senhores, o cronograma de desembolso do Projeto PARANASAN pactuado...

(Inaudível. Microfone sem som)

Ainda assim, o contrato de concessão de Curitiba previa metas de atendimento de 82% até dezembro de

2004. O risco de rescisão do acordo de empréstimo era eminente, se houvesse uma paralisação das obras.

Além disso, se os senhores recordam, a SANEPAR buscou junto ao BNDES captação de recurso, para fazer frente à contrapartida que deveria sair dos recursos próprios da SANEPAR. Já haviam sido emitidas 3 séries de debêntures, totalizando mais de R\$ 225 milhões, restando ainda uma de R\$ 34 milhões e se não cumpríssemos a meta com o BNDES havia um risco de vencimento antecipado do saldo devedor de R\$ 205 milhões, em março de 2007.

Aqui, é a cronologia de análise do pedido de reequilíbrio, que vou pular, porque foi muito bem explanado pelo Dr. Pedro Henrique. A pedido do Governador do Estado, o contrato da PAVIBRAS foi auditado pela Ouvidoria e Corregedoria Geral do Estado do Paraná, em abril de 2006. Foram avaliados aspectos de reajuste de preço, da recomposição do equilíbrio e todos os índices aplicados, através de depoimentos do corpo técnico e da análise de todos os documentos dos processos administrativos desses eventos. A Corregedoria apontou dificuldades quanto à apreciação e a aprovação do equilíbrio na SANEPAR, enumerando a própria dificuldade do Conselho de Administração na sua aprovação. No parecer da Ouvidoria consta o seguinte: "Ora, queremos demonstrar que qualquer que fosse a proposta inicial da contratada, ainda assim teria ocorrido a variação de preços praticados no mercado, de forma imprevisível e incalculável e, portanto, passível do pedido de recomposição, com fundamento nos preceitos constitucionais e nos artigos da lei, no presente caso ainda, qualquer que fosse a empresa contratada."

Por que essa ênfase, senhores? Para os senhores registrarem na memória aquele quadro de pagamentos efetuados pela PAVIBRAS. Aquele quadro de pagamentos efetuados para a PAVIBRAS seria devido a qualquer empresa que fosse contratada.

O Tribunal de Contas do Paraná fez uma auditoria nos contratos da PAVIBRAS, no período de julho a setembro de 2006, também a pedido do Governo do Estado. Foi auditada a integralidade do contrato, desde a data da contratação. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná visualizou todos os problemas registrados no contrato, que já foram aqui apontados para os senhores. Foram aferidos os eventos de reajustamento de preço, de recomposição de equilíbrio e demais indenizações decorrentes - chamo a atenção, senhores, à ausência de licenciamento ambiental e desapropriação de áreas. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná emitiu um acórdão dizendo o seguinte: 1) *aprovar a validade da auditoria nos pontos em que detecta fragilidades operacionais no planejamento e execução do contrato. Reconhecer que não foi relevada nenhuma qualquer quantificação de prejuízos, notadamente diante das decisões do Conselho de Administração.*

Vamos falar agora do que veio à tona na imprensa recentemente: a apólice de seguro emitida pela Sulina

Seguradora - os senhores merecem o esclarecimento e a população do estado do Paraná igualmente. Trata-se de uma modalidade, e aqui a primeira confusão, porque não era o seguro de garantia de execução do contrato, como bem pontuou o Dr. Pedro Henrique. Apenas no início o contrato da PAVIBRAS esteve, por um curto período, descoberto da garantia da execução do contrato em face da sua situação concordatária, e quando a SANEPAR notificou, com prazo de 15 dias, esse evento foi sanado. Essa modalidade é a modalidade chamada de seguro de risco de engenharia, que visa exclusivamente a cobertura de sinistro nas unidades em construção pela empresa contratada, ou seja, eventuais desabamentos, eventuais incêndios, raios e inundações. Essa apólice da Sulina teve um período de vigência de 16 de maio de 2004 à 09 de julho de 2005. O segurado principal, senhores, é a PAVIBRAS e o co-segurado é a SANEPAR.

Aqui está a correspondência emitida pela PAVIBRAS requerendo que essa contratação se desse pela SANEPAR, tendo em vista que a empresa concordatária na época, a empresa não conseguia tomar seguros e esse tema foi objeto do acordo extrajudicial de maio de 2004, quando a SANEPAR, então, se comprometeu, em obrigação de contratar esse seguro e descontar da PAVIBRAS as parcelas da apólice. No final de novembro de 2004 a supervisora de obras se deparou com uma situação ao fazer a revisão do controle das apólices. Ela se deparou com uma situação que verificou que o resseguro do IRB não estava assinado pelo titular da superintendência, mas estava assinado, apostado com carimbo por um membro do IRB, mas não aquele titular. A supervisora de obras, então, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, fez um contato com o IRB e desconfiou da assinatura. A resposta que foi dada à supervisora foi a seguinte: mas a SANEPAR está desconfiando do IRB?

Então, a supervisora de obras fez um contato telefônico no final do mês de novembro com a Sulina, avisando que tinha verificado que o resseguro do IRB não tinha a assinatura original da pessoa responsável, mas a assinatura de uma pessoa que integrava mesmo a superintendência, mas havia carimbo. E a Sulina, então, emite em 09 de dezembro de 2004 uma correspondência para a SANEPAR, alegando que os dados - chamo a atenção dos senhores - da apólice eram falsos e que não havia recebido o prêmio, informando que já havia aberto um procedimento criminal contra o corretor que operava aqui na região, na 77ª Delegacia de Polícia do Estado de São Paulo. Ato contínuo, em 23 de dezembro de 2004, a SANEPAR notifica a Sulina sobre a sua condição de boa-fé na contratação do seguro, dizendo que foi a SANEPAR que verificou que a apólice tinha uma não conformidade na assinatura do IRB. A apólice, a folha do seguro é autêntica. A SANEPAR notifica a seguradora da sua responsabilidade solidária pelo ato do corretor, anexando julgados e decisões de casos semelhantes, com decisões e jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal de Justiça do próprio estado do Paraná e

do Tribunal de Justiça de São Paulo. Na mesma notificação, a SANEPAR informa à seguradora da obrigatoriedade de assegurar a cobertura da apólice até o final da sua vigência. A seguradora, senhores, silenciou, concordou tacitamente em garantir a cobertura da apólice em razão da sua responsabilidade solidária com o corretor. E já estava em curso um procedimento criminal na 77ª Delegacia de Polícia do Estado de São Paulo.

Quero chamar a atenção também aqui, senhores, já chamei a atenção quando falei da modalidade do seguro, a SANEPAR não esteve a descoberto, por quê? Porque se houvesse um sinistro nas unidades em construção pela empresa contratada, quem iria responder através da relação contratual direta com a SANEPAR era a PAVIBRAS. Se houvesse um desmoronamento, quem iria responder era a PAVIBRAS. Cabia à PAVIBRAS como seguradora principal exigir a cobertura da apólice do seguro.

E aqui, senhores, a SANEPAR debitou todas as parcelas do seguro do faturamento mensal da PAVIBRAS, conforme previa a cláusula 4ª do termo de acordo extrajudicial de maio de 2004.

Muito bem, a SANEPAR decidiu pôr um termo final no contrato com a PAVIBRAS. Em fevereiro de 2006, a PAVIBRAS notifica a SANEPAR que vai paralisar a obra. Se os senhores se recordam, houve uma interrupção do pagamento do reajuste, conforme bem lembrou o Dr. Pedro Henrique Xavier, a empresa ficou sem receber reajustes no período de maio de 2005 a fevereiro de 2006. Então, em fevereiro de 2006 a PAVIBRAS notifica a SANEPAR avisando: "vou paralisar a obra e vou cobrar novas indenizações". Voltando aqui, senhores, ao pagamento das despesas diretas, ao pagamento de despesas indiretas. Nesse momento, então, o Governador determinou aquelas auditorias pela Corregedoria e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que já foram objeto de comentário. E foi muito forte na mídia, nessa mesma época, em dezembro do ano passado, os riscos de acidentes das obras paralisadas, foi matéria de jornal, foi matéria da mídia televisiva, os senhores se recordam, mães falando que os filhos poderiam cair nos buracos deixados pela SANEPAR no litoral.

Então, por recomendação do Presidente do Conselho de Administração, à época Dr. Sérgio Botto de Lacerda, em face dessa manifestação da empresa contratada e em face do interesse público envolvido e dos riscos envolvidos, a Diretoria da SANEPAR resolve promover, sob a tutela do Conselho de Administração da Sanepar, a rescisão judicial do contrato. A SANEPAR teve sucesso na rescisão, foi deferida a liminar. Aí, precisávamos resolver os problemas das valas abertas, dos buracos, precisávamos resolver o problema de saúde pública, e a SANEPAR também decidiu, com a chancela do Conselho de Administração da SANEPAR, efetuar contratações emergenciais para possibilitar a operação de algumas unidades, afastar o esgoto da população e possibilitar o fechamento de valas, promover cercas, tomar ações que evitassem a ocorrência de acidentes.

Vejam os senhores que nos municípios de Morretes e Guaraqueçaba já estávamos com o avanço físico da obra de 95% e 97% respectivamente. Nós queríamos também - em dezembro do ano passado, recebemos uma visita do banco, uma missão do banco - demonstrar que as obras não estariam paralisadas e que a SANEPAR iria assumir a conclusão das obras. Aí, trazemos para os senhores as obras: município de Guaratuba, estação de tratamento de esgoto já encontra-se em operação desde dezembro de 2005. Aí estão as obras. Município de Morretes, graças à contratação emergencial autorizada pelo Conselho de Administração da SANEPAR, em fevereiro deste ano, o município de Morretes já conta com 95% da população atendida com coleta e tratamento de esgoto sanitário, igualmente Guaraqueçaba.

Graças à contratação emergencial autorizada pelo Conselho de Administração da SANEPAR, a partir de março de 2006, a população do município de Guaraqueçaba, 99% dos habitantes de Guaraqueçaba já possui sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário, em uma obra de ação de cunho ambiental importantíssima para a preservação de todo aquele patrimônio ambiental. Município de Matinhos, as obras ainda se encontram, os senhores se recordam, foram as últimas obras a terem o licenciamento ambiental concedido - elas ainda encontram-se nessa fase, mas também foi possível a contratação emergencial para que na próxima temporada de verão os esgotos sanitários dos municípios, a população residente e flutuante dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná tenham coleta e tratamento adequado, com a execução as obras.

Senhores, o projeto de saneamento ambiental do Paraná, o PARANASAN, é um projeto de grande envergadura, é o maior projeto de saneamento do estado do Paraná, é um projeto de grande relevância social, um projeto de grande relevância ambiental.

Se os senhores se recordam, graças a intervenção do PARANASAN, ainda no ano de 2001, foi possível colaborar com a redução do surto de cólera que houve no município de Paranaguá, porque também dentro do escopo do PARANASAN estava previsto o atendimento à área do porto de Paranaguá, um risco eminente, gravíssimo de cólera àquela época.

Também quero dizer o seguinte: que todas as ações que a área técnica recomendou que fossem efetivas pela Diretoria da SANEPAR, foram submetidas à análise e apreciação do Conselho de Administração da SANEPAR, porque todas elas ocorreram após a alteração do estatuto, conforme bem mencionou o Dr. Pedro Henrique Xavier.

Os senhores viram, os contratos foram auditados por duas instituições de grande renome, de grande idoneidade, a pedido do Governo do Estado do Paraná.

São estas as considerações. Espero poder ter contribuído para elucidar este tema e que cheguemos a um consenso na continuidade desse programa de grande relevância para o Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigada.

Interpelações:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Dando prosseguimento a esta audiência, esta presidência comunica aos Srs. e Sras. Deputadas que, apesar de um convite, os convidados cumpriram rigorosamente o tempo, ultrapassando o horário em apenas um minuto e meio, pelo qual esta presidência agradece.

Nós temos diversos Srs. Deputados inscritos para perguntas e conforme o acordo estabelecido entre as Lideranças do Governo e da Oposição, o primeiro Deputado a fazer as perguntas é o autor do requerimento, o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Primeiro eu quero agradecer, começando a agradecer mais uma vez aos Deputados que votaram a favor desse requerimento, lembrando que foram 20 a 19, para que nós pudéssemos ter esta apresentação a todos os Deputados, à imprensa aqui presente, a todos, de forma transparente, como foi colocado pela Dra. Cristiane. Agradecer ao Presidente Stênio Jacob por aceitar o convite da Assembléia, ao Dr. Pedro Xavier que também aceitou e já fez a sua explanação.

Confesso que não sou advogado, mas algumas informações chegaram a mim com relação a esta questão da SANEPAR, em específico da PAVIBRAS, até por funcionários da SANEPAR, por pessoas que começaram a reclamar, como estou vendo aqui, faixas sobre a questão das obras, de dinheiro que vai nas obras, mais dinheiro. O povo reclama com a questão do esgoto que o custo é muito mais alto, Presidente Stênio, 80% e lá vai dinheiro para a SANEPAR. Por exemplo, esse obra contratada por R\$ 69 milhões e um pouquinho mais, lá em 2002, estava prevista para terminar em 2003, um ano e pouco, teve 1, 2, 3, 4, 5 aditivos, essa obra já levou mais de R\$ 100 milhões, para ser mais exato R\$ 113 milhões, como foi apresentado ali, ou seja, R\$ 41 milhões a mais. Isso dá em torno de R\$ 30 mil por dia e extra para essa empresa, PAVIBRAS, dinheiro do povo do Paraná, e ainda não está pronto. Ouvi agora da engenheira, Dra. Cristiane, que só está funcionando porque entraram outras empresas para fazer esse trabalho.

A minha pergunta, Sr. Presidente Stênio Jacob: por que o senhor não tomou a iniciativa de rescindir esse contrato com essa empresa antes de tirar todo esse dinheiro público, só foi rescindir o contrato lá no final, R\$ 41 milhões a mais de dinheiro público?

A segunda pergunta: foi colocado ali pela Dra. Cristiane que um dos problemas que afetava o bom andamento da obra era a questão ambiental. Mesmo assim, a empresa continuou recebendo dinheiro público. Para conseguir, em juízo, rescindir o contrato, aqui consta que para o Juiz foi colocado que não tinha problema ambiental. Eu queria saber do senhor também se o que foi colo-

cado ao Juiz é verdade ou não é verdade, com relação à questão ambiental?

O SR. STÊNIO JACOB

Agradeço muito, Deputado Douglas, por sua pergunta. É muito interessante este aspecto a ser analisado sobre o porquê da não rescisão do contrato com a PAVIBRAS.

Essa discussão sobre a rescisão ou não do contrato com a PAVIBRAS se iniciou em 2003, quando a empreiteira fez o pleito de reequilíbrio. Esse assunto só esteve sob discussão sobre o meu comando em 2004. Em 2003 era Presidente da SANEPAR o Dr. Caio Brandão. As ponderações para manutenção desse contrato vão desde a importância do cumprimento do cronograma das obras, em função do acordo do contrato de financiamento das obras, em função das debêntures que estavam sendo concedidas pelo BNDES para a contrapartida do projeto. Sem a execução das obras não teríamos, ou dificilmente receberíamos as debêntures e estaríamos sujeitos a ver o contrato de empréstimo interrompido, exatamente pela falta de desembolso.

Chegou-se a conclusão que era mais vantagem para a SANEPAR a manutenção desta empresa, porque ela retomaria imediatamente as obras e estaríamos assim recuperando os prazos de execução e não correríamos o risco de perder nem o financiamento, nem as debêntures e nem a população estaria sendo prejudicada por estas paralisações que são tão danosas para a execução dos contratos

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

E a questão que foi colocada, que a questão ambiental atrapalhou?

O SR. STÊNIO JACOB

A questão ambiental foi fundamental na execução da obra. Sem as licenças ambientais não teríamos como dar sequência a obra. A ordem de serviço só é emitida posteriormente a emissão da licença de instalação. Sem essa licença de instalação é absolutamente impossível conceder uma ordem de serviços. Então, a falta de licença ambiental foi determinante na paralisação das obras do litoral.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Porque ao Juiz foi colocado assim, vou ler um trecho: *Sendo assim, suposto motivo de atraso em função da ausência de obtenção de licenças ambientais não passava de uma simples desculpa, a qual foi utilizada ao longo de toda execução do contrato para ocultar o descumprimento contratual por parte da PAVIBRAS...*

O SR. STÊNIO JACOB

Esta é uma informação que o senhor está me dizendo. Esta é uma medida judicial elaborada pelos advogados da SANEPAR, mas a verdade é aquela que foi

colocada, aqui, de forma absolutamente transparente, que as licenças ambientais causaram, sim, um problema sério na execução das obras do litoral.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Então, fico preocupado se acredito no que o senhor está me dizendo aqui - e quero acreditar no que o senhor está me dizendo - naquilo que foi colocado pelo Juiz, porque o Juiz cancelou o contrato em função desse mandado aqui, dessa informação.

O SR. STÊNIO JACOB

As licenças ambientais já estavam saneadas quando da implantação desta medida judicial, já estavam todas liberadas, não era mais um impedimento. O que houve foi a paralisação por parte da empresa PAVIBRAS, porque questionava o pagamento dos reajustes que lhe deram devidos pelo contrato e havia uma decisão de suspensão desses pagamentos enquanto isso não tivesse uma solução, evidentemente, que a empresa se negava a executar as obras.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Então o senhor consegue afirmar para nós que a PAVIBRAS não tinha capacidade operacional de executar as obras?

O SR. STÊNIO JACOB

Esta é alegação dela, que ela tinha dificuldades financeiras para dar sequência ao cumprimento das obras por falta de recursos e que era fundamental o recebimento dos reajustes e de todos os reequilíbrios. Tudo isso ficou claramente demonstrado aqui na exposição da Dra. Cristiane.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Da mesma forma louvo a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que traz hoje, aqui, o Presidente da SANEPAR, os seus Diretores, o Presidente do Conselho, com uma transparência clara, com todos os fatos que vêm deste contrato, com a sua iniciação, o seu andamento e com as razões que levaram a aditamentos.

Sras. e Srs. Deputados, se fôssemos rever os Anais desta Casa, iríamos encontrar nos anos de 2002 pronunciamentos de Parlamentares nossos, inclusive o meu. Ouvi falar em JBIC, esse banco japonês, exatamente por causa desse contrato. E vi a realização desse contrato e à época contestava-se já a questão de valores. Chamo a atenção, e isso é importante, que os Parlamentares nossos, os Deputados de Oposição mais novos, que estão em primeiro

mandato entendam, esse contrato foi assinado em 2002, na gestão do governo anterior. As cláusulas a que foi submetida a SANEPAR para reequilíbrio de preço, todas as cláusulas que obrigam as partes no contrato, foram assinadas, foram discutidas e foram assinadas no governo anterior.

Estamos vivendo aqui um contrato assemelhado ao contrato do pedágio, aonde as cláusulas colocadas naquele contrato, têm nos feito ter derrotas sucessivas na Justiça, porque elas foram assinadas pelo Governo do Estado, não pelo Governador, pelo Governo, com a concordância da união e assinatura das partes e esses contratos, todos eles trazem cláusulas que precisam ser cumpridas.

Como assina, eu perguntaria para a Oposição, se aqui fosse um debate entre Situação e Oposição, como você justifica que no final de um mandato um governo assine um contrato para execução de obra por tempo determinado, quando não tem nem sequer licença ambiental ou desapropriação das áreas? Como? Se o próprio contrato está dizendo que se a parte contratante der margem para atraso na execução da obra, ela pode pedir ressarcimento? Portanto, o governo deixou a porta aberta, assinou o contrato, não tinha desapropriado as áreas, não tinha licença ambiental, evidentemente sabendo que a PAVIBRAS ia pedir ou poderia pedir, através da SANEPAR ou da Justiça, o reequilíbrio desse preço.

Acho boa a explicação que foi dada aqui, acho bom, porque todos os dados foram trazidos, foram colocados, uma obra que tem, seguramente, o cumprimento por parte da SANEPAR executado e uma obra que, se discutida judicialmente, causaria para a SANEPAR um gasto maior do que aquele acordado através da sua Diretoria, do seu Conselho e da empresa contratada.

Srs. Deputados, não foi - e vamos ser explícitos - o governo Requião que contratou a PAVIBRAS. Não foi o atual Governador que ignorou a possibilidade de uma empresa que entra com 69 milhões, quando a que teve o preço mais alto, são 129. A que chegou mais perto, 83, você chega à conclusão que esse contrato não foi devidamente estudado, que esse preço foi colocado em baixo, exatamente para permitir, depois, que fosse cobrado o reajuste do contrato e o reequilíbrio de preço.

Eu não quero estabelecer um discurso paralelo. Quero fazer uma pergunta, exatamente naquilo que eu estava enfocando. Como foram dadas razões por parte da contratante, para que a contratada não pudesse executar as suas obras, e o aditamento não fosse concedido após aprovado, após sentença judicial, reconhecendo que a concordata da PAVIBRAS cedeu em razão desse atraso na execução das obras?

Gostaria de perguntar ao Dr. Pedro Henrique Xavier, que é um advogado nessa área: caso se confirmasse o não aditamento, sendo pela parte contratante dado razão para que esse aditamento acontecesse, se a sentença judicial diz que a concordata da PAVIBRAS se dá em razão do não recebimento desse aditamento

pela SANEPAR, caberia à PAVIBRAS entrar em juízo contra a SANEPAR para ressarcir esse seu reequilíbrio?

Segunda pergunta que eu faria para o Presidente Stênio Jacob: se a Seguradora Sulina, embora não tenha tido assinatura da pessoa responsável pelo seguro, a Sulina era responsável pelo seguro da obra, solicitou por escrito à SANEPAR contratar para descontinuar nas suas mensalidades, mesmo com o questionamento feito, diga-se pela SANEPAR sobre esse seguro, se a Seguradora Sulina, teria que responder pelo seguro executado, porque a ela caberia a verificação da legalidade da apólice ou não. Claramente. O seguro não estava perfeito, mas a seguradora teria que honrar o seguro ou não?

Muito obrigado.

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER

A pergunta do Deputado Caíto Quintana, respondo em tese porque não conheço o processo. Mas respondo afirmativamente. Se a essa amputação de responsabilidade da SANEPAR pela concordata, amanhã poderia a empresa PAVIBRAS pedir o ressarcimento dos danos supostamente causados.

O SR. STÊNIO JACOB

Com relação à sua colocação, Deputado Caíto, agradeço muito, já foi esclarecido pela Cristiane, mas vou repetir. A SANEPAR, quando tomou conhecimento, ou a supervisora de obras levantou a hipótese daquela assinatura na Certidão do IRB pudesse não ter validade, ligou para o IRB e foi respondido que aquela assinatura valia sim, que era do substituto do titular, lá no resseguro. Não conformada com isso a Supervisora entrou em contato com a Sulina e informou sobre apólice. A Sulina, tomando conhecimento disso, notificou a SANEPAR para dizer que pela apólice não reconhecia e que não teria responsabilidade sobre ela. A SANEPAR imediatamente notificou a Sulina, fez uma notificação extrajudicial dando ciência à Sulina, que era sim sua responsabilidade, porque quem transferiu a apólice foi um representante seu, e que já julgados no Supremo Tribunal, no STJ de Minas Gerais, do Paraná, em diversos estados do Brasil, que garante a co-responsabilidade, por parte da Sulina. A Sulina tacitamente atendeu a nossa notificação extrajudicial, porque não se pronunciou mais sobre o assunto.

Mas, sempre é bom lembrar que a responsabilidade por qualquer dano de engenharia é da empreiteira e ela teria, sim, que fazer a cobrança do seguro, caso ela tivesse que cumprir algum dano causado na execução da obra.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Apenas quero trazer uma ressalva. Quero dizer que as afirmações do Dr. Stênio não são verdadeiras. Depois irei contestar no horário do meu encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. no momento em que for perguntar, poderá comunicar.

O próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA(PSB)

Sr. Presidente, quero cumprimentar aos Diretores da SANEPAR, ao Diretor-Presidente, Sr. Pedro Henrique Xavier, o nosso ex-colega Stica, o Hermes Fonseca, os demais colegas da SANEPAR. É um prazer tê-los aqui conosco. Infelizmente a situação é delicada e nos leva a cumprir o papel desta Casa e destes Parlamentares. Quero aqui, primeiramente, fazer algumas considerações e perguntas ao Sr. Pedro Henrique Xavier e na sequência ao Sr. Stênio Jacob.

Percebi que o Sr. Pedro Henrique Xavier, tanto como Presidente do Conselho e posteriormente como Conselheiro, sempre teve a cautela como atributo que com certeza na administração pública não é um atributo desconectado com as responsabilidades, é uma necessidade legal. Percebi aqui, justamente nessa cautela que o senhor falou no início da sua fala a questão de um homem que eu não conheço, não sei qual é a relação, inclusive achava que era seu irmão: o nome da pessoa é Maurício Xavier. Parece que é seu sobrinho, pelo que o senhor falou, em que contexto se deu, o senhor já falou que foi em relação ao calote que ele deu no seu escritório antes de o senhor ter ido para a SANEPAR.

Mas, posteriormente, na SANEPAR, tem algum envolvimento dessa pessoa com o caso PAVIBRAS, com outras coisas em relação a SANEPAR que V. Exa. poderia se declarar por impedido também?

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER

Sr. Deputado, tomei o cuidado de repassar todas as atas de deliberações do Conselho e recorro que apenas um único processo de licitação envolvendo a Construtora CG transitou pelo Conselho de Administração nesses últimos 4 anos. Recusei-me a participar da deliberação igualmente, dei-me por impedido e sequer recorro o resultado dessa deliberação. Mas recorro, sim, foi apenas um contrato em trâmite junto a SANEPAR.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Mas nada tem a ver com o caso PAVIBRAS?

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER

Absolutamente nada!

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

O senhor falou que num dado momento, até depois lhe perguntei na mesa, em 21 de dezembro de 2004, o senhor pautou por um balizamento nas hipóteses de reequilíbrio. Pergunto ao senhor: anterior a isso, não existia

nenhum tipo de balizamento na SANEPAR em relação a essa hipótese de reequilíbrio?

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER

A SANEPAR utilizava-se do permissivo. É uma obrigação legal, está na própria lei de licitações de contrato, artigo 65, no que concerne à concessão dos reequilíbrios. O diploma legal estabelece em que condições legais um contrato dessa natureza o reequilíbrio poderá ser concedido. Essencialmente, para não repetir o texto da lei, sempre que houvesse um fato novo que não tivesse sido previsto no momento do contrato, ou que mesmo que tivesse sido previsto não poderia prever a extensão das suas consequências. Nesse caso, desde que esse fato não fosse imputável, nem à contratada nem à contratante a lei autoriza o equilíbrio, o que me pareceu que merecia uma correção na sistemática adotada pela SANEPAR até dezembro de 2004, que foi quando eu redigi esse texto.

O que a SANEPAR não tinha atentado é para as circunstâncias de que todos os doutrinadores do direito administrativo brasileiros, do direito comparado, alertam que há uma diferença entre o chamado do Príncipe e a Teoria da Imprevisão. O fato do Príncipe é quando o desequilíbrio contratual ocorre por uma ação ou omissão da própria contratante, do próprio estado; aí a recomposição é integral, mas se o fato invocado não é imputável nem ao contratado e tampouco à SANEPAR, a composição não pode ser integral.

O que a doutrina diz, de maneira unânime, é que nesses casos a contratante estatal comporia apenas parcialmente os prejuízos, os supostos danos, na exata medida, dizem os doutrinadores para evitar a ruína. Isso efetivamente não vinha sendo atendido pela SANEPAR, por talvez um conhecimento não tão aprofundado da teoria do direito administrativo. Dali eles passaram a atender irrestritamente essa recomendação.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Pois bem, essa questão que o senhor avoca já está em vigor desde junho de 93, inclusive essa cautela que o senhor colocou e expressou é redundante em relação à Lei de Licitações. O artigo que o senhor citou, artigo 57, parágrafo 1º da Lei de Licitações - A Lei nº 8666 de 1993, que diz justamente o que V. Sa acaba de falar.

Gostaria de falar principalmente aos nossos Pares, tenho certeza que em relação aos administradores da SANEPAR é desnecessário, porque todos são agentes públicos e como tal devem conhecer a lei. Mas a Lei de Licitações - e nós temos que zelar pelo cumprimento das leis porque somos agentes que elaboramos também as leis - ela diz que é vedada aos agentes públicos admitir, prever, incluir, tolerar condições que comprometam e restrinjam o caráter competitivo para os objetos do contrato. Na sequência, saberemos o porquê estou falando isso.

Em relação ao equilíbrio econômico-financeiro, V. Sa. foi muito feliz quando diz que só existe uma possibilidade de fazer isso sem que o estado tenha dado causa,

que é em relação ao inciso II, parágrafo 1º, que diz o equilíbrio financeiro do artigo 57 da Lei nº 8666. E ele diz que no caso de ocorrer uma superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranha à vontade das partes, é que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato. Só que em relação a esse - e a minha pergunta é para o Sr. Stênio Jacob - equilíbrio ele tem que se dar depois de uma justificativa por escrito, autorização prévia por parte da autoridade competente para celebrar o contrato. Pergunto quem é autoridade competente, se houve essa autorização prévia nesse reequilíbrio por parte de V. Sa., Sr. Stênio Jacob?

O SR. STÊNIO JACOB

Perfeitamente! O Sr. Pedro Henrique foi bastante claro quanto à decisão do Conselho de Administração, aliás, a Diretoria Executiva da SANEPAR se restringe a encaminhar ao Conselho as suas prioridades, as suas formalidades e o interesse quanto a oportunidade de execução de determinado serviço ou obra. A Diretoria Executiva tem a sua posição sobre isso, mas ela só poderá colocar em execução essa deliberação após o Conselho de Administração autorizar, de forma muito clara.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

V. Exa. concedeu esse reequilíbrio?

O SR. STÊNIO JACOB

Evidente, que após a apreciação por parte do Conselho de Administração a SANEPAR executou, estava lá deliberado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Por que não se observou o disposto na Lei de Licitações, que nesses casos o prazo de prorrogação máximo pode ser até 12 meses, já que em relação a esse contrato já temos mais de 919 dias de prorrogação?

O SR. STÊNIO JACOB

Tanto os prazos de prorrogação quanto o reequilíbrio, todos eles foram submetidos ao Conselho de Administração. Para nossa segurança e tranquilidade compõem o Conselho não sei se 6 ou 7 advogados dos quais 4 eram Procuradores do Estado. Acredito que as decisões ali adotadas foram compatíveis com a legislação que estabelece as normas de funcionamento do direito administrativo e do direito público. Não caberia à Diretoria Executiva questionar a competência do Conselho de Administração.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Só quero falar com relação a esse ato. V. Sa. atuou embasado por uma decisão do Conselho de Administração, como acabou de dizer, mas as decisões do Conselho de Administração não podem ser superiores. A Lei de Licitações é bem clara, o prazo máximo de prorrogação é 12 meses e já se passaram quase 36 meses. Gostaria de

deixar expresso isso. Com certeza, na seqüência, esta Casa deve tomar as providências necessárias. Afinal de contas, a SANEPAR é uma empresa pública e, como tal, temos responsabilidades.

Gostaria de deixar como última pergunta ao Sr. Stênio, em relação às negociações que, com certeza, foram feitas com fulcro na lei, porque senão não seriam negociações. O sufixo seria outro, porque na administração privada a negociação é perfeitamente permitida de acordo com as regras entre as partes, mas na administração pública somente com aquilo que a lei autoriza, caso contrário, o sufixo não é mais negociação, é outro sufixo, que não quero aqui ser deselegante, até pela sua história, pelo respeito que tenho por V. Sa. e por todos os membros da Diretoria.

Gostaria de fazer uma pergunta: essa negociação que acabou não se realizando em relação aos 10 milhões, que a auditoria seria posterior, eu pergunto em relação aos outros pagamentos. Parece-me, aqui, até pelas falas da engenheira Cristiane, que a SANEPAR ou o Conselho avocou uma função judicial, com base em requerimentos de uma indenização por atraso por parte de outros órgãos da administração pública. A SANEPAR foi pagando requerimentos administrativos extrajudicialmente e que foram remontando em 41 milhões no final. Com certeza, teve reajuste no meio desse montante.

Gostaria de perguntar se o senhor não entende que ao reconhecer requerimentos administrativos, que teriam que ser submetidos ao devido processo legal no Judiciário, a SANEPAR não atrapalhou o processo e deu uma decisão administrativa de algo que poderia ser reconhecido judicialmente até favorável à SANEPAR, tendo em vista que o primeiro pedido de reajuste foi em relação ao dólar e, quando já estávamos na metade do ano de 2003, o dólar já tinha despencado para menos daquele valor quando foi pactuado o contrato.

Então, a Justiça poderia reconhecer outras coisas em relação à SANEPAR e como a SANEPAR começou a reconhecer administrativamente esses pleitos, necessariamente, começou a haver o pagamento. Então, seria a mesma coisa que, daqui a pouco, uma pessoa dizer: "o médico me deu uma injeção no lugar errado! Estou com o braço meio assim!" Vai lá e o Secretário da Saúde paga 20, 30 milhões. Uma indenização administrativa e não judicial.

O que o senhor entende em relação a esses pleitos administrativos que poderiam ter sido resolvidos na esfera judicial, inclusive com decisões favoráveis ao erário público e à empresa pública SANEPAR?

O SR. STÊNIO JACOB

Agradeço muito a sua pergunta. Ela é extremamente interessante e importante, na medida que o senhor coloca uma situação que se vivencia dia-a-dia na administração pública. A administração pública não tem tempo e nem condições de aguardar as decisões judiciais para executar as suas obrigações.

Muitas vezes ocorrem licitações em que a Justiça suspende o seu recado e você se vê forçado a fazer uma contratação emergencial sem licitação para atender o interesse público. No caso específico, a SANEPAR, o Conselho de Administração, a Diretoria, os técnicos da empresa, todos entenderam ser vantajoso para a administração pública, para o interesse público, esse acordo extrajudicial. Além do aspecto econômico, porque conseguimos reduzir significativamente o valor pleiteado na Justiça pela empreiteira nesse acordo que fizemos, garantindo com isso a continuidade das obras e isso ficou bem demonstrado no caso de Guaratuba. Nós estávamos com 54% das obras executadas, ao final de dezembro estava sendo inaugurado o sistema de coleta e tratamento de esgoto. Então, prevaleceu, sim, o interesse público e todas as demais situações que foram aqui narradas com relação ao prazo do contrato de financiamento, em relação às debêntures, enfim, foi uma somatória de variáveis que levaram a administração a optar pelo acordo extrajudicial, defendendo o interesse público.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero inicialmente saudar o Presidente da SANEPAR, nosso amigo e companheiro Stênio Jacob, o Dr. Pedro Henrique Xavier, Presidente do Conselho e a Dra. Cristiane, que junto com o Stênio fez uma exposição sobre o contrato feito com a PAVIBRAS.

Na verdade, Sr. Presidente, não tenho perguntas, para mim está tudo absolutamente claro. Mas, não poderia deixar passar este momento sem fazer esta saudação, mesmo porque tive os momentos mais importantes da minha vida, de forte aprendizado, quando passei 1 ano e 2 meses à frente da Diretoria Administrativa da SANEPAR, durante o ano de 2005.

Este momento que estamos vivendo, Deputado Romanelli, inclusive nos faz questionar sobre algumas coisas. Às vezes temos dúvidas em aprovar um requerimento da Oposição e fica claro que esse ato que acontece hoje aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, é um ato de transparência total e absoluta que acaba tão somente por fortalecer a imagem dessa empresa que é respeitada em todo o Brasil, mesmo internacionalmente, que é a SANEPAR.

Estão aqui presentes hoje, além de seus Diretores, Conselheiros, cargos em comissão, praticamente todos eles, com raríssimas exceções, são funcionários de carreira da empresa. Desde o Gerente, Diretores de Departamentos, também os próprios sindicalistas e funcionários que estão em campanha salarial. Acho que esse momento é muito bonito e queremos dar parabéns à SANEPAR, à

Assembléia Legislativa do Paraná e a todos os Deputados.

A exposição da engenheira Cristiane foi precisa, séria, transparente e brilhante. Se havia alguma dúvida sobre esse contrato, que eu não tinha, acho que não existe mais. Muitas vezes é cômodo e fácil trabalhar com números fora do contexto. Se a SANEPAR tem algum pecado, podemos dizer que é sobre o excesso de zelo. Talvez esse excesso de zelo pela coisa pública é que tenha feito com que atrasasse um pouco mais do que seria essa obra.

Só tenho que dar parabéns a todos, dizer que o Parlamento cumpriu o seu papel e a SANEPAR sai com a sua imagem fortalecida para continuar as grandes tarefas, principalmente nesse período histórico a favor do povo que mais precisa de saneamento básico, que é o povo carente do nosso estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Durval Amaral.

Deputado Durval Amaral (Democratas)

O SR. DURVAL AMARAL

Exmo. Sr. Presidente, Dr. Pedro Xavier, Dr. Stênio, Dra. Cristiane. Quero inicialmente saudar a família saneareana, todos os funcionários da SANEPAR, porque nós Deputados Estaduais da Oposição - e tenho certeza também da Situação - temos o maior respeito por essa companhia que é exemplo de empresa, não só para o Brasil, mas para toda a América Latina.

E toda vez que nós, cidadãos, enxergamos o nome da SANEPAR nas páginas de jornais, sabemos que não se deve em hipótese alguma, em função do brilhante quadro técnico que faz dessa companhia uma referência no mercado brasileiro de saneamento.

Quero cumprimentar, Dr. Pedro Xavier, sua exposição, sua forma didática, e tenho certeza que todos aqueles Deputados e cidadãos que prestaram atenção nas suas palavras e nas suas informações saem daqui convencidos, que existem irregularidades na SANEPAR. V. Exa. teve coragem, destemor, reiterou suas denúncias anteriormente formuladas e poderíamos, aqui dizer que demonstra toda a transparência de alma e de fé mesmo, naquilo que acredita.

Ao olharmos o posicionamento da Dra. Cristiane, sentimos diferenças, quem coloca do lado técnico. A Dra. Cristiane colocou com muita propriedade, que o contrato que estava ou que está sendo mais falado, obedecia ao reequilíbrio econômico-financeiro, que a SANEPAR não fez absolutamente nada de errado, que houve pagamento de despesas indiretas, porque há previsão contratual e que houve a previsão e o pagamento de eventos compensáveis, porque isto havia na previsão do próprio contrato de licitação, por se tratar de uma licitação internacional.

Em que situação ficamos? O Presidente do Conselho de Administração coloca, categoricamente, uma série de irregularidades e o corpo técnico da SANEPAR afirma de uma maneira categórica também, que o contrato cumpriu a Lei nº 8666 e todos os dispositivos da licitação internacional.

É claro que diante desse antagonismo de posições, para aqueles que prestaram bastante atenção nas duas posições antagônicas, quero perguntar. Antes, porém, de perguntar, não posso deixar de esquecer, Dr. Stênio, de fazer algumas colocações, aqui, que reputo importantes. V. Sa. deve ser cumprimentado nesta tarde e posso estender esse cumprimento - alguns companheiros podem se surpreender, inicialmente, ao governo Roberto Requião, porque a SANEPAR teve uma receita líquida, em 2006, de 1 bilhão e 154 milhões, aproximadamente. Em 2005, 1 bilhão e 118 milhões. Em 2004, 1 bilhão e 32 milhões. Em 2003, 960 milhões. Se formos comparar com 2002, 890 milhões; em 2001, 739 milhões; em 1999, 573 milhões, vamos ver que há um crescimento fenomenal da receita líquida da companhia. O lucro líquido da SANEPAR - também merece V. Sa. os meus cumprimentos - em 2006, R\$ 177 milhões contra, em 2005, 193 milhões. Em 2004, R\$ 210 milhões; em 2003, R\$ 260 milhões. Se formos comparar com os números de 1999, 59 milhões, com os números de 2002, 145 milhões, vamos ver aparentemente uma belíssima gestão financeira. Investimentos, não dá nem para comparar: em 2006, 500 milhões; em 2005, 361 milhões; em 2004, 297 milhões; em 2003, 251 milhões. Se formos comparar, em 1999, 200 milhões; em 2000, 267 milhões; em 2002, 260 milhões - vamos ver que os números de investimento, de receita líquida e de lucro líquido são muito melhores.

Nobres Deputados, a pergunta que não me faz calar e que me deixa intrigado, que quero que V. Sa. me ajude a responder é a seguinte: como é que todos os dados financeiros, a receita líquida é melhor, o lucro líquido é melhor, os investimentos são muito maiores, mas os resultados, se comparados, o crescimento de rede de água, de 1999 a 2002 foi 3,7%. De 2003 a 2006, com todo o PARANASAN foi de 2,2%. Portanto, Presidente Nelson Justus, 40% menor. O crescimento de ligações de água de 1999 a 2002 foi de 3,2% e de 2003 a 2006 foi de 2,8%. Se formos comparar com todos os investimentos do PARANASAN, foi menos 13%.

O crescimento no número de ligações de esgoto de 1999 a 2002 foi de 12,6% e de 2003 a 2006 foi de 6,1%, um crescimento a menor de menos 52%.

O crescimento da rede de esgoto de 1999 a 2002 foi de 16,7% e de 2003 a 2006 foi de 4,6%, um crescimento a menor de menos 72%.

Se formos comparar ligações de água e esgoto em unidades de mil ligações, de 1999 a 2002 foram 134 mil ligações e de 2003 a 2006 foram 112 mil ligações, ou seja, menos 17%.

Todos os números, apesar de todo o investimento da gestão financeira que investiu 500 milhões, do lucro

líquido de 177 milhões, da receita líquida de 1 bilhão, 154 milhões, todos os números são extremamente negativos, são menores. Pergunto: o que fizeram com o dinheiro da família SANEPAR? Onde é que investiram esse dinheiro? Porque os resultados são menores?

Esta planilha, nobre Presidente, vou fazer chegar ao Governador Roberto Requião, porque tenho certeza que o levantamento que peguei no balanço da SANEPAR, nos relatórios da SANEPAR, que fiquei semanas estudando, tenho certeza que vai chamar a atenção do Governador Roberto Requião.

Mas, quero seguir e depois o Dr. Stênio vai me responder. Pergunto ao Dr. Pedro Henrique Xavier, e dizer que não é do meu estilo citar nomes porque sou um cara totalmente avesso às questões pessoais, mas se falou tanto no nome da empresa de Londrina e fui analisar o PARANASAN e vi que inúmeras outras empresas - vou manter minha linha e não vou citar nomes - muitas outras empresas aqui da cidade de Curitiba ou do Paraná ou de outros estados, consórcios também fizeram obras com o PARANASAN. Pergunto ao Dr. Pedro Henrique Xavier: essas empresas também tiveram as mesmas cláusulas, também receberam o mesmo reequilíbrio econômico e financeiro, pleitearam e receberam? Houve pagamento de despesas indiretas a todas essas empresas que V. Sa. efetivamente sabe quais são? Houve também o pagamento de eventos compensáveis a todas essas empresas e se houve, se V. Sa. também impugnou no Conselho de Administração, como o fez com a empresa da cidade de Londrina ou se em momento algum houve impugnação com relação a essas verbas?

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER

Não saberia dizer exatamente os nomes e todas elas, mas o ilustre Deputado facilita meu trabalho na medida em que prefere que não sejam mencionados. Houve diversos pleitos, principalmente antes de dezembro de 2004 e naquela mesma reunião - se não estou enganado - de 21 de dezembro de 2004, nós analisamos uns 8 ou 9 pleitos de reequilíbrio e só foram autorizados, quer dizer, o meu voto só autorizou 1 e o voto dos demais Conselheiros autorizou apenas 2 reequilíbrios. Isso um levantamento preliminar que tinha feito, já pensando no atendimento a este honroso convite, demonstrando que nos caso do PARANASAN foram 2, efetivamente apenas 2 reequilíbrios concedidos e os demais foram todos negados. E se o Deputado permite, infelizmente prevejo que esse tipo de situação acabará - pela própria forma como o programa foi concedido, teremos que nos defrontar com outros pedidos análogos, senão a título de reequilíbrio, mas a título de compensação de custos indiretos.

Por isso, entendo que essa franqueza no diálogo entre a administração indireta e esta Casa é essencial para que possamos aproveitar o que o programa tem de bom, porque ele tem muita coisa boa, ele é um programa que começou no governo que antecede este, que me orgulho

em atender, que merece a continuidade agora, mas que porém tem coisas que precisam ser corrigidas.

Então, penso que esse diálogo é um belo, enfim, é uma bela forma, um belo instrumento para que nós consigamos corrigir essas distorções. Mas foram 2, Deputados, os reequilíbrios concedidos.

O SR. DURVAL AMARAL (Democratas)

E não houve impugnação por parte de nenhum outro Conselheiro?

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER

Não, não houve.

O SR. DURVAL AMARAL (Democratas)

Pergunto, então, ao Dr. Stênio: como é que a empresa pode ter resultados financeiros tão bons e resultados sociais tão negativos, e aí eu pergunto, onde é que foi efetivamente parar todo o faturamento da empresa?

O SR. STÊNIO JACOB

Agradeço muito a sua pergunta, Deputado, porque ela coloca às claras uma situação que deve ser, sim, esclarecida, não só para a Assembleia Legislativa, mas também para toda a população. Eu teria que gastar um tempo excessivo para detalhar cada investimento realizado no estado do Paraná, mas terei a máxima satisfação de encaminhar a V. Exa. todos os investimentos realizados, quais as consequências decorrentes desses investimentos, município por município, e garantir a V. Exa. que todos foram absolutamente compatíveis com a demanda e com a necessidade de expansão dos sistemas.

Senão vejamos, o caso específico de Curitiba, o Governo do Estado, a SANEPAR investiu recursos pesadíssimos para ampliar o sistema de abastecimento de água, entretanto, todo esse crescimento na produção de água, na reservação de água, vem atender uma demanda que estava reprimida. Veja que nós tivemos problema de desabastecimento, de racionamento de água, exatamente porque o consumo demandava uma produção maior. Mas, o importante a ressaltar é que a SANEPAR, durante todos os anos - e vale ressaltar que também nos anos do governo passado - manteve o nível de atendimento da população em abastecimento de água de 99,5% da população atendida. Quer dizer, não houve, em nenhum momento, uma parcela da população que estivesse desatendida no sistema de abastecimento de água.

As ligações de água acontecem de acordo com o crescimento vegetativo e de acordo com a necessidade da demanda da população. Os sistemas de esgoto tiveram, sim, uma expansão significativa. As obras estão, uma grande parte delas, em execução, e eu terei o máximo prazer de lhe encaminhar um relatório detalhado sobre cada obra dessas e as suas consequências com relação ao abastecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto.

A nossa expectativa - e a SANEPAR tem uma meta definida na sua política de atender no mínimo 99% da

população, dos sistemas que ela atende com o abastecimento de água - é a de atender no mínimo 65% da população com coleta e tratamento de esgoto nos municípios com população de 5 mil habitantes. Atender no mínimo 80% da população com coleta e tratamento de esgoto nos municípios com população superior a 80 mil habitantes. E essas metas, se Deus quiser, estarão atendidas pela SANEPAR até o ano de 2012.

O SR. DURVAL AMARAL (Democratas)

Perfeitamente.

Eu, Presidente, concluo a minha fala, só indagando e ficarei com a indagação: qual é o fenômeno de se ter uma receita líquida maior, faturamento maior, um investimento maior e um menor número de ligações, um menor número, efetivamente, de ligações de água, de esgoto, o resultado social da empresa acabou sendo muito menor?

Eu, sinceramente, acredito que esse dinheiro poderia ter sido ainda mais, ou ainda melhor investido.

O SR. STÊNIO JACOB

Eu volto a repetir, Deputado, que nós teremos o máximo prazer em demonstrar detalhadamente esses indicadores. Na verdade, a SANEPAR não deixou em nenhum momento de cumprir com a sua missão e o crescimento aconteceu, sim, em ligações de água e esgoto. Quanto aos índices, em um determinado período pode ter sido maior ou menor, mas isso não significa que a SANEPAR tenha deixado de cumprir com a sua obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito é o Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente Nelson Justus, Sr. Pedro Henrique Xavier, Presidente do Conselho da SANEPAR, Sr. Stênio Jacob, Presidente da empresa SANEPAR, meus colegas, Cida Borghetti e Artagãozinho, demais Deputados e Deputadas, senhoras e senhores.

Começo dizendo que estou convencido do bom trabalho e da necessidade imperiosa, que houve de dar reequilíbrio financeiro ao contrato da PAVIBRAS, de se promover a execução de todas aquelas obras. Vocês me conhecem e sabem que, muitas vezes, o meu partido, a minha bancada reclamou das minhas posições aqui por eu ter sempre uma postura muito independente e, às vezes, até contrária à algumas determinações partidárias, mas neste caso há uma razão muito clara para isto. Irresponsabilidade seria se nós, se a SANEPAR, se o governo não tivesse feito o que fez! Nós teríamos tido um prejuízo muito grande em termos financeiros com indenizações que, com certeza, seriam ganhas pela empresa; teríamos um prejuízo para a população do litoral, principalmente;

teríamos perdido o financiamento e o custo de uma nova obra seria muito superior ao contratado.

Eu vi várias apresentações, me informei muito a respeito deste contrato. Toda vez que se dava um reequilíbrio financeiro se levantava os custos e se via que se fosse feita uma tomada de preços, uma licitação, seria superior ao reequilíbrio dado.

Olhem, esta análise foi muito contundente e muito desse prejuízo que aconteceu foi em função de situações do exterior, de debates que houveram com relação à licença ambiental, principalmente. Estou respondendo, sem ter procuração do nosso Presidente Pedro Henrique Xavier, nem do nosso Diretor-Presidente Stênio Jacob, ao que eu escutei do meu colega, Deputado Durval Amaral. O reequilíbrio financeiro da PAVIBRAS teve situações diferentes das outras porque ali houve o problema de licença ambiental que as outras não tiveram e ali houve problema de desapropriações que geraram a não continuidade da obra, diferente das outras que não tiveram essas situações!

Além disto eu escutei também, é um outro tema, por que a SANEPAR diminui o percentual de ligações ano a ano? É claro, quando se chega a um patamar de acessibilidade de quase 90% você tem, todo ano, um percentual menor de ligações de esgoto ou de água a serem executadas. Isso, daqui para frente, vai ser cada vez menor em função da acessibilidade que está acontecendo no estado do Paraná.

Quero apenas reafirmar a minha convicção perante meus colegas de que o trabalho feito foi fundamental e muito bem executado. Na realidade eu não vou fazer perguntas, apenas quero externar o meu posicionamento já que eu vi as apresentações, li bastante a respeito e sei que se não fossem as decisões do Conselho de Administração e da Diretoria da Sanepar, aí sim nós teríamos tido prejuízo e, quem sabe, tivéssemos aqui Deputados reclamando do prejuízo que houve em função da paralisação das obras e desse contrato.

Na realidade, quero apenas externar a minha posição: que o procedimento feito com relação a PARANASAN, com a PAVIBRAS, especificamente, foi correto e necessário, o que é mais importante.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores presentes.

Quero inicialmente, colocar aqui uma questão que tenho que levantar no final da minha fala. Quero cumprir a boa vontade dos Diretores da SANEPAR, mas quero fazer uma ressalva. Quero dizer que eu procurei

estudar a questão de seguros. Não me deu tempo, duas noites até às 3h da madrugada e ainda não entendo bem do assunto. Não entrei na questão equilíbrio, na questão aditivo, não entrei nessas questões, que são para o futuro. Estudei e acredito que o princípio de tudo, e para dar legitimidade ao que vou falar aqui, Deputado Reni Pereira, quero dizer o seguinte: quando começa errado, termina errado.

Este contrato foi assinado em 2002, no governo anterior pelo ex-Presidente da SANEPAR. Começou aí o erro, Dr. Pedro Henrique Xavier, por quê? O Presidente da SANEPAR, ao assinar o convênio, tinha que ter exigido o quê? O seguro da obra. Então, o equívoco começa no governo anterior, mas pasmem, continua no governo atual. Por quê? Há dois tipos de seguro: o seguro de engenharia, que é o caso daquele seguro frio, Dr. Stênio - e não há como compreender, se V. Exa. acessar agora a internet, V. Exa. vai observar a falsidade de qualquer seguro neste país, na SUSEP. Então, não é possível que uma empresa da magnitude da SANEPAR venha, 4 meses depois, dizer que viu que ali existia uma adulteração. Falha técnica, falha de responsabilidade. Isto estou falando de seguro de engenharia, o qual nós encontramos frio. Quem é o autor desta questão? É um corretor chamado Brickel. Quem é este corretor Brickel? É o Sr. Dalton, é quem vendeu a apólice adulterada à SANEPAR.

Segunda questão: a SANEPAR, religiosamente, tenho aqui os demonstrativos, nos pagamentos em DOC para a empresa PAVIBRAS, religiosamente descontou o valor do seguro. Correta ação da empresa SANEPAR, mas aí se faz a pergunta: se cobrou o seguro, para quem pagou? A Sulina diz que a apólice é fria. O corretor está interdito desde 2001, ele não pode fazer corretagem de seguro. Agora pergunto: Dr. Stênio, a quem foi pago o dinheiro descontado da PAVIBRAS? Quem ficou com o dinheiro? A PAVIBRAS? A SANEPAR? O corretor falsário? A negligência de quem auditou, de quem verificou a documentação da SANEPAR? Essa é a pergunta que inicio fazendo a V. Exa.

O SR. STÊNIO JACOB

Agradeço muito a V. Exa. e estou me sentindo absolutamente à vontade aqui na Assembléia Legislativa. Há um respeito mútuo entre todos nós. A sua pergunta é importante, na medida em que o senhor coloca que era um seguro de risco em engenharia. Com relação ao seguro de obra, eu desconheço que a SANEPAR tenha feito qualquer contrato sem que estivesse o seguro de obra de garantia da obra, lá depositado. Então, me parece que a essa questão, não tenho nenhuma notícia de que qualquer contrato tenha sido assinado com a SANEPAR, sem que as empresas contratadas apresentassem o seguro garantia da obra e do seguro de risco em engenharia. Neste caso específico e é bom lembrar: a SANEPAR atendeu a um pedido da PAVIBRAS para que contratasse a Sulina como seguradora do seu risco de engenharia.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, Sr. Stênio. Não. V. Exa. colocou no contrato com a PAVIBRAS um artigo dizendo que quem contrataria a seguradora para risco de engenharia, seria a SANEPAR. Não foi a PAVIBRAS que contratou.

O SR. STÊNIO JACOB

Perfeitamente. O senhor está correto. No acordo extrajudicial, previa que a SANEPAR teria a responsabilidade de fazer a contratação. O risco de engenharia não era da SANEPAR, era da empresa executora da obra. Ela indicou a Sulina como sua empresa seguradora do risco de engenharia. A SANEPAR efetuou, sim, os pagamentos e abateu das faturas da PAVIBRAS os valores correspondentes ao prêmio.

A preocupação da SANEPAR sempre esteve presente, tanto é que a própria supervisora da SANEPAR, a gerência do PARANASAN foi atrás, para verificar a validade desta apólice, ainda que tenha sido 4 meses depois. Ela procurou convalidar este procedimento. Em nenhum momento a SANEPAR esteve descoberta do seguro, porque nós notificamos a Sulina extrajudicialmente, demonstrando a eles que era de responsabilidade solitária deles, o cumprimento do seguro dos riscos de engenharia.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa., pelo respeito que tenho pelos seus cabelos brancos, também os tenho e gosto de ser respeitado, quero dizer o seguinte: quero fazer uma recomendação a V. Exa. Tenho certeza absoluta que o senhor sairá daqui com um entendimento diferente e vai demitir o seu assessor que cuida da área de seguros. Por quê? Quero dizer ao senhor o seguinte: a primeira verificação que tinha que ser feita, e vejam como há contradições, acredito que o senhor está sendo mal informado, porque eu vi esta mesma afirmação que o senhor está fazendo aqui na imprensa e o senhor não faria uma informação se alguém não tivesse lhe assessorado. O senhor não tem obrigação de saber de tudo.

Mas veja, Dr. Stênio, ao senhor fazer esta afirmação, é importante dizer ao senhor que também está aqui a documentação, que quando foi feita a tomada de preço do seguro de engenharia que estava no contrato com a PAVIBRAS, que seria feito pela SANEPAR e descontado da PAVIBRAS, o que aconteceu? Três empresas entraram com a proposta, só que duas são fantasmas. Se o senhor acessar agora na internet as três, uma é adulterada, porque o cara da corretora adulterou, falsificou. As outras duas são fantasmas. Se o senhor tivesse a internet, na sua frente e eu lamento dizer, agora o senhor acessaria a SUSEP e teria as informações.

Eu tenho e quero me dispor assim, como os Deputados da Oposição se dispõem a sentar, não só pelo prazer de fazer a denúncia, mas até para que o senhor preste atenção em quem está lhe assessorando nessa questão do contrato.

Fiz uma pergunta e o senhor não me respondeu. Quanto à questão do seguro, fica essa controvérsia que a Sulina, a Sulina não existe. O corretor está interditado desde 2001. Veja a má-fé do corretor, Dr. Stênio: as 3 propostas, a que ganhou e as 2 que perderam são fantasmas.

O corretor é conhecido pelo Brasil pelas falsidades que cometeu, pelas adulterações que cometeu, ele está diariamente nas colunas sociais. Quero dizer ao senhor, lhe induziram a erro, inclusive, para prestar informações à imprensa do Paraná. Tenho certeza que V. Exa. foi induzido a erro.

Por quê? Quando foi feita a tomada de preço pela SANEPAR, era uma exigência da própria SANEPAR fazer esse seguro e descontar da PAVIBRAS.

Segundo, ao fazer a consulta às corretoras de seguro, foi feito com um corretor que desde 2001 não poderia agir como corretor.

Então, os erros são drásticos. Fiz uma pergunta ao senhor, também não consegui esclarecer. Quanto à falsidade, quanto à má fé, não estou dizendo do senhor, mas de alguém dentro da SANEPAR, de receber 3 seguradoras que não existem, que é só acessar a internet e a má-fé estará comprovada.

Adulteração do seguro contratado foi concordado, a própria SANEPAR fez essa informação extrajudicial. Mas, pergunto: se foi descontado dinheiro da empresa PAVIBRAS mensalmente, onde ficou esse dinheiro?

Porque acredito no seguinte: se a SANEPAR fez em 6 pagamentos e descontou em 6 pagamentos, a PAVIBRAS teve que repassar à seguradora, poderia ter percebido a falsidade do seguro no primeiro ato, porque quando descontou no primeiro, ao repassar o dinheiro para a Seguradora Sulina, o que a Sulina iria dizer: "Mas, eu não posso receber um seguro que eu não fiz". Aí eu chamaria o corretor e diria o seguinte: "Como é que é, corretor? A Sulina não está sabendo do nosso seguro".

A pessoa que cuida disso dentro da SANEPAR tinha que ter chamado a polícia, ter colocado na cadeia esse cidadão e denunciado esse cidadão da Brickel, para a polícia fazer inquérito civil no Paraná.

Ora, Dra. Cristiane - desculpe se eu errar o seu nome, a sua competência merece o meu respeito - mas, quero dizer à senhora o seguinte: a senhora diz que a empresa Sulina moveu uma ação contra o corretor da Brickel. Quem tem que mover ação contra o corretor da Brickel, Dr. Waldyr Pugliesi, não é a Sulina, é o patrimônio do estado do Paraná, que tem que ser zelado pela Diretoria da SANEPAR.

Segundo assunto, Dr. Stênio, chame o seu assessor porque ele o induziu em erro. Lamento isso, porque eu não queria estar em sua situação, porque sei que o senhor tem uma vasta experiência na administração pública.

Agora, passando do sinistro, do seguro de sinistro, passo para a garantia de obras, Deputado Caíto, e falei para todos, eu reconheço ações corretas.

O governo anterior, eu não eximo das minhas responsabilidades, fui Líder do Governo anterior, 2 anos, dos 2 primeiros anos. Faz o seguinte: me desculpe o Presidente da SANEPAR anterior, agiu de má-fé. Por que, Deputado Caíto - V. Exa. aprofundou essa questão - quando se fala de seguro de obra, é o seguinte: o seguro de obra é uma garantia para a empresa que contrata a obra, que se acontecer qualquer coisa com a empresa, que é o caso que aconteceu com a PAVIBRAS, concordata, não execução do contrato, o que a empresa tem que fazer? Socorrer-se do seguro da obra. Está no nome. Então, o que aconteceu? Fizeram o seguro no governo anterior, em 2002, esta obra ficou descoberta por um ano e nós temos que responsabilizar o ex-Presidente da SANEPAR - não o eximo de responsabilidade - aí vem uma atitude, o ex-Presidente da SANEPAR assinou o contrato em 2002. Em 2003, levantado por 2 conselheiros, um Dr. Heron Arzua, que não era Conselheiro mas eu vi, pelo menos, que ele exigiu em 15 dias o seguro da obra e o Dr. Pedro Henrique Xavier, que exigiu o seguro da obra.

O que fez a SANEPAR? Corretamente, aí deu 15 dias e exigiu o seguro. O que aconteceu? Contrataram um seguro de 14 milhões, aproximadamente. Ação correta da SANEPAR. Contrataram um seguro e diga-se de passagem - uma exceção dentro da SANEPAR - contrataram o resseguro, que é obrigatório por lei, porque quando você contrata um seguro, numa obra pública, você é obrigado a contratar um resseguro. Neste caso, a SANEPAR foi zelosa, contratou um seguro. A seguradora contratou o resseguro.

Até aí, na questão do seguro da obra, tudo bem, Dr. Stênio. Mas, depois, começamos a cair e entender porque alguns Conselheiros não votavam favoráveis. Por quê? Não quero entrar na questão dos aditivos, porque não me aprofundei no assunto. No primeiro momento em que a PAVIBRAS negligenciou na execução das obras, a SANEPAR tinha que ter tomado uma atitude. E sabe qual é a primeira atitude? Verificar o seguro. Tinha o seguro? Fim do contrato, porque não está cumprindo o contrato. Ao não cumprir o contrato, a empresa SANEPAR, se quisesse, naquele momento, ser responsável com o erário público, tinha que acionar a seguradora, porque o seguro foi feito para assegurar o sinistro. O sinistro é tudo o que pode acontecer na questão do contrato, inclusive a falência da empresa, a concordata da empresa, a negligência da execução do contrato.

O que fez a SANEPAR? E aí fica a pergunta no ar. O que fez a SANEPAR? Notificou a PAVIBRAS, entrou com a ação para rescindir o contrato e não agiu, aí Dr. Stênio, também quero acreditar que lhe induziram a erro, e o Conselho alertou, porque quando o Conselho começou a levantar problemas é porque ele sentiu que tinha problemas. Imagina se o Conselho Administrativo da SANEPAR tem dúvidas sobre a ação da PARANASAN, imagina nós, da Oposição, que todo dia recebemos informações e muitas delas não são verídicas, mas esta res-

ponsabilidade tem 2 cidadãos que têm que ser responsabilizados judicialmente: o ex-Presidente da SANEPAR, por um ano; e infelizmente, V. Exa., por não ter executado a seguradora no tempo hábil, quando ela negligenciou a execução do contrato.

O que aconteceu? A seguradora está no lucro, porque não existe nada melhor no mundo do que se fazer um seguro de uma obra pública. E muitas vezes - depois vou provar para o senhor que tem este problema na SANEPAR - em quase todas as vezes, sabe o que acontece num órgão público? E isto é uma coisa que me deixou espantado, quando a empresa faz o seguro, por exemplo, este seguro da PAVIBRAS, 14 milhões, esta empresa que nem sei qual é, ela fez o resseguro; ao fazer o resseguro, no IRB, ela exige mais ou menos 80% do valor da apólice. Dos 14 milhões, ficariam pelo menos 10 milhões para o IRB. Então, por que as empresas não fazem o resseguro? Elas não fazem o resseguro porque ficam com todo o valor do seguro. Mas, esta empresa agiu corretamente.

Quem não agiu corretamente, Dr. Stênio, foi V. Exa., e V. Exa. terá que ser responsabilizado, como o Dr. Teixeira terá que ser responsabilizado, porque V. Exa. não zelou pelo patrimônio do estado, porque a sua assessoria tinha a obrigação de dizer: "Dr. Stênio a PAVIBRAS não cumpre o contrato; Dr. Stênio, qual é a sua primeira atitude? Nós temos um seguro quente, não é um seguro frio. Vamos executar esta seguradora e ela vai ter que vir aqui, contratar uma nova empresa e terminar as obras".

O que fizeram? Contrataram empresas de emergência, para terminar as obras, de medo do Governador, Deputado Romanelli. A emergência é de medo do Governador, porque ele já tinha marcado a inauguração. Pagar de novo as obras e a companhia de seguros do banco, se não me falha a memória, do BRADESCO, 14 milhões, não foi nem chamada atenção.

Dr. Stênio, eu não tenho perguntas sobre esta questão, porque o senhor, certamente, não vai me entregar quem é da sua assessoria que lhe induziu a erro, mas gostaria que o senhor voltasse para casa, com o respeito e a admiração de quem exerceu muitos anos o cargo público, mas quero dizer ao senhor que depois que passei a estudar este caso de seguros de empresas públicas, para assumir um cargo público, um dia, se tiver este chamado e se tiver esta competência, que é necessária, eu vou ter que me assessorar muito bem ou fazer um seguro da minha própria vida, porque senão vou morar na cadeia, por ser mal assessorado.

Esta é minha preocupação, Dr. Stênio. V. Exa. está sabendo que primeiro não há mais como justificar a questão da Sulina. Quem pegou, e eu não estou imputando a culpa a V. Exa., mas V. Exa. é Presidente da SANEPAR, então, recapitulo: não se fala mais em Sulina, não existe Sulina. O que existe é um corretor picareta da Brickel, que deve ser amigo de alguém de dentro da SANEPAR, que cobrou o seguro e o dinheiro ficou ou para a Brickel ou para o funcionário da PAVIBRAS.

Segundo, quando feito o contrato, Deputado Alexandre Curi, leve ao conhecimento do Governador - e se ele quiser os esclarecimentos, eu vou ao Palácio Iguaçu, com meus companheiros - que o estão enganando. Diga a ele que a Diretoria antiga da SANEPAR infringiu em erro de responsabilidade e terá que ser penalizada. Mas, esta Diretoria, presidida pelo Dr. Jacob, também tem que ser responsabilizada, porque quem ganhou dinheiro da obra da PAVIBRAS? O seguro do banco. E a SANEPAR está pagando duas vezes a mesma obra.

Uma questão que é importante dizer aos servidores da SANEPAR, não sou contra a SANEPAR, mas, quero dizer o seguinte: é tão fácil, eu não achei que fosse tão fácil, desculpem, eu sou Deputado, 5º ou 6º mandato, acho que estou há mais tempo, mas é tão fácil, mas tão fácil que em 2 minutos você sai daqui, acessa a SUSEP e constata todas estas irregularidades. Todas. Então, eu não vim aqui nem para agradecer e nem para desagradar. Eu vim aqui para dizer ao senhor, para estarrecer de vez os Srs. Deputados, e se eu afirmar para V. Exa. que tem mais empresa fantasma dentro da SANEPAR? E se afirmar para o senhor que a InterBrasil, em 2004, 2005, aquela InterBrasil que deu o escândalo do mensalão, tem seguro na SANEPAR? Ora, meu Deus! Quem é este funcionário que não assistiu na televisão o escândalo que deu sobre a InterBrasil? E a SANEPAR, ingenuamente, seriamente, contrata seguro com a InterBrasil, Dr. Waldyr Pugliesi!

Não é uma questão de ser contra o governo ou não ser contra o governo, mas nós como Parlamentares de Oposição não podemos engolir isso. Nós já temos, como Deputados, uma fama horrível aí na rua, mas não podemos ser tachados de incompetentes. Por isso que busquei assessoria.

Quero dizer mais: além de ter empresas fantasmas contratadas - que tem obras na SANEPAR - em liquidação, em extinção, sem autorização da SUSEP para fazer seguro, além de tudo, Dr. Stênio, V. Exa. talvez vai ficar estarrecido, vai pegar pelo pescoço o seu funcionário que lhe assessora no setor de seguros, pasme Dr. Stênio, 99% das empresas que fizeram seguro das obras da SANEPAR não cumpriram uma exigência legal que é fazer o resseguro, ir ao IRB, que é a garantia suprema dos seguros. Nenhuma empresa.

Eu fiz um requerimento. Tivemos um embate com o Líder do Governo e avançamos até que o convenci, porque eu consegui, por um lapso, e pela ajuda de um cidadão paranaense que, há dois anos, em meados de 2005, obteve a relação de seguradoras da SANEPAR. Esse cidadão pegou a relação de seguradoras e foi ao Dr. Botto e disse: "olha, está aqui a irregularidade, leve ao conhecimento do Governador porque é um absurdo o que está acontecendo!" E a pessoa é eleitor do Requião! Eu até disse que ele tinha que ter ido direto ao Requião.

O que aconteceu, Dr. Stênio? Botto não levou. V. Exa. foi mal assessorado, foram mal intencionados, e quero dizer que estou aguardando a informação da

SANEPAR para que me encaminhe de 2005, 2006 e até agora 2007, porque não tenho conhecimento.

Digo para o senhor que tenho muito a falar. Tem um outro caso tão escabroso quanto essa questão das empresas seguradoras. Eu vou citar algumas empresas aqui que estão em liquidação, não podendo operar, conforme quem fiscaliza a SUSEP: Max Life, Sulinas Seguradora - tem uma porçãozinha aqui, InterBrasil, InterBrasil de novo.

Aí tem uma outra pegadinha que deixa qualquer caboclo não de cabelo branco, deixa careca! Existe um banco chamado Banco Potencial. Parece-me, se não me falha a memória, que esse banco tem uma agência no Brasil e é um dos grandes seguradores das obras da SANEPAR e a SANEPAR aceita. Aí tem a apólice. Apólice verdadeira. Não estou dizendo que é falsa a apólice do Banco Potencial, mas aí vem a pegadinha, no final da apólice diz o seguinte: *os riscos dessa apólice terão que ser honrados em 48 horas*. A pessoa quando lê aquilo pensa: "ótimo! Estou com o seguro na mão!" Acho que é o que o senhor pensou. No entanto, depois continua: *...depois de executados os bens da empresa contratada*. Quer dizer, vamos imaginar que o Banco Potencial tivesse feito o seguro da PAVIBRAS, quantos anos, Douglas levaria para serem executados os bens da PAVIBRAS, conhecendo a nossa justiça? Dez anos! Nós íamos morrer, nossos netos iam assumir a Assembléia Legislativa e a SANEPAR não seria ressarcida dos seus recursos. E a SANEPAR, com toda a sua assessoria, eu aqui com 2, 3 assessores abnegados conseguimos descobrir isso. O pior, Dr. Stênio, não é que estou dizendo que tenha pegadinha, só eu que estou dizendo, é uma denúncia feita pelo Banco Central. O Banco Central denunciou a seguradora do Banco Potencial dizendo que ela tinha essa cláusula que dizia: *Só depois de executado os bens da empresa que contratou o seguro*. Além de ter empresas que não podem operar nas obras da SANEPAR, além de ter esse Banco Potencial, que no fundo, se é denunciado pelo Banco Central, é porque tem alguma maracutaia. E a maracutaia está nisso, ela escreve em letras, como é fácil de enganar as pessoas. Ela escreve em letras garrafais: 48 horas depois do sinistro. E acrescenta: depois de executados os bens da empresa. Quer dizer, daqui a 10 anos.

Dr. Stênio, quero dizer ao senhor o seguinte: me aprofundei só na questão de seguro. Certamente, no seguro do meu automóvel não é obrigado a fazer resseguro e certamente não farei este seguro com o corretor da Brickel, porque esse Sr. Dalton fez um seguro de avião de um estado lá não sei de onde. O avião arrebentou uma asa e sabe o que aconteceu? O avião tinha um seguro falso como o da SANEPAR.

Gostaria que o senhor guardasse aqui algumas questões que - claro que nós vamos prosseguir nessa caminhada - guarde na sua mente: Corretora PLANAN, Corretora Brickel, Corretora Bond, Corretora PLANSEG. O que é isso, Dr. Stênio? O que é isso, Srs. Deputa-

dos? Há um homem no Brasil com a indústria de corretoras. Quando a SUSEP proíbe-o operar com a PLANAN, ele monta a Brickel, quando proíbe ele trabalhar com a Brickel, ele monta a Bond, quando proíbe trabalhar com a Bond, ele monta a PLANSEG. E esse cidadão continua fazendo o melhor negócio do mundo, porque ele não precisa suar, ele só precisa usar a inteligência para enganar os servidores públicos do Brasil. Agora, aqui no nosso estado, quero dizer ao Dr. Pedro Henrique, ao Líder do Governo e a todos os Deputados aqui, quero prestar a minha colaboração para que isto não aconteça mais no Paraná, porque nós estamos sendo enganados.

Agora está feita a denúncia. Então, não incorra mais em erro, Dr. Stênio, não faça mais a defesa da Sulina. A Sulina não existe na nossa história neste caso de adulteração, porque estão induzindo em erro.

O último assunto: com todo o respeito, quando é mulher a gente tem um carinho enorme. Estou emocionado porque infelizmente chegou essa denúncia agora nas mãos da Oposição. E nós não iríamos fazer essa denúncia, mas aí fomos ameaçados aqui e aí nós corremos atrás para ver se era verdadeira. Quero dizer ao senhor o seguinte: Está sob suspeita, sim, a Dra. Cristiane Schwank. Ela é gerente do PARANASAN. Não é mais? E o seguinte: ela veio aqui hoje nos fazer a explanação e isso me causa constrangimento. Quero dizer que a empresa do seu pai, infelizmente - não gostaria de estar falando isso - foi contratada sem licitações para obras na SANEPAR. Ainda não sei o valor, porque o valor não interessa. Se for de um real, há imoralidade nesse caso, porque o próprio Dr. Botto leva ao Conselho Administrativo da SANEPAR.

Obrigado, Sr. Presidente, me desculpe a emoção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas, Dr. Stênio, V. Sa. não tem a necessidade, como convidado, a responder o último quesito do Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, não faria isso, mas justifico. Não posso andar pelos corredores desta Casa. Fui eleito pelo povo e andar sob suspeita e sob ameaça...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, Dr. Stênio.

O SR. STÊNIO JACOB

Agradeço muito a explanação do Deputado Rossoni. Prestei atenção e acho que algumas observações são extremamente interessantes. Evidentemente que é de responsabilidade de empresa pública agir com o máximo de transparência, o máximo de cuidado para que não ocorram situações que possam gerar danos ou prejuízos ao erário público e nem à população.

É bom lembrar a esta Casa e ao nobre Deputado que os seguros são contratados pelas empresas que foram contratadas pela SANEPAR. Está previsto nos editais de licitação quais os procedimentos a serem adotados em relação aos seguros. Em nenhum momento os editais da SANEPAR colocam qual seleção de empresas estarão credenciadas para fazer os seguros de suas obras. Parece-me que será uma boa solução daqui para frente. A própria SANEPAR fazer uma pré-seleção de seguradoras para que elas possam atender aos interesses da SANEPAR e preservar a certeza quanto a qualidade das apólices.

Devo informar ao nobre Deputado que já estamos, sim, trabalhando, levantando todas as apólices de seguros que foram oferecidas à SANEPAR, durante o período que estamos à frente da SANEPAR, para que possamos informar detalhadamente a esta Casa como transcorreu esse seguro.

Mas, não posso deixar, Deputado, de ler aqui a carta que a PAVIBRAS encaminhou à SANEPAR no dia 17 de junho de 2004.

(Documento não entregue ao Setor de Taquigrafia)

Confesso ao senhor que não acompanhei o processo de contratação desta seguradora, uma coisa que a unidade de gerenciamento encaminhou. Mas a própria empresa que tinha necessidade do seguro, para garantir os seus riscos de engenharia, encaminhou à unidade de gerenciamento da SANEPAR o pedido de contratação da Sulina.

Quero crer que ela mesma deva ter feito essa pesquisa de preço, para encaminhar, já que o contrato era dela e não da SANEPAR.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Stênio, V. Sa. está incorrendo em erro. Quem precisa do seguro de engenharia não é a empresa, é preservar a SANEPAR. Quem exige o seguro não é a empresa, é a SANEPAR.

Esta correspondência que estão entregando para o senhor, lhe garanto, que por minha dedução pouco inteligente, essa correspondência foi mandada depois da minha denúncia. Por quê? Porque foi firmado no contrato a exigência que a SANEPAR faria o seguro, porque a empresa era concordatária. Por que ela vai mandar uma correspondência dessas, se ela recebeu a comunicação da SANEPAR dizendo que contratou a Sulina?

O SR. STÊNIO JACOB

V. Exa. me permite, mas a correspondência foi encaminhada à SANEPAR, na época dos fatos. O senhor me desculpe, com todo o respeito, na medida que o senhor coloca em dúvida a nossa seriedade, com relação a um documento público, não iríamos absolutamente apresentar a esta Casa de Leis um documento que não tivesse atendido essas recomendações.

Não viríamos aqui, pedir à PAVIBRAS que fizesse um documento desses, agora, depois da sua denúncia.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Dr. Stênio, só uma ajuda. Será que não foi o mesmo funcionário que está beneficiando a documentação que o contratado tem que apresentar a SANEPAR, que induziu a esta carta? Esta é uma dedução: estava no contrato, por que a empresa vai encaminhar uma correspondência?

O SR. STÊNIO JACOB

V. Exa. tem que dizer que é uma dedução, mas não fazer uma afirmativa categórica, que nós estaríamos, aqui, sendo induzidos a apresentar um documento que não seja legítimo. Prezamos por absoluta transparência nas nossas ações na SANEPAR. Não temos nada a esconder. É uma empresa pública, que vem sendo reconhecida nacionalmente pela sua transparência e competência e nós não estamos dispostos, em nenhum momento, de deixar de prestar os esclarecimentos que sejam necessários, em relação ao nosso comportamento na administração da SANEPAR.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Dr. Stênio, até agora fomos bem, a partir de agora começamos a divergir. Primeiro, o senhor demonstra - desculpe-me a minha consideração, com todo o respeito - total desconhecimento sobre a questão de seguro, porque quando o senhor afirma que o seguro é para a empresa, não! O risco maior é de quem contrata a empresa!

O SR. STÊNIO JACOB

Posso até admitir isso, Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, me despeço, quando o senhor concorda que quem exige o seguro é a SANEPAR, quem está correndo o maior risco é a SANEPAR. É claro que a empresa pode fazer o resseguro, mas não existe o resseguro que garanta o seguro. Começamos a caminhar bem e posso colaborar com as investigações com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Dobrandino.

Esta Presidência, cumprindo o Regimento Interno, recebe o Requerimento nº 1011, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a prorrogação da presente Sessão Ordinária pelo período de duas horas, porque já estamos próximos das 19h e as Sessões, regimentalmente só podem ir até às 19h.

Está em votação o requerimento.

Aprovado.

Quero lembrar a V. Exas. que estamos fazendo a soma do tempo dos oradores inscritos e tão logo chegemos àquilo que foi acordado, uma hora e trinta minutos

para cada bancada, então encerraremos a Sessão, podendo prorrogá-la esporadicamente por alguns minutos, mas vamos manter a regra.

Com a palavra o Deputado Dobrandino.

Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, prezado Presidente da SANEPAR, Dr. Stênio. Ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os técnicos e funcionários da SANEPAR, essa grande empresa que tanto serve ao Paraná.

Primeiro, quero aqui esperar que eu não esteja sendo ameaçado também. Embora não tenha medo de ameaça, mas parece que é meio preocupante, se é que estão ameaçando os Deputados. Eu, pelo menos, não recebi esse tipo de ameaça!

Sr. Presidente, gostaria de iniciar e a pergunta que iria fazer já foi previamente feita pelo Deputado Caíto Quintana, mas quero fazer algumas considerações, principalmente sobre o contrato da PAVIBRAS. Depois da explanação da técnica, Dra. Cristiane, claro que fiquei ciente disso e os Deputados da Oposição, principalmente esses que ficam aqui na frente, que a maioria foi Prefeito, claro que também estão totalmente conscientes. Claro que eles são Oposição e jamais vão dizer que estão conscientes da explanação que foi feita convincentemente.

E iniciaria dizendo que se há ma-fé nisso, claro que para mim houve, houve ma-fé da empreiteira, a PAVIBRAS, quando assinou o contrato. Se pegarmos os valores das diversas empreiteiras que fizeram as suas propostas, a última é quase o dobro da primeira e é claro que as empreiteiras estão muito bem dotadas com bons advogados que conhecem muito bem a lei e sabem que elas, pegando pelo menor preço que seja, vão buscar na Justiça aquilo que é o preço devido, através desse mecanismo que foi usado. Digo isso porque já fui Prefeito por duas vezes e sei o quanto é difícil. Se essa empresa PAVIBRAS, mesmo se fosse desclassificada na sua proposta, antes de assinar o contrato, se ela fosse desqualificada, já demandaria muito tempo para tirar ela fora, porque ela entra na Justiça impugnando e levaria um tempo enorme. E imagina depois que assinou o contrato.

Então, o erro gravíssimo foi assinar o contrato, porque eu sempre digo: nem sempre o menor preço é o menor preço. E foi isso exatamente o que aconteceu e como os recursos dessa obra não são apenas dos cofres do Governo do Estado, pelo contrário, são quase 100% de recursos vindos de bancos exteriores e do BNDES, é claro que se a SANEPAR impugnasse esse contrato, cancelasse esse contrato, será que hoje a obra já teria recommençado ou estaria parada? Imagino que o governo achou mais interessante cumprir esses mecanismos que a lei permite, porque ainda saiu mais barato do que fosse fazer a obra pelos preços das outras empreiteiras.

Então, quero concluir, Sr. Presidente, e dizer que estou absolutamente tranquilo e sinto segurança que a SANEPAR não tinha outro caminho se não fosse cumprir esse reequilíbrio, esses reajustes, porque ela colocou o interesse social, o interesse do povo do Paraná, acima de tudo, porque se ela cancelasse o contrato, com certeza o Paraná perderia muito mais, porque iria ficar 2, ou 3, ou 4, ou 5 anos parado, a obra parada, e contratar, aí sim, a última empresa com um preço muito maior ainda.

Então, quero dizer que a Oposição está respeitando muito, eles estão corretos, é o papel da Oposição fazer esse questionamento, mas eu tenho certeza de uma coisa, principalmente esses mais antigos já participaram e estão muito conscientes de que não houve prejuízo para o Paraná. Com certeza o prejuízo foi quando o governo passado contratou, assinou um contrato com essa empreiteira. Olha, eu no meu exercício de Prefeito, Caíto, nos 2 exercícios que eu tive, eu licitei obras e apareceram empresas picaretas para participarem da concorrência. Só para desqualificar, leva 6 meses no ano. Imaginem assinar um contrato! E eu não estou chamando essa empresa de picareta, mas ela usou de má-fé pegando a obra em um preço menor e claro que ela sabe os direitos que ela tem dentro da lei e acabou chegando nisso.

Mas, a conclusão é a seguinte: é que para o governo, para a SANEPAR não foi realmente um mal negócio, porque mesmo assim ainda saiu mais barato do que fosse comparado com as outras empresas e o prejuízo era muito maior, sim, para a população do Paraná.

Com relação ao seguro, eu queria dizer que ainda não me inteirei bem do assunto, mas falando aqui com os técnicos da SANEPAR, uma coisa é aquilo que o Deputado Waldyr Pugliesi afirma muitas vezes, que nisso eu discordo do Deputado, já colocando como se o Presidente agisse de má-fé, que na verdade eu espero que a SANEPAR possa esclarecer isso porque não podemos ficar com essas dúvidas. Mas tenho a certeza de que a SANEPAR jamais agiria de má-fé, pela idoneidade que tem essa empresa e a sua responsabilidade e sabe quem é o seu chefe, que é o Governador Requião, que não admite que façam as coisas que sejam fora da lei.

Então, quero agradecer e dizer o seguinte: fiquei muito satisfeito porque defendi desde o primeiro dia em que foram levantadas as questões pela Oposição aqui na tribuna desta Casa. Eu disse ao meu amigo, Líder do nosso governo, Deputado Romanelli: convida a SANEPAR para vir aqui na Assembléia, porque a SANEPAR tem elementos, com certeza, para esclarecer esses fatos. E é o que ocorreu hoje. Uma coisa é ver uma denúncia no jornal e fazer disso como se fosse uma verdade, outra coisa é provar. E eu acho que as denúncias, embora eu democrata que sou, embora não concordando muitas vezes com a prática de alguns Deputados, mas tem que respeitar, ele é eleito pelo povo para fiscalizar. Mas, quero dizer o seguinte: este governo, longe do governo passado e a SANEPAR, na verdade, que conhecêssemos o seu trabalho.

E para concluir queria dizer o seguinte: quando cobram lá, o Deputado Durval Amaral, sobre para onde foi o recurso da SANEPAR, quero lembrar que este governo está atendendo milhares de famílias com a tarifa zero.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Belinati**)

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

Deputado Luiz Carlos Martins (PDT)

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Dr. Stênio Jacob, Dr. Pedro Henrique Xavier.

É gratificante para nós, e como disse o Deputado Dobrandino este é o papel não só da Oposição, mas é o papel desta Casa, nós não estamos aqui julgando ninguém. Estamos aqui levantando e conhecendo a história do Stênio Jacob. Se aqui ele estivesse no meu lugar e eu no lugar dele, ele não deixaria de ser contundente e de questionar, pela sua história.

Nós apresentamos aqui, na Oposição, um requerimento pedindo informações e esse requerimento foi aprovado por esta Casa pedindo a cópia da ata e do voto do Conselheiro Pedro Henrique Xavier. E eu recebi aqui a resposta oficial da SANEPAR, eu não, nós os Deputados da Oposição.

(Lê):

“O Conselheiro Pedro Henrique Xavier apresentou voto escrito e pediu a sua leitura. O Presidente, além de destacar que o voto tinha como objetivo apenas ofender a sua honra e de outros Conselheiros da Diretoria, recolheu o voto, observando que não havia pertinência na sua leitura, pois o processo em questão encontra-se na Corregedoria Geral do Estado e que já deu início a auditoria do contrato desde o seu início, com a participação da empresa especialmente contratada para tal fim. O Conselheiro Pedro Henrique Xavier distribuiu cópias de seu voto a todos os membros do Conselho de Administração, aos membros do Conselho Fiscal presentes e aos auditores independentes. O Conselheiro Nestor Celso Bueno não apresentou voto escrito. O Presidente informou também que não houve pagamento algum à empresa PAVIBRAS a título de reajuste”. O Presidente, no caso, Dr. Sérgio Botto de Lacerda, na época.

Então, quero perguntar aqui ao Dr. Pedro Henrique Xavier, até porque é a nossa função, Dr. Pedro: o senhor confirma tudo isto que nós recebemos aqui, o seu voto por escrito?

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER

Confirmo, Sr. Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Ok. Então, diante desta confirmação do voto por escrito do Conselheiro Pedro Henrique Xavier, faço

alguns questionamentos aqui, não sei se para o Dr. Pedro Henrique Xavier ou para o Presidente Stênio Jacob: por que um dos aditivos contratuais da PAVIBRAS não foi incluído na pauta da terceira reunião ordinária do Conselho de Administração da SANEPAR em 7 de março de 2006? Quem teria que responder esta questão seria o ex-Presidente do Conselho? Eu gostaria de ter esta informação, Dr. Pedro.

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER

A convocação e elaboração da pauta, estatutariamente, compete ao Presidente do Conselho. Eu não teria condições de responder a sua indagação.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Até porque V. Sa. não era o Presidente na época.

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER

Não era o Presidente e como os Srs. Deputados podem ter percebido, a entrega do meu voto se deu em condições, para mim, bastante constrangedoras.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

A segunda questão que colocamos aqui: os Conselheiros foram chamados a votar nesta reunião um aditivo para a PAVIBRAS que já fora decidido em 30 de janeiro de 2006 pela Diretoria da SANEPAR - confere, Stênio?

O SR. STÊNIO JACOB

Eu não me recordo a data precisa aqui neste momento, mas a Diretoria da SANEPAR aprecia a matéria e ela não tem autoridade para deliberar, ela encaminha ao Conselho de Administração que decide sobre a sua aplicação ou não.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

A terceira questão para o Presidente Stênio: como o senhor explica - palavras e afirmação do Dr. Pedro Henrique Xavier - a PAVIBRAS era uma inadimplente contumaz nos contratos que celebrou com a SANEPAR? Recebeu, já no dia 31 de janeiro de 2006, um dia após a reunião da Diretoria, a importância de 9 milhões e 900 mil reais, a título de reajuste. Quem pode me responder?

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER

Sr. Deputado, na realidade, o voto que eu manifestei diz que nos termos da decisão do dia 12 de fevereiro ela receberia, no dia seguinte, essa importância. Na prática, após o ocorrido no dia 12 de fevereiro, ela acabou não recebendo esse valor no dia seguinte. Houve pagamentos, sim, a título de reajuste, mas quem poderia precisar as datas que eles efetivamente ocorreram seria a Diretoria Executiva.

O SR. STÊNIO JACOB

O Dr. Pedro, evidentemente, fez um conceito e uma opinião que ele tem sobre a empresa. A PAVIBRAS,

se ela deixou de cumprir o contrato em determinadas situações, nós também reclamamos dessa empreiteira, nós também achamos que ela não tenha cumprido, por inteiro a sua responsabilidade, ainda que a SANEPAR estivesse discutindo os seus pleitos. No meu entendimento, ela deveria, sim, continuar executando as obras. Alega a empresa que não tinha capacidade financeira para dar seqüência ao seu trabalho, mas quem não tem competência não se estabelece.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

A terceira questão, então, diante das colocações todas: é consenso entre os Conselheiros da SANEPAR que o contrato CO 08 de 2002, que a PAVIBRAS saiu vencedora com a proposta de 62 milhões era inexequível ou absurda. No bom português. Sr. Presidente, tão absurda que menos de 1 ano após a realização do contrato, em abril de 2002, o Conselho de Administração foi chamado a pronunciar-se sobre o insólito pedido de reequilíbrio de R\$ 41 milhões, ou seja, 60% a mais do que havia sido contratado. Pergunta-se: por que a SANEPAR não rescindiu o contrato com a PAVIBRAS? Esta é a pergunta, Dr. Pedro Henrique, Dr. Stênio, esta é a pergunta que permanece neste Plenário, por quê?

Se existia, como disse o Deputado Rossoni, um seguro sério e em cima desse seguro existia um resseguro de R\$ 14 milhões, por que não foi quebrado, por que não foi executado? Esta é a pergunta que fica aqui para ser respondida! Até porque eu creio que esse é um nó que o Governador Requião não conseguiu desatar, o caso da PAVIBRAS! Agora, por que não conseguiu, se existia um seguro e o resseguro no valor de R\$ 14 milhões? Esta é a pergunta.

O SR. STÊNIO JACOB

Acho que já respondi esta questão, já foi levantado aqui.

Diversos fatores foram determinantes para a não rescisão do contrato naquele momento. Havia o interesse que as obras fossem concluídas, que ela cumprisse com a sua obrigação. As paralisações aconteceram em razão da falta de licenças ambientais, da falta de desapropriações e que a empresa, por esta razão, não pode dar seqüência ao seu trabalho. O que nós criticamos na empresa PAVIBRAS foi ela ter paralisado as obras quando deixou de receber num determinado momento o reajuste. O reequilíbrio, diferente do que o senhor colocou, não é de 41 milhões, é de 17 milhões. Outras verbas decorrentes a despesas indiretas e serviços compensáveis não previstos no contrato.

Então, o fator determinante foi o interesse público. Se tivesse suspenso as obras nós teríamos que, durante um bom tempo, reavaliar o andamento da obra, relicitá-la, e isso seguramente ia demandar um tempo muito além daquele que seria justificável à sua paralisação e ainda sobre a possibilidade de a empresa, perante a justiça, garantir para si a execução do seu contrato.

Então, não houve da nossa parte absolutamente nenhum sentimento de prejudicar o interesse público, pelo contrário.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Quero comunicar ao Sr. Deputado e aos presentes que tenho, aqui, a Liderança da Oposição tem o voto por escrito do Conselheiro Dr. Pedro Henrique Xavier e dizer a todos os Deputados que este parecer por escrito está à disposição de todos na Liderança da Oposição, porque acima de tudo este voto do Conselheiro Dr. Pedro Henrique Xavier é uma peça da maior importância e que vai ficar na história da SANEPAR. Ele foi sincero, foi claríssimo, não omitiu nenhuma informação. Sei que até deve ter sido constrangedor para o Conselheiro Pedro Henrique Xavier, mas para um homem público, que tem compromisso com a verdade, nesse momento não há constrangimento, doutor, pelo contrário, o senhor prestou um serviço muito grande à SANEPAR, ao governo do Paraná, ao estado do Paraná e à democracia.

Parabéns pelo seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência suspende a Sessão por mais 3 minutos, e queria aproveitar para fazer uma pequena consulta aos Líderes, tanto da Oposição quanto do Governo, e a todos os Deputados. Já estouramos de ambos os lados o tempo agendado para uma hora e 30 minutos para as perguntas. Temos mais 9 oradores inscritos. Além dos 9 oradores inscritos, temos, para as considerações finais, o Líder do Governo e o Líder da Oposição. Por esta razão, enquanto estamos nesses 3 minutos de recesso, consultamos se há possibilidade de reduzirmos isso, se os 9 fazem questão, porque daqui a pouco vamos nos tornar repetitivos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Queria dizer pela Liderança do Governo que fazemos questão absoluta que todos os oradores que estão inscritos, que desejam fazer uso da palavra e que tenham que buscar esclarecimentos, têm que aproveitar. Esta Sessão foi convocada com data e dia bem determinado. O que interessa é a verdade e esclarecer com transparência todos os fatos. Acho que abreviar a Sessão contraria o espírito que fizemos aqui para poder esclarecer esse tema que envolve as obras e ações. Acho que temos que continuar a Sessão até onde for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa consulta por que alguns dos 9 não estão presentes.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Se V. Exa. solicitasse aos Deputados inscritos que fossem bem objetivos nas suas perguntas, e da mesma forma o Presidente e o Conselho podem ser bem objetivos.

(Recesso de 3 minutos)
(Reaberta a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Strapasson.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente Nelson Justus, Srs. Presidentes da SANEPAR e do Conselho Administrativo, Stênio Jacob e Pedro Henrique Xavier, Sras. e Srs. Deputados e senhores presentes.

Creio que, apesar da apresentação da Dra. Cristiane ser bastante objetiva, didática para o entendimento dos procedimentos do programa e do contrato da PAVIBRAS, seria humanamente impossível imaginar que pudéssemos avaliar neste contexto se foi ou não foi justo ou juridicamente correto, as aprovações de reajustes, realinhamento de preço desse contrato e aí é importante falar, porque quando se falou que o dólar estava, em fevereiro de 2002, na época da licitação no valor “x” e em dezembro de 2002 estava R\$ 4 e que isto impactava nos preços dos materiais, é verdade, mas também temos uma realidade inversa hoje que deve ser discutida com as empresas neste contexto, porque o dólar caiu e eu não vi nenhuma empresa ou nem sequer o governo de forma geral, questionando para o realinhamento de preços para baixo.

Então, creio que esta estratégia, que muitas vezes é utilizada de forma premeditada para ganhar uma licitação e depois buscar os aditivos, é uma questão que nós todos, os Deputados do Governo, deveremos fazer uma avaliação e buscar maneiras de coibir, para que não tornemos a administração pública do estado do Paraná, a administração pública geral, um emaranhado de questões e interpeleções administrativas, judiciais e que travam, muitas vezes a execução de obras importantes e que têm um cronograma a ser seguido.

Quando eu me recordo do PARANASAN, me recordo do questionamento do Governador Requião, que questionava a modelagem do programa, que tinha no seu gerenciamento, na previsão da execução do contrato, a fiscalização, a mediação, enfim, todo o gerenciamento por uma empresa contratada e o Governador questionava a que ponto esta gerenciadora ou consórcio que fez o gerenciamento iria fazer a defesa da racionalidade, o interesse do cidadão, o interesse público.

Também me recordo do questionamento das tabelas de preços da SANEPAR, e também me recordo do procedimento de licitação. Todas essas são questões que devem ser refletidas e eu creio que o dilema que a SANEPAR, na sua equipe técnica e Diretoria, ficou entre os compromissos com o banco, caso não cumprissem os programas nos seus tempos devidos, sujeitos a multas, a taxas de permanência, até a extinção do programa, a perda dos recursos. Também a pressão social para que a

obra fosse realizada, interpelações das empresas por reajuste, reequilíbrio, aditivo, desapropriações e tudo mais. Não é fácil. E eu creio que a SANEPAR, quando negou ou reduziu ou até deu certos reajustes e equilíbrios, o fez em nome da execução de uma obra que era e é muito importante para nossa região.

É evidente que não há como questionarmos, aqui, apesar de ter relatórios da Fundação Getúlio Vargas, que por mais corretos que possam ser, foram contratados pela empresa. Não há como se apoiar apenas por notas fiscais, porque elas também podem não representar o menor preço, portanto, reajustes, reequilíbrios precisam ser questionados profundamente, de forma permanente, para que não recaiamos em erros e problemas desta ordem.

Minha pergunta, em parte, foi respondida. Eu iria perguntar se houve outras empresas que solicitaram reequilíbrio na SANEPAR, neste período. Já foi respondido que teve mais uma empresa que solicitou e eu creio que a SANEPAR devesse ter várias obras em andamento, assim como o Governo do Estado também deveria ter neste período e aí vem a questão, de forma geral, que estou abordando: por que algumas requerem, usam estes artifícios para complicar, para pressionar, para colocar o poder público contra a parede, para que ele dê os benefícios? Essas empresas precisam ser declaradas inidôneas, para que nós não fiquemos reféns desta situação.

Então a pergunta: havia outras empresas que realizaram obras nesse período e que não solicitaram esse reequilíbrio dito para composição de preço, para viabilizar o contrato?

O SR. STÊNIO JACOB

Agradeço a sua colocação, mas antes de responder sua pergunta, gostaria de dizer que infelizmente, no nosso país, a variação cambial altera-se em preços de materiais. Mas, eu nunca vi a variação cambial para baixo, reduzir preços de materiais. Nem de combustível, nem de nenhum material. Pelo contrário: variou o câmbio, mas o preço dos materiais não reduziu. E é isso o que constatamos nos preços que praticamos na aquisição de serviços e obras.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Contestando, existe variação de preços para menos nos combustíveis, sim. É evidente que eles podem ser temporários.

O SR. STÊNIO JACOB

Temporários, mas sem gerar repercussão.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Perguntei se existem, além dessas duas empresas que solicitaram o reequilíbrio, quantas obras ou quantas empresas contratadas pela SANEPAR, neste período,

tinham talvez o direito de requerer um reequilíbrio e não o fizeram?

O SR. STÊNIO JACOB

Normalmente as obras da SANEPAR têm um prazo muito curto de execução. São destinadas a municípios, isoladamente. Contratos semelhantes a este da PAVIBRAS, que abrange simultaneamente 5 municípios, cujas licenças ambientais, desapropriações não aconteceram. É muito raro acontecer na SANEPAR. Normalmente os contratos são executados no período que foi realizado o contrato, sem que haja necessidade de reequilíbrio, porque tem que coincidir as datas.

Então, se aconteceu situação de desequilíbrio, foi no ano de 2002. E aí eu não saberia responder quantas empresas teriam requerido, naquela oportunidade, o desequilíbrio. A PAVIBRAS requereu em dezembro de 2002. Eu não sei se outras empresas requereram, àquela época.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Bom, a empresa contratou a obra no mês de abril de 2002 e ela recebeu a ordem de serviço, provavelmente de todo o lote e creio até pela condição de obra e saneamento, que ela pode atacar em várias frentes de serviço. Se a licença da região de Matinhos atrasou até dezembro para sair, evidente que ela poderia ter adiantado outras frentes, ganhado tempo para se dedicar num segundo período. Nem sei qual é o cronograma de obras, qual o cronograma total dessa obra. Creio ser um cronograma de um ano e meio, mais ou menos?

O SR. STÊNIO JACOB

635 dias.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Dois anos, quase. Então, neste cronograma eu creio que a empresa poderia utilizar.

Agora a questão ambiental. Ela recebeu a licença ambiental em dezembro de 2002, porque, já que estava tão estrangulada no cronograma, não de imediato iniciou as obras, já que somente em abril de 2003, portanto 3, 4 meses depois, houve a suspensão do licenciamento?

O SR. STÊNIO JACOB

Sem a licença prévia de instalação você não tem como. Instalação que é o início da obra, propriamente dita. Sem a licença de instalação você não tem como emitir ordem de serviço e a empreiteira não pode executar, enquanto não houver esta ordem de serviço autorizando a execução do trabalho.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

A ordem de serviço deve ter ocorrido em dezembro. Já saiu a licença em dezembro de 2002 e a ordem de serviço chegou a sair em dezembro?

O SR. STÊNIO JACOB

Chegou a sair uma ordem de serviço inicial, mas a licença de instalação foi cassada e teve que paralisar a obra.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Na verdade, a licença ambiental saiu em dezembro. Na minha visão, poderia ter adiantado isso.

Agora, a empresa cobrou aqueles 5 milhões, 883 a título de despesas extraordinárias. Não foi em relação à mobilização para esta obra de Matinhos, por exemplo?

O SR. STÊNIO JACOB

A equipe técnica da SANEPAR teve o cuidado de observar rigorosamente quais foram as ordens de serviço que deixaram de ser cumpridas, qual o tempo que ela demandou, para que pudesse ser retomada. Por isso é que o pleito de 8 milhões, quinhentos e pouco reduziu para 5 milhões, oitocentos e pouco, porque inicialmente a empresa havia requerido o pagamento de toda a obra, mas, a equipe técnica, cuidadosamente, tratou de colocar os valores reais a serem pagos.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Creio que sim, até porque se não houve a ordem de serviço, não há que se falar em mobilização de canteiros, custos, despesas operacionais, de uma coisa que não foi efetivamente autorizada.

Pergunta final: em relação ao problema, era grave a questão ambiental quando foi suspensa ou foi uma questão burocrática, simples?

O SR. STÊNIO JACOB

A licença de instalação foi suspensa pelo IAP por recomendação do Ministério Público. E eu não sei avaliar quais as razões que levaram o Ministério Público a adotar este procedimento. Mas, o que se alegava, principalmente, é que a população do litoral não estava suficientemente esclarecida para poder a licença ambiental ser validade. Por isso, novas audiências públicas fossem realizadas para que novamente o IAP liberasse a licença.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Osmar Bertoldi.

Deputado Osmar Bertoldi (Democratas)

O SR. OSMAR BERTOLDI

Sr. Presidente, senhores convidados.

Eu não iria utilizar da tribuna hoje, para fazer perguntas. Vim para esta Casa no intuito de escutar e não falar, mas depois da explanação do Dr. Pedro Henrique Xavier, não posso de maneira nenhuma, como fiscal do dinheiro público, me negar a fazer um único questionamento: até o dia 4 de maio de 2004, a empresa PAVI-

BRAS vinha requerendo ao Conselho de Administração da SANEPAR, segundo informações da explanação inicial do Dr. Pedro Henrique Xavier, cerca de 14 milhões para o equilíbrio financeiro do seu contrato. Nós estamos falando de 4 de maio de 2004. O Conselho negou, por diversas vezes no passado, inclusive nessa Sessão do dia 4 de maio. Após insistentes tentativas da PAVIBRAS, pelo que entendi, o Conselho delibera à Diretoria da SANEPAR o poder de negociar esse contrato. E quando esse acordo retorna, no dia 21 de dezembro de 2004, o acordo sobe cerca de 14 milhões, para 25 milhões. Nós estamos falando de R\$ 10 milhões. Não de R\$ 1, de R\$ 2, é de R\$ 10 milhões. O que me faz entender uma coisa: ou os engenheiros da PAVIBRAS, até o dia 4 de maio não sabiam fazer uma planilha de custos dos seus prejuízos, que estavam sendo tomados até aquela data e, de repente, de uma hora para a outra, esses mesmos engenheiros da PAVIBRAS descobriram que o seu número estava errado, ou a empresa SANEPAR, me desculpe falar, tratou de maneira errada essa situação, porque não estamos falando de 500 mil a mais, 200 mil a mais, 2%, 3% de erro numa planilha de custo de uma empresa. Estamos falando de R\$ 10 milhões, de quase o dobro do valor requerido pela PAVIBRAS.

Então a pergunta que fica e o esclarecimento, que eu estou ansioso para fazer, é: aonde foi e por que mais 10 milhões além daquilo que a própria empresa requereu?

Tudo bem que estávamos no mês de dezembro, que era Natal, mas não vamos exagerar!

O SR. STÊNIO JACOB

Acho que a colocação que a nossa engenheira fez durante a sua explicação não ficou muito claro, para o senhor.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Ela não explica.

O SR. STÊNIO JACOB

Mas as verbas requeridas e pagas a título de reequilíbrio, foram de R\$ 17 milhões, 315 mil. A SANEPAR aprovou R\$ 14 milhões, 843 mil. Isso que foi pago a título de reequilíbrio. Depois disso, pagou de despesa indireta R\$ 5 milhões, 883 mil, pleiteado era R\$ 8 milhões. Pagou de reequilíbrio, após dezembro de 2004, das obras que seriam executadas, R\$ 7 milhões. Pagou de serviços extracontratuais, juros de atualização monetária e acréscimo de despesa direta R\$ 10 milhões. Foram essas as despesas pagas.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Dr. Stênio, perdoe-me só uma coisa. Como aqui estamos falando de muitos números, muitos contratos e vários assuntos ao mesmo tempo, envolvendo essa construtora, queria me ater, única e exclusivamente, a esse episódio. Estou me referindo ao pronunciamento do Dr.

Pedro Henrique Xavier, aonde ele comentou, no início da explanação, que a empresa PAVIBRAS recebeu do Conselho de Administração cerca de R\$ 14 milhões e pouco. Foi essa a explanação que o Dr. Pedro Henrique Xavier comentou.

O SR. STÊNIO JACOB

Então, vou pedir ao Dr. Pedro que esclareça.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Que após um período entre o mês de dezembro e o mês de maio, o Conselho deliberou à Diretoria da SANEPAR que se fizesse um acordo com a empresa. Correto?

O SR. STÊNIO JACOB

Perfeito.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

E que após esse acordo, a SANEPAR mandou ao Conselho, para que o Conselho votasse. Poderia aprovar ou não, inclusive, com o voto contrário desse Conselheiro que aqui está, um acordo de R\$ 25 milhões. Quer dizer, como é que a SANEPAR chegou nesse número e por que se a empresa estava até o mês de maio requerendo cerca de 14 milhões?

O SR. STÊNIO JACOB

Eu também sou confundido aqui. Gostaria que o Dr. Pedro, por favor, esclarecesse.

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER

Conforme afirmei anteriormente, não participei dessas deliberações. As informações que eu trouxe a este Plenário são todas elas mera cópia, mera repetição daquilo que consta do site da SANEPAR, das atas correspondentes. Então, vamos lá.

Nós temos esse pedido de reequilíbrio econômico-financeiro que, no dia 04 de maio, é formulado ao Conselho, relatado pelo Conselheiro Nestor Bueno, no valor de R\$ 14 milhões, 832 mil, 243 reais com 2 centavos, como diriam os gaúchos. Então, isso no dia 04 de maio de 2004. Isso foi negado. Ela faz um recurso já no dia 14 de setembro, insistindo na revisão dessa decisão.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Com o mesmo valor, Dr. Pedro?

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER

Com o mesmo valor. É que se trata de um recurso administrativo.

No dia 04 de maio, ela insiste nesse pedido de reequilíbrio. Em 04 de maio ela está pleiteando 14 milhões, 832 e alguma coisa. Isso é indeferido por unanimidade. Eu me abstive, como já mencionei, dessas deliberações. Ela vai recorrer dessa decisão, ou seja, vai pedir o mesmo valor, no dia 14 de setembro, e isso vai ficar em trâmite,

como expus aos senhores, com idas e vindas e pedidos de diligência, até que, no dia 23 de novembro, o Conselho diz o seguinte: “olha, Diretoria, nós não temos condições técnicas de apurarmos se os valores são “x” ou se são “x+y”.” Então, fica delegada à Diretoria negociar esses reequilíbrios, essas revisões de contrato, enfim, renegociar o contrato e, depois, trazer ao Conselho para que o mesmo delibere a respeito.

No dia 21 de dezembro, vários pedidos disso. E até respondendo a outras manifestações de outros Deputados nesse sentido. Sei que são quase uma dezena de pedidos dessa natureza que terminam sendo submetidos ao Conselho no dia 21 de dezembro. Vários são negados, 2 são deferidos, um deles com a minha abstenção, e esse é precisamente o da PAVIBRAS. Esse da PAVIBRAS foi deferido no valor de aproximadamente R\$ 25 milhões. Isso consta do site da SANEPAR.

O SR. STÊNIO JACOB

Acho que é possível esclarecer, sim. Vinte e cinco milhões são essas verbas já colocadas aqui. A título de reequilíbrio, 14 milhões, 843. É o mesmo valor.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Não é o mesmo valor!

O SR. STÊNIO JACOB

É o mesmo valor! A título de reequilíbrio é o mesmo valor!

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Sr. Presidente, por favor,...

O SR. STÊNIO JACOB

Aqui, junto, neste acordo extrajudicial não foi só o reequilíbrio, tinha o reequilíbrio, tinha serviços extracontratuais e acréscimo de despesas diretas, que somavam 10 milhões. O pedido não era só do reequilíbrio.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Dr. Stênio, o senhor me desculpe, mas sempre me coloco no lugar de cada pessoa que está negociando. Ora, se estou negociando com uma empresa que requer para mim 14 milhões, 832 até o dia 23 de novembro...

O SR. STÊNIO JACOB

Não eram 14 milhões! Deputado, se o senhor me permite, eu terei prazer de encaminhar a V. Exa. o pleito da PAVIBRAS para que fique claro para o senhor qual era o seu pedido. Era muito mais do que os 14 milhões.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eram 41 milhões!

O SR. STÊNIO JACOB

Eram 41 milhões e nós pagamos 25.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Esse é o pleito para o Conselho de Administração ou para...

O SR. STÊNIO JACOB

O pleito à SANEPAR. A SANEPAR negociou, reduziu os valores do pleito e encaminhou ao Conselho de Administração os valores negociados. Então, o pleito era muito maior do que 14 milhões.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

É complicado, me desculpe falar, não gosto de pré-julgar. Gostaria de ter esse material. Ficarei muito agradecido porque é bastante intrigante. E digo mais: só estou fazendo esse questionamento devido à explanação do Dr. Pedro Xavier que trouxe um cronograma que fiquei o tempo todo seguindo atentamente.

O SR. STÊNIO JACOB

Sobre os valores que foram encaminhados ao CAD, mas o pleito da PAVIBRAS original era muito superior ao acordo que fizemos.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Gostaria de receber por escrito, se puder encaminhar. Até eu ter o material e analisar. Não estou convencido ainda.

O SR. STÊNIO JACOB

O senhor está convidado, Deputado, para ir a SANEPAR, amanhã se quiser, de manhã, e toda documentação estará à sua disposição, ou encaminhar em seguida para que o senhor receba detalhadamente.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Muito obrigado. Teria mais uma pergunta, se me for permitido. Se rescindir o contrato com 113 milhões, na Justiça tem em torno de 40 milhões a empresa PAVIBRAS, brigando. Quais são as empresas que suprimiram esse contrato da PAVIBRAS, com regime emergencial e, quanto o conjunto de obras em que a PAVIBRAS foi contratada irá custar ainda aos cofres públicos, devido a toda essa confusão geral? O senhor pode inclusive me mandar por escrito.

O SR. STÊNIO JACOB

Quero ver se tenho as empresas aqui para não cometer nenhum equívoco.

Devo dizer que o que falta concluir de obras o custo estimado é em torno de R\$ 15 milhões. Fizemos emergencialmente 2 contratos em valores absolutamente relativos, em torno de R\$ 1 milhão, um deles de R\$ 800 mil, para que as obras tivessem condições de operar. Os demais valores serão licitados e a nossa estimativa, que sejam acrescidos aos 113 milhões, cerca de mais 15 milhões para a conclusão definitiva da obra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Professor Luizão.

Esta presidência encarece mais uma vez a V. Exas., procurem ser o mais explícitos possível.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sim, Sr. Presidente, boa parte dos assuntos já foram esgotados.

Mas, quero fazer uma pergunta para o Sr. Pedro Henrique Xavier: acompanhando detalhadamente a exposição, principalmente da Cristiane, de como começou todo esse processo. Pergunto, Pedro Henrique: o que leva uma empresa a fazer uma licitação, a assinar um contrato, a autorizar a execução da obra sem prever questões importantes como desapropriações, licenciamento ambiental, que a própria Cristiane levantou aqui, que 1 ano depois, em apenas 54% das obras havia licenciamento ambiental? Uma obra de tão grande envergadura desse tipo? Será que é má-fé, negligência, para que se aprove e se faça licitação? Assina o contrato, inclusive visivelmente com as cláusulas, parece que combinadas, porque ali havia coisas bastante previsíveis que poderiam acontecer.

Gostaria de ouvir a sua opinião.

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER

Quando menciono em concepção do programa, refiro-me à dimensão do projeto, que é algo inusitado em termos de Paraná. As equações financeiras que envolviam os financiamentos com o organismo internacional e só isso já muda bastante a aplicação da própria Lei Geral de Licitações. Há um dispositivo na Lei de Licitações, nº 8666, que diz que quando os recursos são provenientes de organismos oficiais de financiamento, podem ser excepcionadas as normas de lei, as dilatações de prazos não são aquelas da lei, passam a ser aquelas fixadas pelo organismo internacional.

Deputado, a cada prorrogação era preciso pedir um beneplácito, a concordância do banco japonês. Em 2004, eu ainda presidia o Conselho e estive lá com o Presidente Stênio, justamente para mudarmos essa concepção e fomos bem sucedidos, porque era uma exigência, uma imposição do Governador Requião, que a continuação do PARANASAN implicasse na reformulação desses conceitos.

Dali para frente os lotes foram muito menores, diminuindo esse risco de que uma única empresa pudesse causar tanto problema para a execução do programa, porque os cronogramas eram muito curtos. Como havia toda uma emissão de debêntures, com cláusula de vencimento antecipado, se o cronograma não fosse atendido, se partiu mais ou menos para aquele sistema de “fé em Deus e pé na tábua” - se permite a comparação é algo parecido com o Governo do Juscelino: 50 anos em 5. Só que agora fica-

mos 50 anos para pagar a inflação dos 5 anos, que ali foram instalados.

Quero dizer com isso, que se não fosse essa forma de contratação, o Programa PARANASAN, na minha ótica, não teria saído do papel, em 1998, 2000 e 2002. Foi uma decisão certa ou uma decisão errada? Eu já perguntei isso agora há pouco, acho que essa resposta não é nossa, talvez seja resposta desta Casa, que autorizou esse programa na época.

Repito o que mencionei: penso que o mal esteve, provavelmente, na falta dessa clareza com que esses problemas deveriam ser enfrentados. Era preciso que a população fosse esclarecida lá, em 1998, depois em 2002 e por nós próprios de que esse tipo de contrato, em que primeiro se licita e depois se vai obter as licenças ambientais, o que é permitido na lei. O artigo 7º da Lei 8666 diz que é possível, a critério da administração, que se comece a obra sem o projeto executivo, que nas outras contratações é de rigor. Foi uma opção. Foi boa? Foi ruim? Acho que não compete a mim me manifestar. O fato é que há coisas boas e ruins e estou certo, que com transparência, trazendo essas informações aos senhores que são a população e os representantes paranaenses, conseguiremos, sim, corrigir trajetórias. Fizemos isso em uma reunião recente do Conselho. Penso que daqui para frente pode ser melhor. Teremos que juntos encontrar uma solução, para esses aditivos todos.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Quero fazer duas perguntas rápidas ao Stênio Jacob: qual a posição dos agentes financeiros, em relação a esses aditivos, sobre o contrato e as cláusulas previstas no contrato, por exemplo, banco japonês e BNDES, Caixa Econômica Federal? Como estão os outros programas do PARANASAN, em relação ao que era previsto, inicialmente? Como estão em andamento agora? São esses tocados pela PAVIBRAS, os demais programas também têm contratos nesse estilo ou os outros estão em condições melhores para o Governo do Estado?

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER

No caso específico do PARANASAN, qualquer procedimento adotado pela companhia tem que ser, imediatamente, informado ao banco. Diferente não foi, quando da decisão de promover o reequilíbrio, imediatamente. Comunicamos...

(ininteligível)

...desta decisão, para que pudesse financiar o valor do reequilíbrio.

Com relação às demais instituições financeiras, o procedimento é um pouco diferente, porque tudo aquilo que extrapolar o valor do contrato caberá à própria empresa, com seus recursos, suprir a necessidade de pagamento de expansão de obra, no caso o aditivo, se ocorrerem, até os limites previstos na legislação, em torno de 25%. Isso só ocorre em situações muito específicas, no caso, principalmente, de expansão de redes de

água e esgoto, quando há uma proposta, uma oferta que seja benéfica para a companhia, aí acontecem esses financiamentos.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus; Deputada Cida Borghetti, 1ª Secretária; Deputado Cheida, 2º Secretário; Pedro Henrique Xavier, Presidente do Conselho; Stênio Jacob, que hoje foi até promovido para doutor; Srs. Deputados e Sras. Deputadas; funcionários e funcionárias da SANEPAR.

Permita-me, Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, primeiro destacar a importância, porque estamos falando tanto de SANEPAR/PAVIBRAS que acho até que deveríamos todo o dia agradecer a Deus pela benção de poder abrir uma torneira e ter aquela água. Quando vemos o noticiário da televisão em alguns países em que algumas pessoas chegam a caminhar 10 quilômetros ou mais com um baldinho na cabeça para tirar água suja do poço para beber e de repente, Stênio Jacob, podemos ver aqui essa água abençoada, que aliás vai trazer muito dinheiro para o Brasil, graças ao rio Amazonas e outros rios de água doce, porque o grande problema do planeta é inegavelmente a falta de água doce - o Brasil já está vendendo e vai incrementar a venda de água para vários países do mundo.

Quero, inicialmente, parabenizar a SANEPAR, que é uma empresa orgulho de todos nós do Paraná, porque nós só damos valor aos coletores de lixo quando eles entram em greve e ficam 2 ou 3 dias sem passar em nossas casas, nós só lembramos que tem uma equipe na COPEL trabalhando para que a energia elétrica chegue em nossa casa quando chegamos e está tudo escuro ou até o elevador parar no caminho e nós, lamentavelmente, cometemos um pecado e deixamos de dar o valor à SANEPAR se eventualmente falta água - na minha casa não me lembro, porque faz tantos anos que isso não ocorre!

Então, parabéns à direção da SANEPAR, parabéns aos funcionários - e aqui deve ter muitos funcionários em cargos comissionados ou de confiança - não importa, porque sinto uma paixão muito grande, o orgulho que eles têm de trabalhar nessa grande empresa que é a SANEPAR.

PAVIBRAS. De onde é a PAVIBRAS?

Não vi aqui nenhuma referência de onde é a empresa PAVIBRAS. Ela é da cidade de Londrina e surgiu no dia 21 de março de 1977. Dois jovens adolescentes ou ainda muito moços trabalham ali e acabaram se tor-

nando sócios e hoje são os proprietários da PAVIBRAS: o Paulo Silva e o Luiz José Bastos.

Eu rascunhei hoje, rapidamente, alguns dados sobre a PAVIBRAS e pude constatar que essa empresa, ao longo de 30 anos, já construiu 4 mil e 200 moradias, casas e apartamentos. Já pavimentou o equivalente a uma rodovia de mais ou menos 700 quilômetros, 141 quilômetros de coleta/tronco, 316 quilômetros de rede de distribuição de água, estação de tratamento, moradias de luxo, obra social.

Estou sentindo, Presidente Stênio Jacob, que o estrago está sendo fulminante contra essa empresa. No momento, está mais fácil pegar o estilingue e mandar pedra na PAVIBRAS. E posso dizer com muita serenidade, Stênio Jacob, porque eu não sei nem qual é a linha política dos proprietários da PAVIBRAS, o meu relacionamento com a Direção da empresa é zero, mas quando eu vejo, Deputado Durval Amaral, Deputado Cheida, a situação dessa empresa que chegou a utilizar nessa obra de saneamento no litoral mil e 90 funcionários, e a empresa está passando a situação que está passando, se é difícil a situação dos proprietários, me toca profundamente o coração também a situação daqueles que foram demitidos da PAVIBRAS e perderam o emprego. Essas obras que a PAVIBRAS vinha executando dava o pão, dava o sustento para mais ou menos 5 ou 6 mil pessoas.

Em uma hora de crise em nosso país, fico imaginando se esse pessoal conseguiu outro emprego. Chego até a imaginar, com tristeza, que não. Por se tratar de uma empresa do Paraná, eu não conheço o detalhe interno do vínculo da SANEPAR com a PAVIBRAS, eu tomo a liberdade, Presidente Stênio Jacob, de fazer duas indagações: primeiro, por que a SANEPAR interrompeu o contrato com a PAVIBRAS?

O SR. STÊNIO JACOB

Essa decisão foi adotada no final do ano passado, em 2006, por orientação do Presidente do Conselho de Administração, Dr. Sérgio Botto.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Mas um Conselheiro sozinho pode chegar e falar...

O SR. STÊNIO JACOB

Não, não. Essa decisão está respaldada em uma série de argumentos que foram incluídos em uma petição e encaminhada ao juízo para que pudéssemos dar sequência à obra, já que a PAVIBRAS estava a exigir uma série de valores considerando a paralisação, uma expansão do prazo para reiniciar as obras, porque teria que fazer um levantamento completo de toda a situação dos canteiros de obras, dos equipamentos que lá estavam.

Então, naquele momento, realmente não me parecia adequada a manutenção do contrato com a PAVIBRAS, já que nós tínhamos um compromisso com a população, era uma exigência do nosso Governador, nós

tínhamos que realmente retomar as obras. Sem nenhum demérito da PAVIBRAS, como o senhor disse, ela prestou serviços à SANEPAR e as obras que realizou sempre foram atestadas como adequadas e corretas.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Por que o contrato foi rompido, faltando apenas 8% para a conclusão das obras? Não era possível a própria empresa concluir essa obra?

O SR. STÊNIO JACOB

Em cima disso que eu coloquei, ela colocava a necessidade de fazer todo um levantamento, pediu um prazo de mais 90 dias, exigia uma série de pagamentos de despesas indiretas e diretas em razão da paralisação.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Bem, para concluir: porque a informação que eu tenho é que fazia parte do contrato o reajuste e esse reajuste não vinha sendo pago pela SANEPAR, por que esse reajuste não era pago se era contratual, se é que era do contrato?

O SR. STÊNIO JACOB

A questão do reajuste foi analisada pelo Conselho da Administração, que entendeu por bem suspender o pagamento até que se fizesse uma auditoria por parte da Ouvidoria, da Corredoria Geral do Estado e que depois foi complementada pela auditoria do Tribunal de Contas para que pudesse, então, tomar a decisão do pagamento do reajuste e é o que foi feito.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Não sei se o Presidente Stênio Jacob poderia dar uma opinião ou como Presidente da SANEPAR ou pessoal, mas se pessoal também vai automaticamente interpretar como Presidente da SANEPAR - a empresa que foi contratada depois para terminar esses 8% da obra - na sua avaliação de homem experiente - é mais bem estruturada que a PAVIBRAS?

O SR. STÊNIO JACOB

As empresas foram contratadas emergencialmente, são tradicionais empresas prestadoras de serviço para a SANEPAR e tem, sim, a qualificação necessária para dar a sequência a essas obras, tanto é que já conseguiu colocar em operação o sistema de Guaraqueçaba e de Morretes. E temos a expectativa que até junho, julho também possamos já começar a colocar em operação os demais sistemas.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente Nelson Justus, parabéns à grande empresa, orgulho, cartão postal, *referendum* do Paraná - a SANEPAR.

Fiquei feliz, Deputado Durval Amaral, quando foi mencionado aqui por V. Exa. que só no ano passado o

lucro líquido, tirando tudo que se podia gastar, ainda sobraram 177 milhões, em real, no caixa.

Eu sinto apenas, Presidente Stênio Jacob, que pela pauta que foi estabelecida para a Sessão, eu não possa entrar no assunto aqui, já que tiveram um lucro de 177 milhões. Eu vi uma faixa de que a perda salarial é de 20%, oportunamente nós vamos batalhar no Plenário desta Casa para que o ilustre Presidente da SANEPAR, em homenagem até à competência, à garra dos funcionários e funcionárias da SANEPAR, ter esses 20% da perda salarial para o pessoal da SANEPAR.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidentem eu serei bem breve.

Dr. Stênio e Dr. Pedro Henrique, na verdade, a pergunta que eu gostaria de fazer e acho que até pela hora, se não puder ser respondida objetivamente, poderá ser feita, inclusive enviando para esta Assembléia - quando foi feita aqui a exposição pela Dra. Cristiane, eu vim depois perguntar a ela: por que houve a rescisão do contrato? E aí de imediato houve uma preocupação, nós conversamos aqui: - como que essas obras continuaram? E ela me falou que haviam sido feitas algumas contratações emergenciais.

Então, a pergunta que eu faço: - em caráter emergencial essas contratações foram feitas. Quais as empresas que estão hoje conduzindo este processo e qual o prazo que elas têm para concluir?

A segunda é apenas uma curiosidade, Dr. Stênio, uma curiosidade que me chama a atenção. O senhor falou no início, quando fez a exposição, que há uma pretensão de fazer com que o esgotamento sanitário chegue a 85% em cidades com mais de 100 mil habitantes, se não entendi errado...

O SR. STÊNIO JACOB

Mais de 50 mil.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Mais de 50 mil. O prazo também para isso, senão entendi errado, o senhor falou 2012...

O SR. STÊNIO JACOB

É a nossa expectativa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Há contratação de recursos para esse tipo de obra? Porque nós temos hoje uma grande quantidade de cidades com mais de 50 mil habitantes e o senhor, melhor do que ninguém, sabe disso, que tem um índice de coleta muito pequeno, não só no Paraná, no Brasil inteiro, até porque

no Paraná, em alguns casos, estamos numa situação melhor que outros estados. Não por acaso, a SANEPAR é considerada uma das melhores, se não a melhor empresa de saneamento do Brasil. Eu pergunto se há previsão de contratação de recursos para podermos executar essas obras?

E apenas uma consideração, Dr. Stênio, acredito que a sua presença, do Dr. Pedro Henrique, da Dra. Cristiane aqui hoje é extremamente importante. Eu lhe agradeço, agradeço aos funcionários da SANEPAR por terem vindo aqui, e agradeço a mim, que sempre estou a postos na SANEPAR uma vez por mês, entregando jornal. Mas agradeço pelo senhor ter vindo aqui porque acho que a transparência é o primeiro passo para que nós tenhamos a credibilidade que entendemos ser necessária para fazer da democracia um processo de fato e de direito, não deste governo, de outro governo, do governo que vier, mas uma conquista da população e da cidadania brasileira.

Agradeço ao senhor e à sua equipe por terem vindo, por terem, durante todo este tempo respondido às perguntas e espero que possamos nos encontrar tantas vezes quantas sejam necessárias. São estas as duas perguntas que eu gostaria de ver respondidas.

O SR. STÊNIO JACOB

Com relação às empresas são duas empresas contratadas após uma coleta de preços, a Fienge e Roberto Carcereri. São as duas empresas contratadas emergencialmente.

Com relação ao financiamento para estas obras, a SANEPAR no seu planejamento estratégico, tem a expectativa de investir, até 2010 o equivalente a R\$ 2 bilhões, 222 milhões de reais. Por que esta expectativa está presente no nosso planejamento? Primeiro, porque o governo federal, através do plano de crescimento do país, prevê investimentos pesados na área de saneamento e garante que estes recursos não serão contingenciados pelo governo. Eles estão em busca de projetos para investimentos, tanto é que já obtivemos para este ano de 2007 a liberação de recursos da ordem de R\$ 400 milhões de reais pela Caixa Econômica Federal e pelo BNDES, cujos contratos deverão ser assinados até o mês de junho que vem, o que significa que até o final do ano poderemos estar com estas obras em execução nos diversos municípios do Paraná.

Além disso, há um compromisso do governo federal e isso nos foi garantido numa reunião que mantivemos com um dos elementos da Secretaria Nacional de Saneamento que, a partir de 2008 os contratos deverão estar assinados para que os recursos sejam liberados a partir do dia 1º de janeiro do exercício, o que significa que há uma grande expectativa com a realização dessas obras e a SANEPAR, pela sua competência, pela qualidade dos seus serviços, pela credibilidade que ocupa no cenário nacional, seguramente haverá de obter esses financiamentos.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado Sr. Presidente e eu vou, apenas deixar aqui, provavelmente nós vamos procurar o Dr. Stênio muito em breve, junto com alguns representantes sindicais que eu sei que estão em campanha salarial e sempre que isso acontece nós acabamos por visitá-lo.

O SR. STÊNIO JACOB

Será um prazer.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, apenas uma pergunta, em 30 segundos. Na verdade eu tinha muitas, mas em respeito ao tempo e pela liberdade que eu tenho com o Dr. Stênio, vou pessoalmente telefonar a ele e fazer as perguntas que eu queria.

Mas uma pergunta para deixar oficializado: o valor global do PARANASAN é de US\$ 392 milhões com a contrapartida do estado. Deste montante, quanto foi contratado e se nós perdemos alguns recursos do banco japonês, pelo prazo ou não?

O SR. STÊNIO JACOB

Não, absolutamente nenhum recurso foi perdido, até porque nós negociamos com o banco a prorrogação deste contrato até o ano de 2009. Então, estão assegurados estes investimentos do PARANASAN com a previsão de encerramento em 2009 que é uma previsão, inclusive, além daquilo que nós realmente necessitamos. A nossa expectativa é concluir antes todas essas obras.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, pessoal da SANEPAR, Dr. Stênio. Vou fazer duas perguntas.

Quero lamentar, porque ouvi a gerente do PARANASAN falar que foi uma decisão política esse projeto de 500 milhões, que foi uma decisão política de 1995. Lamento que foi uma decisão errada. Quem tomou essa decisão, errou, porque mais uma vez se privilegiou o litoral, a capital do estado e a região metropolitana e esqueceram dos campos gerais, abandonaram o interior do Paraná, as cidades. Ponta Grossa, que naquela época deveria ter 30 a 35% de esgoto, não mais do que isso, foi difícil a renovação do contrato por mais 30 anos, prefeitura de Ponta Grossa e SANEPAR. Eu acompanhei a luta da Câmara Municipal, da direção da SANEPAR, do Governo do Estado. Já fui Prefeito e sei o que significa isso.

Lamento que essa decisão errada tenha sido feita de forma a discriminar cidades como Ponta Grossa, que hoje vem a ser a 3ª cidade em arrecadação neste estado. Essa é uma notícia triste, ao saber que o estado contrata

500 milhões, BNDES, Caixa, banco de fora, japonês, e mais uma vez se esquece da capital dos campos gerais, Ponta Grossa.

Quero deixar esse repúdio a quem dirigia a SANEPAR nesse momento em que fez essa barbaridade com Ponta Grossa. Ponta Grossa é uma das cidades que menos esgoto tem.

Vou fazer mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado, por favor, atenha-se ao tema do requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Tenho que fazer esse repúdio porque eu ando nas ruas, convivo nos bairros. Estou aqui para representar aquele povo.

Sr. Presidente, recebi um documento. Faz dias que está nas minhas mãos, tenho só analisado, ele tem a data de 7 de março de 2006, ele diz o seguinte:

(Lê):

“A empreiteira concordatária conseguiu tudo o que queria. No governo anterior, ganhou uma licitação com uma proposta inexecutável, correspondente a 67% do valor da média das propostas protocoladas. Um desconto de 33%, portanto. Todavia, um desconto fictício, feito apenas para afastar os demais licitantes, aqueles que apresentaram propostas sérias e executáveis. Não era “para valer”. Tanto é que a PAVIBRAS dele se cobrou integralmente, na forma de pedidos de reajuste e pedidos de reequilíbrio. Todos acolhidos na nossa gestão...”

Sob as bênçãos complacentes deste Conselho, consuma-se agora um caso emblemático de fraude ao princípio da licitação. E a SANEPAR, que nos orgulhamos em dizer que nosso governo devolveu ao povo paranaense, sai sangrada em R\$ 41 milhões.

Desculpem-me, Srs. Conselheiros, mas não com o meu voto.

Curitiba, 7 de março de 2006.

(a) PEDRO HENRIQUE XAVIER
Conselheiro”

É esse o seu voto, que o senhor deu naquele dia que foi solicitado pelo Dr. Botto de Lacerda, que o senhor disse, que alguém falou em constrangimento. Pela primeira vez na história da SANEPAR se obrigou a fazer um voto em separado. Era isso que dizia o seu voto, Dr. Pedro Henrique Xavier?

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER

Sr. Deputado, esse é o voto que foi entregue aos Srs. Deputados, devidamente assinado por mim. Evidentemente eu confirmo que a assinatura aposta é minha.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Portanto, Sr. Presidente, somente para deixar esse registro, que quando um professor, uma pessoa que tem uma carreira brilhante, como tem o Dr. Pedro Henrique

Xavier, um dos mais brilhantes professores de Direito do estado do Paraná, eu fico preocupado quando vejo um homem da qualidade do Presidente Pedro Henrique Xavier, o Conselheiro proferir esse pronunciamento seu, assinar e em seguida nós vemos a SANEPAR pagar algo que ainda não está explicado.

Queria deixar aqui, neste momento, a minha preocupação com tudo isso e mais algumas coisas, que devido ao adiantado da hora, não cabe mais aqui fazer perguntas, mas teria muitas outras perguntas para fazer, como por exemplo: quem é que cuida da questão dos seguros da SANEPAR? Que departamento cuida da questão dos seguros, faladas aqui pelo Deputado Rossoni?

O SR. STÊNIO JACOB

Diretoria de Investimento. Diretoria de Obras.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quem era o Diretor da PARANASAN nessa época?

O SR. STÊNIO JACOB

Na época, o gerente era o engenheiro Mário Pena.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quando o senhor soube da falsidade destas apólices, ditas aqui pelo Deputado Rossoni, V. Exa. abriu alguma sindicância dentro da SANEPAR para investigar se havia alguma irregularidade dentro da SANEPAR que levou até a não checagem destas apólices, como disse o Deputado Rossoni, que era tão fácil de fazer na internet?

O SR. STÊNIO JACOB

Estamos fazendo um levantamento de todas as apólices para verificar a validade delas.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não houve sindicância nenhuma?

O SR. STÊNIO JACOB

A unidade de gerenciamento da PARANASAN está sob sindicância por recomendação do Conselho de Administração, e creio que nos próximos dias vamos concluir esta sindicância.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Queria finalizar com uma última pergunta: nessa semana que passou o Governador falou que as indicações devem ser sempre técnicas e não políticas, e que principalmente os Deputados não devem se meter em indicações, essas indicações são técnicas e os Deputados têm que cuidar mais das questões da Assembleia, da Casa. E eu perguntaria a V. Exa., quantos cargos em comissão tem a SANEPAR hoje?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta pergunta não está...

O SR. STÊNIO JACOB

Eu gostaria de responder, Presidente, apesar de não estar no escopo. Mas, a SANEPAR não possui cargos de comissão que permitam a contratação daqueles que não sejam empregados da Casa. Todas as gerências, todas as coordenações, são ocupadas por funcionários da SANEPAR. Não existe cargo de comissão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Existem Diretorias que são...

O SR. STÊNIO JACOB

As Diretorias são, sim, indicação do Governo do Estado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quantas Diretorias?

O SR. STÊNIO JACOB

São 9 Diretorias.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Só para saber, porque esta semana o Governador falou muito na questão da competência, de se respeitar a competência, cuidar da competência.

Então, aqui fica o meu apelo, para que o Governador tenha cuidado com suas Diretorias, porque senão os Deputados vão reclamar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Romanelli, pelo prazo de 10 minutos, improrrogáveis.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, agradeço a V. Exa., democrata que é, literalmente aliás, pela conduta e pelo partido ao qual pertence, certamente aplicaremos o princípio da igualdade, dando o mesmo tempo que V. Exa. deu ao Deputado Valdir Rossoni.

Já gastei pelo menos 5 segundos. Na verdade, estamos no final desta Sessão e lhe pergunto se alcançamos o objetivo a que nos propusemos, esta Casa, quando o Deputado Douglas Fabrício apresentou um requerimento de convite aos 2 Presidentes, que foi aprovado, e hoje estamos aqui, discutindo.

Primeiro, quero registrar aqui, não posso até pela minha descendência e pela minha formação, deixar de lamentar, muito, a conduta do Líder da Oposição. Sinceramente. Quero dizer, Deputado Valdir Rossoni, que eu fiquei um pouco decepcionado com V. Exa., porque a tentativa de desqualificar uma técnica como a engenheira e advogada Cristiane é muito ruim, no processo de construção da cidadania e democracia, porque é uma técnica que veio aqui e eu insisti com o Dr. Stênio para que ela viesse

aqui, porque ela é profunda conhecedora de todo o projeto PARANASAN. E eu vi V. Exa. daquela tribuna, falar tantas - olha, sinceramente, tantos equívocos - eu ia usar a expressão "bobagens", mas é muito forte. Mas, vi V. Exa. falar coisas sobre o pai da Cristiane, tentar colocar sob suspeição uma pessoa que é ex-funcionária da SANEPAR, tanto serviço prestou àquela empresa e no passado, a pequena empresa prestou serviços para a SANEPAR, de manutenção. E vem V. Exa. querer, aqui, manchar a honra de uma pessoa do bem, uma mulher trabalhadora, que é exemplo, neste novo crescimento que a mulher teve na sociedade, qualificada, preparada, e V. Exa. quer desqualificar.

Aliás, quero dizer a V. Exa. que entre as coisas que falou, hoje, atacou até o ex-Presidente Teixeira, da SANEPAR. Quero, aqui - não tenho procuração dele, mas quero defendê-lo - V. Exa. passou duas noites lendo seguros, mas certamente não está seguro do que fala. Falou tanta coisa daquela tribuna, hoje! E uma delas, quero dizer a V. Exa.: quando foi contratada a obra da PAVIBRAS, foi também contratado, Deputado Valdir Rossoni, o seguro de riscos de engenharia. A empresa era caixa geral que entrou em liquidação extrajudicial e foi por isso, Deputado Rossoni, que foi a SANEPAR obrigada a cortar do mercado uma nova apólice de seguro de riscos de engenharia, que é a tal Sulina, que ganhou, através do seu corretor. Aliás, percebi que V. Exa. conhece muito o corretor, tem mais de 180 apólices fraudadas que foram canceladas através de uma investigação feita pela Corregedoria do Estado do Paraná. Faz dois anos isto.

V. Exa. outro dia subiu à tribuna e falou daquela apólice. V. Exa. sabe! Desculpe, V. Exa. sabia muito bem a história toda, do começo ao fim da apólice e só chegou aqui com aquela historiazinha de apólice. Não vou falar uma coisa, aqui. Vou deixar pra lá. Vou manter a serenidade do meu discurso. V. Exa. subiu à tribuna e tinha todo o conteúdo da apólice, sabia das providências que haviam sido tomadas pela empresa SANEPAR, mas não revelou isso, deixou que nós pudéssemos investigar, trazer as informações, a notificação extrajudicial que havia sido feita. Mas, não. V. Exa. está aqui para criar factóides. Todo dia. Para promover desgaste político.

Claro, V. Exa. tem experiência, foi Líder do Governo nesta Casa e sabe que o governo a que serviu era um governo que não tinha factóide, tinha fato real, concreto. Um governo que desgraçou o nosso estado, por conta do profundo endividamento que compromete até hoje a gestão do nosso estado. Quero dizer ao Dr. Stênio que eu tenho - sinceramente - muito orgulho de ser seu companheiro de tantos anos, de reconhecer uma pessoa qualificada, preparada, alguém que tem uma dimensão do que é o espaço público, da gestão pública, V. Exa. que teve com uma Diretoria de pessoas honradas, a condição de tirar a SANEPAR, que estava privatizada da sua gestão, ao Grupo Dominó - aliás, este contrato foi feito na época em que o Grupo Dominó tinha controle da SANEPAR.

Então, as justificativas aqui postas me parecem absolutamente razoáveis em relação ao volume, não é Deputado Jocelito? V. Exa. reclamou, mas reconhecemos o problema de Curitiba, da região metropolitana, do litoral, de água e esgoto, é um problema gravíssimo. E este projeto, claro, veio num bom tempo, ele foi sucedâneo do PROSAN, que também foi um programa extremamente importante em função do explosivo crescimento demográfico que experimenta esta nossa região. Experimentou, especialmente na década de 90 e nesta década.

Sr. Presidente, demais Deputados:

Deputado Durval Amaral, suas colocações são extremamente bem fundamentadas. Penso que nós ouvimos, hoje, afirmações, a sinceridade do Presidente do Conselho de Administração, Pedro Henrique Xavier. Acho que é isso mesmo, a política. Eu disse ali no particular, digo no público, que V. Exa. falou palavras que, certamente, encantaram ouvidos da Oposição, nesta Casa.

Nosso Governo Requião é um governo que tem absoluta transparência no que faz. É isso mesmo. O espaço público é o espaço em que temos que preservar, fundamentalmente, o interesse público, preservar essa grande empresa SANEPAR. Hoje, ainda ficaram muitos trabalhadores que vieram aqui reivindicar salários da SANEPAR. V. Exas. se lembram no tempo que a SANEPAR estava com a gestão privatizada que quase perdemos essa empresa.

Sr. Presidente, demais Deputados, lembro-me com alegria o dia em que consegui garantir, por uma manobra regimental, que o governo Jaime Lerner não vendesse, naquela época, 49% das ações. Apresentei uma emenda que o governo teria que manter 60% das suas ações. Foi uma emenda que fiz, uma manobra regimental num período extraordinário de convocação da Assembléia Legislativa.

Vou segunda, terça ou quarta-feira trazer os números do que foi, do que está sendo a tarifa social; dos investimentos; da estruturação feita do sistema como um todo, ou seja, de fato, dos grandes investimentos das estações de tratamento de água, de esgoto, dos reservatórios, na melhoria de atendimento das pequenas estações do interior que estavam absolutamente sucateadas e que este governo, aos poucos, com este corpo de profissionais, vai investindo, vai recuperando e, cada vez mais, temos um sistema extremamente sólido para que a SANEPAR possa continuar sendo uma empresa pública.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, penso que a Assembléia Legislativa cumpriu hoje, sim, o seu papel. A Oposição fez o seu papel. Os companheiros da base que muito firmemente permaneceram. Todos que aqui participaram, Sr. Presidente, penso que nós avançamos. Nosso governo Requião é um governo democrático e transparente.

Temos que discutir sempre, claramente, que a sociedade paranaense aqui está representada por meio dos seus Deputados. É assim que podemos avançar.

No mais, quero manifestar ao Presidente Stênio, para concluir, à toda Diretoria, ao corpo de funcionários da empresa, os meus parabéns. Continuem trabalhando, nós vamos avançar cada vez mais e fazer da SANEPAR essa grande empresa de saneamento no nosso país.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni, por 10 minutos.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Quero cumprimentar o Dr. Stênio, o Dr. Pedro Henrique Xavier, os Diretores da SANEPAR, os Parlamentares, os servidores, e dizer que ficaria extremamente preocupado se eu ouvisse do Líder do Governo, elogios. Primeiro, não é uma característica sua; segundo, eu ficaria preocupado porque, se eu tivesse subido à tribuna e merecesse seus elogios, talvez, não tivesse cutucado na ferida. Como cutucou na ferida, doeu, e se doeu prefiro suas críticas, que eu posso até corrigir eventuais equívocos porque não sou dono da verdade, sei minhas limitações, Deputado Romanelli.

V. Exa. tem insistido em todos os seus posicionamentos, tentando tachar o Líder da Oposição pela sua incompetência. Quero dizer a V. Exa. e aos presentes aqui que, se há alguém que reconhece as suas limitações é este cidadão. Por isso, Deputado Durval, me debrucei, estudei e me esforcei. Lamento, Deputado Romanelli, não ter recebido de Deus o mesmo privilégio que V. Exa. recebeu que é ser mais inteligente, de ser mais competente, de querer dizer que é mais transparente. Deus me fez assim, Deus quis que eu fosse assim. Procuro exercer esse meu mandato desse jeito. Um caboclo italiano, de origem humilde, de uma cidade pequena e que vem aqui, Sr. Presidente, mostrar eventuais irregularidades, mas sempre procurando a verdade.

Deputado Romanelli, aprecio os seus pronunciamentos pelo brilho e inteligência que V. Exa. tem. V. Exa. me ensina a ser um bom Deputado. Venha segunda-feira! Não tenha sonhos com a minha pessoa! Pode pensar bem de mim. Agora, quando V. Exa. se refere à família, quero dizer que em nenhum momento, Sr. Presidente, quis ferir a família de pessoas que estavam aqui presentes, não é porque tem nome de família que tenho que encobrir questões que têm que ser transparentes.

Não me interessa, deputado Romanelli, se V. Exa. é amigo ou não é amigo. V. Exa. vem aqui fazer a defesa do ex-Presidente da SANEPAR. Quero dizer que não me interessa se o Presidente da SANEPAR é do governo de Jaime Lerner ou do governo de Jesus Cristo! Se eu achar que está errado, este cidadão aqui vai àquela tribuna, porque foi um direito a mim concedido pelos meus eleitores.

Por esta razão, quero dizer à família, que não conheço, mas está aí a denúncia. Se esclarecer, subo àquela tribuna e peço desculpas se cometi equívoco.

Agora, aprenda uma coisa, Deputado Romanelli. Aprenda da vida: não é descendo de lá, com o seu poder de Líder do Governo, vir ali naquela cadeira e ameaçar este cidadão. Quero dizer a V. Exa. o seguinte: as poucas vezes que me encontrei com o Governador Requião, tivemos uma conversa cordial, porque eu não falo com medo dele. E, certamente, se o Governador Requião chamasse a Oposição para conversar, como está fazendo o Presidente Lula, muito poderíamos mostrar a ele. Talvez seja o equívoco que o governo Jaime Lerner cometeu, e talvez é o equívoco que o governo Requião está cometendo, por não ouvir a Oposição, porque nós não estamos no sorteio da ambulância; porque não estamos lá para agradar ao Governador; estamos lá para dizer: “Governador, não adianta a sua irritação, o que adianta é o senhor nos ouvir.” Certamente, mais valeria 2 minutos com alguém da Oposição do que duas horas com V. Exa., porque V. Exa. tem se mantido no cargo de Líder do Governo, pela benevolência dos Deputados da Oposição.

Temos procurado aqui, ser éticos.

Ora, Deputado Romanelli, V. Exa. foi Secretário da Habitação. Eu nunca disse aqui uma palavra sobre habitação. Por quê? Tenho muito cuidado quando recebo denúncias, Dr. Stênio. Muito cuidado. Procuro certificarme mil vezes do que estou falando.

Deputado Romanelli, sei das minhas limitações; sei das minhas dificuldades; sei do esforço que faço. Quando estive na porta da Universidade, para fazer Veterinária e Direito, optei por outro curso superior, porque se tivesse optado por Direito, certamente eu teria mais facilidade. Mas o que não me falta, Deputado Romanelli, é caráter. Um homem que tem caráter não ameaça, atira. Meu velho pai, que usava bota, era um homem valente e desbravador do interior deste estado do Paraná, Deputado Nelson Justus, que sempre dizia para mim: “meu filho, cachorro que late não morde”. Tenho isto na minha vida e por esta razão, de ameaça não tenho medo. As minhas dificuldades, eu reconheço.

Elogio e agradeço a Deus, por Ele ter dado mais inteligência ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, e que o abençoe e continue dessa mesma forma. Espero V. Exa., com todas estas minhas limitações, para que na próxima segunda-feira, eu comece a me aprofundar, não mais apenas na questão dos seguros, mas em outras questões, para ver se tenho condições, pelo menos, de chegar à sola do seu pé, para conseguir um mínimo, com todo o meu esforço, de condições para debater com um homem brilhante, inteligente e iluminado por Deus, pela natureza e por sua família.

Agradeço a Deus de ser como sou. E também agradeço a Deus, por Ele ter dado mais inteligência ao Líder do Governo, Deputado Romanelli e que V. Exa. continue brilhante, lutador e que a palavra “transparência”, cada vez mais, se torne verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão. Agradeço a todos os servidores públicos. A cada dia que passa, aprendo uma coisa na minha vida e, hoje, aprendi mais um pouco, para que possamos estabelecer o que estabelecemos aqui, Sr. Presidente. Discordamos em muitos pontos, mas em nenhum momento, Dr. Stênio, um Parlamentar da Oposição faltou com educação a V. Exa.

Por esta razão, quero deixar o meu reconhecimento aos Deputados desta Casa, que estão aqui, às 21h, cumprindo a sua obrigação. Isto é ser um homem público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência cumprimenta e agradece a todos os Deputados, pela maneira fidalga e cortês, que, aliás, não era de se esperar outra coisa.

Quero agradecer, especialmente, ao Presidente Stênio Jacob, Presidente da SANEPAR; ao Dr. Pedro Henrique Xavier, Presidente do Conselho de Administração da SANEPAR, aos funcionários e aos Diretores da empresa aqui presentes, Dr. Wallace, engenheira Cristiane e a todos que ficaram conosco até esta hora.

A Assembléia realmente cumpre o seu papel e espera ter obtido as informações ou concluir com o seu objetivo. Muito obrigado a todos os convidados e Deputados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/07.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 210, 212 e 219/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 151, 176 e 209/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 165, 211 e 267/07.

Levanta-se a Sessão.

